

MUSEU DE CERÂMICA DE SACAVÉM

# II Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus

2 MARÇO 2012



# sumário

Texto de Abertura .....	3
Os Centros de Documentação e a Produção de Conhecimento nos Museus .....	4
Objetivos do II Encontro Nacional de Centros de Documentação dos Museus .....	7
Bibliotecas e Museus em Tempos de Mudança .....	12
Do Museu para o resto do Mundo .....	20
Memória da Cultura e a Cultura da Memória: o caso do Memorial-Espaço Américo Vespúcio, ilha Fernando de Noronha, Brasil .....	39
Da Missão Historicopedagógica dos Museus .....	47
Uma Relação de Proximidade entre o Documento e a Peça .....	54
Entre o Museu e a Comunidade: perspectivas de trabalho do Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu Municipal do Seixal .....	76
O Centro de Documentação/Arquivo Histórico do Museu de Lanifícios da UBI e a Salvaguarda do Património Documental sobre a Indústria dos Lanifícios .....	93
Características e Especificidades de Um Centro de Documentação sobre Um Movimento Cultural [Museu do Neo-Realismo] .....	124
A Biblioteca de Arqueologia do IGESPAR e a produção de conhecimento arqueológico em Portugal .....	132
O CDI da Fundação Portuguesa das Comunicações .....	142
BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas .....	153
Notas Biográficas dos Autores .....	156
 <b>II Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus</b> <b>CONCLUSÕES .....</b>	  165

No ano passado, por esta altura, tivemos o prazer e a honra de acolher no Museu de Cerâmica de Sacavém o II Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus, onde se desenrolou um programa muito profícuo em torno do tema: “Os Centros de Documentação e a Produção de Conhecimento nos Museus”.

Foi um dia em cheio, onde foram tratadas matérias muito diversificadas e interessantes, com a intervenção de numerosos profissionais de museologia e a apresentação de modos de trabalho, práticas e exemplos curiosíssimos de todo o país.

Ao sucesso da iniciativa, de âmbito nacional, não são alheios os objetivos que estão na origem da realização de autênticas mesas-redondas de discussão e reflexão sobre o dia-a-dia destes espaços dedicados à recolha, preservação e divulgação de documentação e conhecimento. Aqui, os participantes foram espetadores e, simultaneamente, atores... debatendo, com toda a liberdade e sem quaisquer constrangimentos, os assuntos puxados à liça. É assim que deve ser! O diálogo e a troca de experiências ajudam a formar, a reforçar ou a modificar opiniões e pontos de vista, podendo inclusivamente abrir portas a novas parcerias e a unanimidades dentro da diversidade.

Independentemente desta realidade, que é evidente e inquestionável, será que foram dadas respostas às quatro perguntas formuladas no início do segundo encontro a título de provocação e desafio?

- Como estamos a produzir conhecimento?
- Como estamos a promover esse conhecimento?
- Como estamos a interagir com os públicos?
- Como estamos a promover a nossa presença?

Não vou dar a minha apreciação pessoal! Proponho-lhe antes que leia as atas do encontro e que tire as suas próprias conclusões.

Boa leitura e um bem-hajam para todas as pessoas que contribuíram para o êxito deste projeto!

João Pedro Domingues

*Vice-Presidente da Câmara Municipal de Loures*

# Os Centros de Documentação e a produção de Conhecimento nos Museus





# Os Centros de Documentação e a produção de Conhecimento nos Museus

## Organização do II Encontro

Os Encontros de Centros de Documentação de Museus, promovidos pela Divisão da Cultura da Câmara Municipal de Loures, decorrem da importância atribuída aos Centros de Documentação, Bibliotecas e Arquivos nos Museus.

No primeiro Encontro constatámos o forte interesse desta reflexão conjunta, manifestada quer pela adesão dos participantes, quer pelas discussões suscitadas em torno da necessidade de realizar um trabalho conjunto e pluridisciplinar entre os profissionais da museologia.

O interesse e o papel preponderante destas Unidades Documentais refletido e analisado no primeiro Encontro Nacional encontram-se vertidos nas Atas, publicadas na página Web institucional da C. M. Loures, e levou-nos a continuar este trabalho de pensar este serviço público essencial, enquanto promotor e dinamizador da produção de conhecimento nos Museus a partir dos seus Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação.

Assim, move-nos a vontade e a exigência de serviço público plasmada na contínua demanda da construção de conhecimento nos Museus. Estamos convictos que estes encontros promovem e desenvolvem a qualidade dos Museus, na medida em que a documentação é parte integrante e integradora das coleções museológicas e uma mais-valia na divulgação e promoção do trabalho museológico com os públicos. Perante todas estas motivações, sentimos que a reflexão e as práticas expostas pelos intervenientes não deixarão dúvidas quanto à importância deste II Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus promovido pela Câmara Municipal de Loures.

Este novo Encontro pretende também reforçar a dinâmica e inovação operada nos Museus, uma vez que os Centros de Documentação em conjunto com as exposições e os Serviços Educativos são as portas abertas à sociedade na disseminação do conhecimento produzido no interior e exterior dos Museus. De igual modo, deseja abrir espaço para novas parcerias e troca de experiências entre Unidades Documentais dos Museus.

O programa deste II Encontro percorre entendimentos diversos, das instituições aqui representadas, através das comunicações que irão certamente enriquecer-nos a todos. O conjunto plural de oradores reunido atravessa espaços geográficos, realidades institucionais e pensamentos múltiplos praticados

nas áreas documentais dos vários Museus.

Aos oradores agradecemos a partilha das suas reflexões imbuídas do espírito de serviço público que nos congrega a todos.

Aos participantes agradecemos a vontade de se juntarem a nós nesta discussão.

Agora as Atas do II Encontro, disponibilizadas também na página Institucional da C.M. Loures na Web, fixam em texto a reflexão apresentada pelos oradores, para todos os interessados.

Agradecemos desde já o acolhimento do convite para continuar, este futuro urgente de reflexão e partilha, com a participação de cada um de nós.

# Objetivos do II Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus



# Objetivos do II Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus

**Conceição Serôdio e Margarida Amaral**

*Bibliotecárias dos Museus de Loures*

O primeiro encontro equacionou o lugar dos Centros de Documentação, das Bibliotecas e Arquivos, na própria estrutura funcional dos Museus, bem como a questão da formação e modernização destes serviços públicos, por forma, a criar um todo informacional a partir do trabalho pluridisciplinar na abordagem e alargamento do conceito de objeto museológico.

A documentação à guarda dos Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação é parte integrante da coleção do Museu: arquivos pessoais, científicos, industriais, comerciais, empresariais, associativos, coleções bibliográficas especializadas, documentos visuais e audiovisuais. Numa palavra, testemunhos fixados num suporte passível de apreensão patrimonial, que ao serem interpelados constituem o cimento cultural sobre o qual podemos construir o futuro, desenvolver a técnica, as artes e a ciência, ou seja, alcançar o saber com o qual prosseguimos uma sociedade cosmopolita.

“O acesso livre ao conhecimento é uma das alavancas determinantes do progresso científico e do desenvolvimento social e económico, a nível europeu e mundial.”

*Conselho Diretivo Nacional da APBAD, 2011*

Hoje, todos concordamos na continuidade dos Museus, desde que produzam conhecimento. Esta premissa sustenta o trabalho museológico e traz para a discussão o motivo deste nosso, vosso encontro. As comunicações de hoje levam-nos a refletir sobre a coleção museológica, a salvaguarda do património, a comunicação com o mundo, a responsabilidade e inovação deste laboratório do conhecimento firmado no interior e exterior dos Museus.

Neste segundo Encontro, propomo-nos questionar e refletir não propriamente quanto à “forma-de-ser” do seu posicionamento organizacional, mas sobre a sua “forma-de-estar” num quadro mais vasto, alargado de variáveis socioculturais.

Impõem-se assim algumas questões, cujos desafios esperamos que este Encontro possa levantar, debater e, se possível, sistematizar sob a forma de reflexões, propostas e boas práticas; são elas:

— Como estamos a produzir conhecimento de forma a valorizar e compreender cada vez mais e melhor as coleções que temos à nossa responsabilidade?



- Como estamos a promover esse conhecimento dentro do espaço museográfico, na comunidade local e na comunidade global de forma a potenciá-lo nas suas múltiplas apropriações culturais?
- Como estamos a interagir com os públicos, de molde a oferecer diferentes serviços e produtos adaptados às suas reais necessidades?
- Como estamos a promover uma presença verdadeiramente eficaz e consistente no dia-a-dia dos nossos utilizadores/visitantes ao nível das suas legítimas expectativas de aquisição de informação e de conhecimento?

Convém, nesse sentido, não perder de vista o facto de, na sua insubstituível missão cultural, os Museus se assumirem como centros de valorização patrimonial coletiva (seja ela tangível ou intangível), acessíveis e abertos a um vasto e matizado perfil de públicos. Nesse sentido, as coleções que dão razão de ser aos Museus devem, no interior destes, assumir-se como fatores decisivos de criação, produção e divulgação de múltiplas formas de conhecimento, cujo potencial pode ser estimulado e deve ser promovido.

Os pressupostos da nossa intervenção encontram-se, por conseguinte, necessariamente ENTRELAÇADOS num trinómio que podemos explicitar e interligar na seguinte fórmula:

COLEÇÕES -----> COMUNICAÇÃO -----> CONHECIMENTO

Vocacionados como espaços culturais que albergam coleções que geram conhecimento, os Museus não devem só ficar presos nesse estudo, mas acompanhar as incessantes mutações do tecido social, como — assim o queiram — podem contribuir para desempenhar o singular papel de antecipar e induzir algumas dessas mudanças no complexo e exigente fluxo da dinâmica cultural.

É certo que os profissionais dos museus não podem deixar de estar atentos aos meandros internos do seu ofício; mas hoje pede-se-lhes algo mais do que isso: uma atenção muito apurada a variáveis externas, ou seja uma atenção simultaneamente “macro” e “micro” sobre todos os fenómenos que interagem na sociedade do conhecimento a nível tecnológico, social, económico e cultural. Ora, num quadro de ciclos acelerados de mudança, os canais e as estratégias de divulgação cultural de um Museu e dos respetivos Centros de Documentação devem estar comunicacionalmente sintonizados com esse ritmo de mudanças operadas na sociedade, partindo do princípio de que não estão dispostos a perder o estatuto cultural de vetores privilegiados de conhecimento.

A revolução digital em curso, materializada nas redes sociais, na blogosfera, Wikis, e em toda uma panóplia de plataformas, permite e potencia uma rede de criação e de partilha de conhecimento onde todos interagem com todos. Museus e Centros de Documentação não podem sobreviver nesse vasto oceano como ilhas isoladas. De momento, interessa potenciar estes espaços disponibilizando a informação de forma a induzir e a estimular uma disseminação consistente e organizada de cultura

nas suas mais multifacetadas expressões.

Este Encontro tem por título “Os Centros de Documentação e a Produção de Conhecimento nos Museus”. Trata-se, com efeito, de refletir em bases sólidas sobre o valor estratégico da informação museológica que, sendo comunicacionalmente bem projetada, contribui para enriquecer um espaço criativo onde todos procuram, trocam, consomem e produzem conhecimento. Nesse sentido, urge dotar os Centros de Documentação de recursos que todos possam utilizar em espaços e momentos virtualmente diferenciados, razão pela qual não podem ser só locais onde os utentes se deslocam fisicamente para ir “buscar” informação.

Os Centros de Documentação devem cultivar e manter uma efetiva inscrição física e institucional na comunidade educativa, seja ela infantil, juvenil ou sénior, não descurando, para além disso, o intuito de marcar presença virtual na casa de cada um, permitindo desta forma que todos participem na construção de um património cultural coletivo.

“Estejam onde estiverem, os Museus e os Centros de Documentação devem estar onde quer que estejam as pessoas”...

As unidades documentais e informacionais especializadas, gratuitas, acessíveis a todos fazem parte do valor acrescentado dos serviços prestados pelo Museu à comunidade. Assim, enquanto serviço público facilitam o conhecimento da coleção, promovem a missão educativa e tornam-se parte da retribuição de todo o trabalho desenvolvido pelo Museu. Num sentido amplo, a documentação no interior do museu faculta a interpretação dos bens culturais e a sua leitura pelos públicos. Apresentam-se num papel de interface específico e relevante com a comunidade, desde os estudantes e os docentes até aos especialistas e investigadores, passando pelos curiosos e amantes do conhecimento. A relevância que a documentação assume no Museu espelha-se na colaboração com a investigação, a conservação, a exposição e a educação, uma vez que integra o próprio conceito de Museu, tal como é definido pela Lei-Quadro dos Museus Portugueses.

*“Princípio da promoção da cidadania responsável, através da valorização da pessoa, para a qual os museus constituem instrumentos indispensáveis no domínio da fruição e criação cultural, estimulando o empenhamento de todos os cidadãos na sua salvaguarda, enriquecimento e divulgação.”*

*“Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.”*

Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto.

Este II Encontro Nacional procurará também continuar a promover o diálogo em torno da necessidade de um trabalho conjunto e pluridisciplinar entre os profissionais da museologia, assim como abrir espaço para novas parcerias e troca de experiências entre Unidades Documentais dos Museus a consubstanciar num *Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus* da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.

# Bibliotecas e Museus em tempos de mudança





# Bibliotecas e Museus em tempos de mudança

**Rui Ferreira da Silva**

*Chefe da Divisão de Documentação e Divulgação do ex-Instituto dos Museus e da Conservação*

## Tempos de mudança nos Museus

Pontos a reter no processo de mudança que atravessa o setor dos museus em Portugal:

1. Continuam a ser criados museus, apesar das dificuldades em que muitos dos atuais subsistem.
2. Este processo responde a impulsos locais, regionais ou centrais, mas não existe uma análise consistente da situação e, dela decorrente, um plano de desenvolvimento articulado (os pronunciamentos das organizações profissionais sobre o panorama atual, as suas debilidades e as propostas para o futuro, nomeadamente a Comissão Nacional do ICOM, não parecem ser levadas em conta nas tomadas de decisão a todos os níveis).
3. Contudo, o setor manifesta a sua vitalidade, apresentando publicamente os seus pontos de vista e perspetivas, enquanto se vão sedimentando no terreno projetos de articulação e cooperação – de índole temática e/o regional – sendo disto manifestação mais evidente a criação de redes regionais de museus.

## O Instituto dos Museus e a criação da DGPC

Ao nível central, depois da existência – desde há 20 anos – dum organismo especificamente dedicado à política museológica e aos museus, o Instituto Português de Museus (IPM) e, desde 2007, o Instituto dos Museus e da Coordenação (IMC), foi criada a Direção-Geral do Património, no âmbito dum extenso e profundo processo de reorganização da Administração Central do Estado (PREMAC).

A nova Direção-Geral vai tutelar monumentos, museus e palácios nacionais, sendo anunciada uma política integrada para a área do Património, incluindo o seu estudo, salvaguarda, valorização, e divulgação.

## Desideratos de uma política Museológica Nacional

Independentemente das soluções orgânicas que vão sendo desenhadas e irão ser implementadas ao longo da legislatura, creio ser possível formular alguns tópicos que merecerão consenso entre a nossa comunidade:

1. Importa que haja uma política nacional coerente e amplamente conhecida por todos os que têm responsabilidades na área museológica, independente da tutela, pública ou privada.
2. Importa que antes de se criarem novos museus se dêem condições de sustentabilidade aos existentes.
3. Importa garantir uma política de equidade na distribuição dos dinheiros públicos aos diferentes

equipamentos museológicos, nomeadamente os diretamente dependentes da Administração Central e os de matriz fundacional.

4. Importa que a Rede Portuguesa de Museus cresça e se sedimente em todo o país e que se ampliem e fortaleçam as redes de museus.

## Os Museus e a Comunidade

Quando falamos de museus, falamos de um polo de referência patrimonial que se relaciona de forma multilateral com as comunidades, apresentando evidentes mais-valias nas áreas culturais mais diversas, científicas, económicas, turísticas, de lazer...

No que a esta Conferência diz respeito, importa em particular reter a importância do museu como centro de reunião, salvaguarda, estudo, produção e divulgação de conhecimento, e o papel que neste âmbito têm os arquivos, as bibliotecas e centros de documentação dos museus.

## Arquivos, bibliotecas e centros de documentação de museus

Os sistemas de documentação arquivística e/ou bibliográfica existentes nos museus ou com eles relacionados constituem importantes repositórios de informação e contribuem crescentemente para a produção de conhecimento e para a afirmação mais sólida das ciências e disciplinas relacionadas com o Património.

Importa ainda sublinhar a importância dos sistemas documentais que existem fisicamente separados dos espaços museológicos, por exemplo, os existentes nas Faculdades ou nos serviços centrais das áreas do Património.

O conhecimento de todos os polos deste grande sistema nacional de informação e todos os esforços que possam ser desenvolvidos para estabelecer e reforçar a sua cooperação constituem um dos grandes reptos com que nós, os profissionais da informação e documentação, estamos confrontados.

## Conhecer melhor os recursos existentes

Um dos contributos importantes que os Encontros profissionais como o que hoje realizamos nos facultam é a possibilidade de conhecermos melhor a realidade que nos rodeia.

Para tanto, proponho-me fazer uma brevíssima apresentação do serviço que coordeno e de um projeto estruturante que está a ser desenvolvido na área do tratamento de informação de conservação e restauro do património móvel e integrado, passando logo de seguida a uma interrogação que julgo de importância estratégica para o nosso setor de atividade:

— o que podemos fazer para aumentar o impacto dos arquivos, bibliotecas e centros de documentação na área dos museus, tornando-os efetivamente serviços de referência cultural e científica que em

muito extravase as paredes dos espaços museológicos?

## A biblioteca central do IMC

É uma biblioteca com quase meio século de existência, reunindo os acervos do antigo Instituto de José de Figueiredo e da Rede Portuguesa de Museus. Instalada na Rua das Janelas Verdes, tem uma dimensão média, com cerca de 10 000 títulos de monografias e quase 700 títulos de publicações periódicas que se distribuem predominantemente nas áreas da conservação e restauro do património móvel e integrado, incluindo um importante núcleo dedicado aos materiais e técnicas de produção artística e aos métodos laboratoriais – física, química e biologia –, mas também da história de arte e da museologia.

## Arquivo de Conservação e Restauro

Uma das características fundamentais dos serviços de documentação central do IMC é que, para além de reunirem um dos mais importantes acervos bibliográficos nacionais nas suas áreas de especialidade, gere igualmente o Arquivo Técnico de Conservação e Restauro.

Este Arquivo é constituído por cerca de 20 000 processos de conservação e restauro, 650 relatórios de estágios de licenciatura e pós-graduações concretizados nas áreas laboratoriais e de conservação e mais de 80 000 originais fotográficos e radiográficos produzidos no âmbito de projetos de estudo e intervenção sobre os mais relevantes bens patrimoniais – nomeadamente bens classificados ou em vias de classificação – propriedade do Estado, da Igreja e de particulares.

## O projeto restauro.pt

Atendendo à importância deste cervo documental único, o IMC tem estado a estruturar um projeto que visa disponibilizar publicamente, local e remotamente, o acesso a um sistema de bases de dados – restauro.pt – que viabiliza a pesquisa, visualização de registos e impressão de relatórios técnicos cujo arco temporal abarca as primeiras décadas do século XX até à atualidade.

O sistema está praticamente ultimado, decorrendo no presente a fase de testes. Esperamos poder apresentá-lo publicamente muito em breve no que se constituirá seguramente como um contributo relevante para toda a comunidade profissional e académica, incrementando os já numerosos estudos de mestrado, doutoramento e pós-doutoramento que têm vindo a ser desenvolvidos nesta área científica.

## Bibliotecas de Museus e Palácios Nacionais

Olhando agora para a realidade orgânica IMC e serviços tutelados, esta integra uma enorme variedade de sistemas documentais, constituindo algumas bibliotecas de museus e palácios referências nacionais e mesmo internacionais nas respetivas áreas de especialidade.

No quadro seguinte podemos verificar que praticamente todos os espaços museológicos do IMC possuem acervos documentais com alguma dimensão, embora muitos – por escassez de recursos – não se tenham constituído formalmente em centro de documentação ou biblioteca.

N.º MUSEU/PALÁCIO	BIBLIOTECA	ACERVO	SOFTWARE	BIBLIOTECÁRIO
1 Casa-Museu Anastácio Gonçalves	S	3.612	N	0
2 Museu Abade Baçal (Bragança)	N	0	N	0
3 Museu Alberto Sampaio (Guimarães)	S	4.878	Porbase	1
4 Museu Arte Popular	S	300	N	0
5 Museu Aveiro	S	6.000	Porbase	1*
6 Museu Biscainhos (Braga)	S	500	Word	0
7 Museu Cerâmica (Caldas da Rainha)	S	3.354	Access	0
8 Museu Chiado/MNAC	S	20.000	Access	0
9 Museu D. Diogo de Sousa (Braga)	S	8.229	WinPatrimónio	1*
10 Museu Joaquim Manso (Nazaré)	S	14.000	N	0
11 Museu Évora	S	3.350	Access	0
12 Museu Fr. Tav. Proença Jr. (Castelo Branco)	S	8.735	Porbase	0
13 Museu Grão Vasco (Viseu)	S	1.445	Access	0
14 Museu Guarda	S	5.060	N	0
15 Museu José Malhoa (Caldas da Rainha)	S	9.943	N	0
16 Museu Lamego	S	4.643	Access	1**
17 Museu Monográfico Conímbriga	S	6.500	Access	1*
18 Museu Música	S	2.139	Bibliobase	0
19 Museu Nacional Arqueologia	S	19.162	Bibliobase	1 + 1**
20 Museu Nacional Arte Antiga	S	21.447	Bibliobase	1
21 Museu Nacional Azulejo	S	6.318	Docbase	1
22 Museu Nacional Coches	S	5.737	Porbase	1**
23 Museu Nacional Etnologia	S	23.978	Docbase	
24 Museu Nacional Machado de Castro (Coimbra)	S	8.249	N	1
25 Museu Nacional Soares dos Reis	S	12.000	Bibliobase	1**
26 Museu Nacional do Teatro	S	16.547	Bibliobase	1
27 Museu Nacional Traje	S	3.655	Porbase	0
28 Museu Terra de Miranda	N	0	-	0
29 Paço Duques (Guimarães)	S	1.150	Bibliobase	1
30 Palácio Nacional Ajuda	S	2.700	Bibliobase	0
31 Palácio Nacional Mafra	S	408	Bibliobase	1 + 1**
32 Palácio Nacional Queluz	S	1.850	Bibliobase	0
33 Palácio Nacional Sintra	S	1.584	N	0
34 Biblioteca Central do IMC	S	9.853	Bibliobase	1
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>237.326</b>	<b>17</b>	<b>9</b>

\* Não-bibliotecário

\*\* Técnico BAD



## Bibliotecas de referência

Entre este conjunto de serviços de documentação, merecem destaque as seguintes bibliotecas:

- Palácio Nacional de Mafra – uma das mais importantes bibliotecas patrimoniais nacionais, com uma arquitetura única e sendo referência mundial no que diz respeito ao seu acervo.
- Museu Nacional de Arte Antiga – uma das mais antigas do País, com um acervo de enorme dimensão, incluindo um arquivo único para o estudo dos museus e da museologia em Portugal.
- Museu Nacional de Arqueologia – com mais de um século de existência e acervo muito relevante não só nos domínios da arqueologia, mas também da etnografia e etnologia. No âmbito da arqueologia, merecem ainda referência as bibliotecas do Museu Monográfico de Conímbriga e do Museu D. Diogo de Sousa, em Braga.
- Museu Nacional do Teatro – o maior e mais diversificado acervo nacional na área do teatro e das artes cénicas.
- Museu do Chiado, Nacional de Museu de Etnologia e Nacional de Soares dos Reis – importante núcleo nas suas áreas de especialidade.

## Outras Bibliotecas da DGPC

No contexto da unificação na DGPC das tutelas de outras áreas patrimoniais, nomeadamente a arqueologia e o património arquitetónico, importa referir a existência de outras duas importantes bibliotecas “centrais” – a de Arqueologia (que será objeto de comunicação individualizada) e a do Património Arquitetónico – assim como de bibliotecas em alguns dos monumentos Património Mundial tutelados pelo IGESPAR.

## Constrangimentos

Olhando de forma objetiva para o sistema documental do IMC, constituído pela biblioteca central e pelas bibliotecas e arquivos dos museus e palácios nacionais, importa referir que tem pontos menos consistentes:

- Escassez generalizada de recursos humanos – são poucas as bibliotecas com pessoal técnico qualificado especificamente alocado ao trabalho documental. É de toda a justiça destacar aqui o papel muito importante de estagiários e voluntários que têm desenvolvido trabalho muito relevante na dinamização de bibliotecas que, sem o seu contributo desinteressado, não teriam os seus catálogos informatizados e não prestariam serviços aos utilizadores.

– Debilidades ao nível dos recursos técnicos – embora muitas bibliotecas e centros de documentação disponham de *software* de tratamento documental – Bibliobase e Porbase – existem ainda muitos acervos que não possuem catálogo ou cujo fundo está inventariado em *software* não-documental.

– Apesar de muitos catálogos estarem acessíveis para consulta local, existe ainda um número significativo de bibliotecas de museus que não têm o seu catálogo disponível para consulta remota:

– Decorrente dos condicionalismos atrás assinalados, não existe ainda um catálogo Coletivo das Bibliotecas dos Museus do IMC.

– Agravou-se nos últimos anos o desinvestimento na atualização e renovação das coleções, sendo irrelevantes as somas disponibilizadas para as assinaturas de periódicos e as aquisições de monografias, sedimentando-se a política de aquisições na prática das permutas e ofertas. Neste âmbito merece igualmente realce o papel dos Grupos de Amigos dos Museus, que têm contribuído de forma continuada e substantiva para a renovação dos acervos de muitas bibliotecas.

## Desafios

Se encarados como um importante recurso para a vida diária dos museus, para a investigação e o conhecimento, os arquivos, bibliotecas e centros de documentação têm todas as condições para desempenhar um papel ainda mais relevante no futuro.

Nada de qualitativamente diverso será feito nesta área sem o contributo dinâmico de vários fatores, entre os quais destacaria:

1. Articulação decidida e continuada entre todos os profissionais que prestam serviços nas áreas documentais dos espaços museológicos nacionais, independentemente do seu vínculo, da importância e localização da respetiva unidade documental.

2. Levantamento exaustivo dos recursos informacionais existentes e das suas potencialidades para os museus, os profissionais e comunidades académicas, mas igualmente para as comunidades locais, regionais e nacionais.

3. Motivação das tutelas para a relevância destes recursos e a necessidade de não haver desinvestimento nesta área específica, mas antes uma gestão inteligente da escassa capacidade de investimento disponível.

4. Incremento de parcerias e captação de apoios externos (mecenato?) direcionados para esta área de intervenção:

Estruturação e parcerias com estabelecimentos de Ensino Superior e bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Pública para apoio técnico às bibliotecas de museus com menos recursos humanos;  
Formalização de protocolos para a realização de estágios curriculares em bibliotecas e centros de documentação de museus com duração mínima de três meses;  
Desenvolvimento de ações de captação de mecenato especificamente dirigidas para o fornecimento de *software* de tratamento documental e/ou para o enriquecimento dos acervos.

5. Criação de condições para, entre os museus tutelados pela DGPC, pelas Direções-Regionais de Cultura, ou no âmbito das Redes Regionais de Museus ou de outros espaços museológicos integrados na Rede Portuguesa de Museus, se desenvolverem projetos de apoio técnico descentralizado aos serviços documentais com menos recursos.

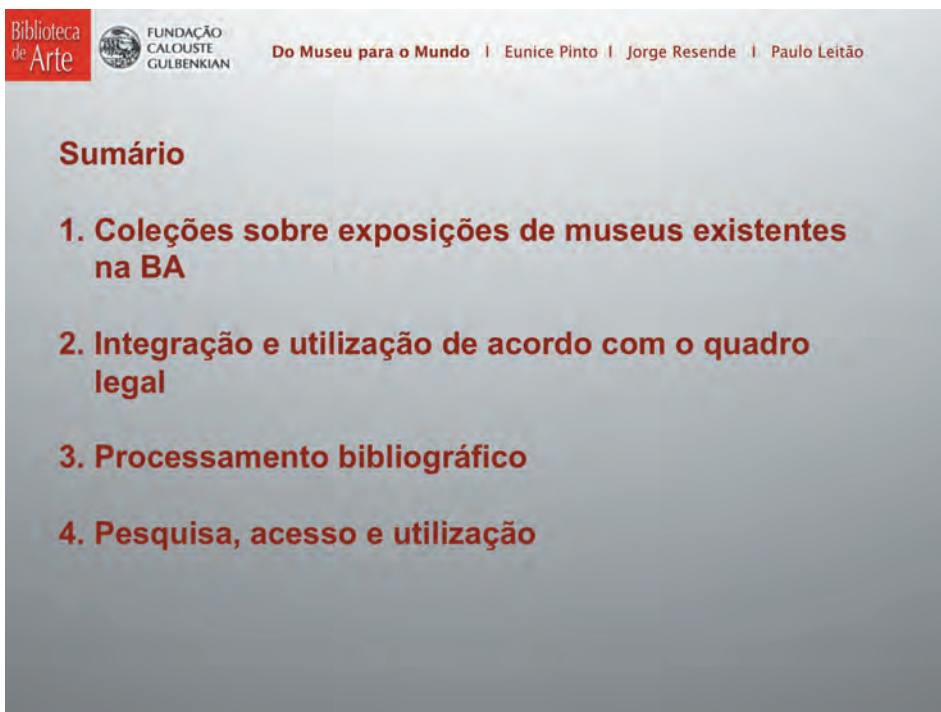
6. Concretizar uma articulação entre a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas – BAD – e a Rede Portuguesa de Museus para, no âmbito do programa de formação anual da RPM, ser dada mais atenção a esta área, preparando e actualizando os profissionais a ela dedicados.



# Do Museu para o resto do Mundo







## Coleção I e II Exposição de Artes Plásticas

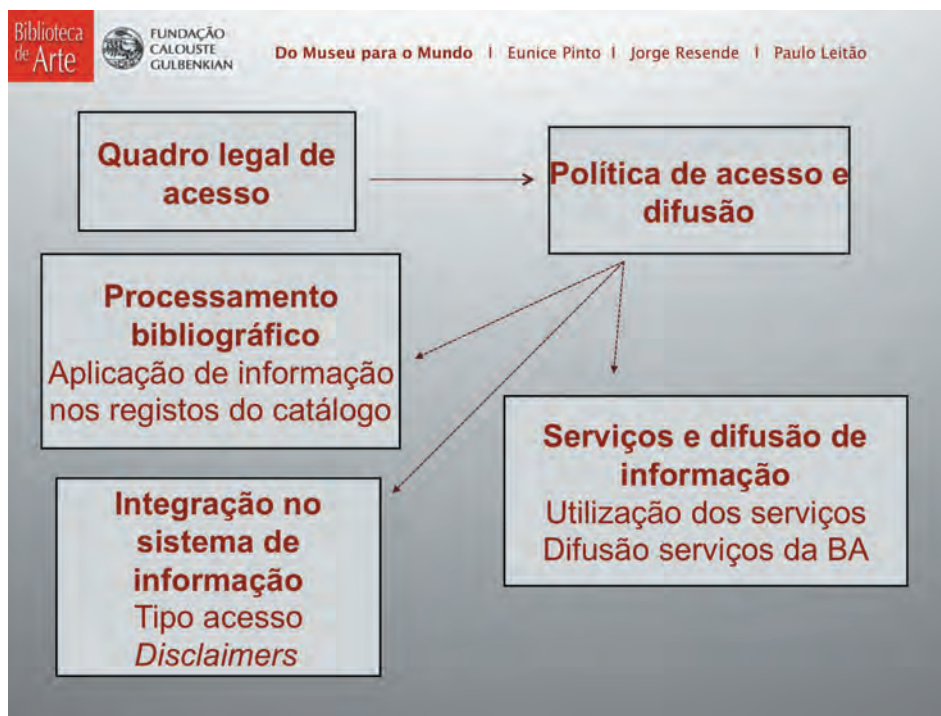
Exposições organizadas pela Fundação - a 1ª, em 1957, patente na Sociedade Nacional de Belas Artes e a 2ª, em 1961, patente na FIL -, com o objetivo principal de divulgar, junto do público, o trabalho de artistas, uns consagrados, outros pertencentes à “nova geração”.


519 provas fotográficas e 449 negativos de formatos diversos que representam obras expostas e ainda, em relação à I Exposição, imagens da montagem, vistas gerais, inauguração, receção aos artistas e visita dos alunos de uma escola primária.

## Coleção Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian: Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitetos paisagistas, 1940-1970

A Fundação Calouste Gulbenkian promoveu a realização de um inventário dos projetos dos arquitetos paisagistas mais relevantes da época referida, a partir de um levantamento fotográfico exaustivo de desenhos de arquitetura existentes em arquivos particulares, municipais e nacionais e das obras ainda existentes, fotografadas entre 2002 e 2003. Desta coleção fazem também parte documentos que registam entrevistas realizadas a alguns arquitetos paisagistas e um filme sobre o Jardim Gulbenkian.

929 diapositivos, 1 DVD e 3 cassetes vídeo, material preparatório para a exposição com a mesma designação e para a publicação do respetivo catálogo, em 2003.



**Biblioteca de Arte**  **FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN** **Do Museu para o Mundo** | Eunice Pinto | Jorge Resende | Paulo Leitão

**Metodologia utilizada para definir políticas de acesso e difusão das imagens digitais:**

- *direitos de autor*
- *de personalidade : reserva da vida privada, imagem*
- *segurança e confidencialidade*
- ***condições de incorporação***

**Modalidades de disponibilização**

*Internet*  
*Intranet*  
*Consulta a pedido*



## Exposições – documentação

Diversidade de materiais – diferentes enquadramentos legais

Necessidade de obtenção de novas autorizações para disponibilizar no catálogo da Biblioteca

Materiais que não foram expostos ou incluídos no catálogo da exposição

Documentos de que só foram divulgados excertos, na exposição e/ou no catálogo

## Reportagens – reprodução de obras de arte



[Vista da I Exposição de Artes Plásticas] / Fot. Abreu Nunes. 1957

Col. I Exposição de Artes Plásticas. Fundação Calouste Gulbenkian- Biblioteca de Arte. CFT032.1/294

## Política de processamento bibliográfico

Determinada a partir da análise da documentação.

Contempla:

1. Estudo da estrutura original
  - Como surge a coleção?
  - Qual o objetivo?
2. Definição da estrutura lógica
  - Que tipologias documentais?
  - Quais as relações entre os documentos?

## Política de processamento bibliográfico

A informação integrada no catálogo sobre cada coleção é registada de forma a refletir os diversos tipos de ligações entre as espécies documentais que a constituem.

Uma vez que estas coleções apresentam uma estrutura de “tipo arquivístico”, foram criados campos específicos de uso local, que estabelecem as relações entre os núcleos documentais/documentos, por forma a garantir a representação da ordem lógica original.

Biblioteca  
de Arte

FUNDACÃO  
CALOUSTE  
GULBENKIAN

Do Museu para o Mundo | Eunice Pinto | Jorge Resende | Paulo Leitão

### Representação da ordem lógica original

Criação de campos de uso local para assegurar as ligações entre os núcleos documentais/documentos

#### Relações hierárquicas

Recíproca: campos 469 e 499  
459

Unívoca: campo

#### Relações de equivalência

Obras relacionadas: Campo 488

Biblioteca  
de Arte

FUNDACÃO  
CALOUSTE  
GULBENKIAN

Do Museu para o Mundo | Eunice Pinto | Jorge Resende | Paulo Leitão

- Campos 469 e 499**  
 Estes campos são repetíveis para se assegurar a representação exaustiva de todas as relações existentes entre os núcleos de cada coleção (Exemplos CFT 032 – I e II Exposição de Artes Plásticas)
- Campo 459**  
 Ligação a um nível superior, aplicável sempre que a estrutura da coleção compreenda um número elevado de registos a associar diretamente ao registo de coleção, uma vez que o sistema de gestão documental não comporta, para esta situação, relações recíprocas (Exemplos CFT 169 – Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian: Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitetos paisagistas, 1940-1970)
- Campo 488**  
 Ligação a registos que descrevem obras relacionadas, nomeadamente os respetivos catálogos de exposições  
Campo 488 – ligação a registos que descrevem obras relacionadas, nomeadamente os respetivos catálogos de exposições



Biblioteca de Arte

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Do Museu para o Mundo | Eunice Pinto | Jorge Resende | Paulo Leitão

A FLOR [ MATERIAL GRÁFICO ] / ANTÓNIO CHARRUA ; FOTOGRAFIA DE MÁRIO NOVAIS

AUTOR(ES):

Charrua, António, 1925-2008; Novais, Mário, 1899-1967, fotogr.

PRODUÇÃO:

1967

DESCR. FÍSICA:

1 prova fotográfica : 18 x 25,5 cm ; 1 negativo : 13 x 18 cm - p&b

INCLUIDO EM:

I Exposição de Artes Plásticas : pintura / fotografias de Mário Novais e de Mário de Oliveira 1967

NOTAS:

- Oito, 73 x 55 cm

CDU:

75(469)\*19\*(084.12)

COTA(S):

CFT032.1/40; CFT032.1/40n

TERMOS E CONDIÇÕES:

Termos e condições de utilização das cópias digitais.

CÓPIA DIGITAL:

(1014 KB)

Adicionar

Biblioteca de Arte

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Do Museu para o Mundo | Eunice Pinto | Jorge Resende | Paulo Leitão

I EXPOSIÇÃO DE ARTES PLÁSTICAS [ MATERIAL GRÁFICO ] : PINTURA / FOTOGRAFIAS DE MÁRIO NOVAIS E DE MÁRIO DE OLIVEIRA ; ORG. PELA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

AUTOR(ES):

Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Belas Artes (Lisboa, Portugal), ed. lit.; Novais, Mário, 1899-1967, fotogr.; Oliveira, Mário de, 1926-1999, fotogr.

PRODUÇÃO:

1967

DESCR. FÍSICA:

117 provas fotográficas ; 20 x 25 cm, principalmente ; 107 negativos ; 13 x 18 cm - 9 x 12 cm : p&b

INCLUIDO EM:

I Exposição de Artes Plásticas / fotografias de Mário Novais... [et al.] 1967

CONTÉM:

A Flor / António Charrua 1967

Composição / Carvet da Costa 1967

Paris / Mário Costa 1947

Paisagem / João Hogan 1956

Vendedeiras de Lisboa / Alice Jorge [19-]

A cidade branca / José Júlio [19-]

A peixeira / Querubim Lapa 1957

Napoli / António Lino 1953

A mulher e a pomba / Domingos Lopes [19-]

Composição / Lázaro Lozano [19-]

Vendedor de laranjas / Eduardo Luís [19-]

Lisboa de manhã / Abel Manta 1956

Manhã no Tejo / Abel Manta 1957

Paisagem / Albertina Mântua 1957

A estrada / Bernardo Marques [19-]

**I EXPOSIÇÃO DE ARTES PLÁSTICAS [ MATERIAL GRÁFICO ] / FOTOGRAFIAS DE MÁRIO NOVAIS... [ET AL.] ; ORG. PELA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN**

AUTOR(ES):	Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Belas Artes (Lisboa, Portugal), ed. lit.; Foto Camera (Estúdio de Fotografia), fotogr.; Foto Arteluz (Estúdio de Fotografia), fotogr.; Astória (Estúdio de Fotografia), fotogr.; Novais, Mário, 1899-1967, fotogr.; Nunes, Abreu, 197 -, fotogr.; Oliveira, Mário de, 1926-1999, fotogr.; Macedo, Artur Costa, 197 -, fotogr.; Moura, Álvaro, 197, fotogr.
PRODUÇÃO:	1957
DESCR. FÍSICA:	345 provas fotográficas ; 20 x 25 cm - 9 x 12 cm ; 293 negativos ; 13 x 18 cm - 35 mm : p&b
INCLUIDO EM:	I e II Exposição de Artes Plásticas / fotografias de Mário Novais... [et al.] 1957-1961
CONTÉM:	I Exposição de Artes Plásticas : pintura / fotografias de Mário Novais e de Mário de Oliveira 1957 I Exposição de Artes Plásticas : escultura / fotografias de Mário Novais e de Mário de Oliveira 1957 I Exposição de Artes Plásticas : desenho e gravura / fotografia de Mário Novais e de Mário de Oliveira 1957 I Exposição de Artes Plásticas : vistas gerais / fotografias de Abreu Nunes... [et al.] 1957
NOTAS:	- Conjunto de 345 provas fotográficas e 293 negativos, representando as obras de arte expostas: pintura, escultura, desenho e gravura; e um grande núcleo de imagens referentes a "vistas gerais" da exposição. A assinalar a fachada do edifício da SNBA e a escultura de António Duarte "Figura alada", imagens do pavilhão de recepção das obras de arte, vistas gerais da exposição com público e sem público, a visita da escola primária oficial no 18 e imagens da inauguração da exposição a 7 de Dezembro e da recepção aos artistas.

**I E II EXPOSIÇÃO DE ARTES PLÁSTICAS [ MATERIAL GRÁFICO ] / FOTOGRAFIAS DE MÁRIO NOVAIS... [ET AL.] ; ORG. PELA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN**

AUTOR(ES):	Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Belas Artes (Lisboa, Portugal), ed. lit.; Foto Arteluz (Estúdio de Fotografia), fotogr.; Astória (Estúdio de Fotografia), fotogr.; Foto Camera (Estúdio de Fotografia), fotogr.; Nunes, Abreu, 197 -, fotogr.; Novais, Horácio, 1910-1988, fotogr.; Macedo, Artur Costa, 197 -, fotogr.; Moura, Álvaro, 197, fotogr.; Oliveira, Mário de, 1926-1999, fotogr.; Novais, Mário, 1899-1967, fotogr.; Pereira, José, 197-, fotogr.
PRODUÇÃO:	1957-1961
DESCR. FÍSICA:	519 provas fotográficas ; 24 x 26,5 cm - 9 x 12 cm : 449 negativos ; 13 x 18 cm - 35 mm : p&b
CONTÉM:	I Exposição de Artes Plásticas / fotografias de Mário Novais... [et al.] 1957 II Exposição de Artes Plásticas / fotografias de Mário Novais, Horácio Novais e de José Pereira 1961
NOTAS:	- Conjunto de 519 provas fotográficas e 449 negativos p&b de formatos diversos, representando as obras de arte expostas nas categorias plásticas da arquitectura, escultura, pintura, desenho e gravura. Na I exposição inclui-se ainda um núcleo significativo de imagens da fachada da S.N.B.A., do pavilhão de recepção das obras de arte, da visita da escola primária no 18, da inauguração da exposição e da recepção aos artistas. Da II exposição existe um pequeno conjunto de vistas gerais, algumas da montagem da exposição.
OBRA(S) RELACIONADA(S):	II Exposição de Artes Plásticas / org. pela Fundação Calouste Gulbenkian. - Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1961 Artistas premiados nas I e II exposições de artes plásticas [da] Fundação Calouste Gulbenkian / [ed. lit.] Fundação Calouste Gulbenkian. - Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian. Centro de Arte Moderna. Gabinete de design, 1986 I Exposição de artes plásticas / organizada pela Fundação Calouste Gulbenkian. - Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1957
PROVENIÊNCIA:	Colecção fotográfica resultante da I e II exposição de artes plásticas, apresentadas ao público respectivamente, na Sociedade Nacional de Belas Artes em 1957 e na Feira Internacional de Lisboa em 1961, iniciativas da Fundação Calouste Gulbenkian, com objectivos definidos nos prefácios dos catálogos.
ASSUNTOS:	Fundação Calouste Gulbenkian (Lisboa, Portugal) -- Exposições -- [Fotografias]

**AVENIDA D. RODRIGO DA CUNHA, LISBOA [ PROECÇÃO VISUAL ] / GONÇALO RIBEIRO TELLES ; FOTOGRAFIAS DE MANUEL SILVEIRA RAMOS**

AUTOR(ES): Teles, Gonçalo Ribeiro, 1922-; Ramos, Manuel Silveira, 19-?-., fotogr.

PRODUÇAO: 2002-2003

DESCR. FÍSICA: 8 diapositivos : color : dimensões variadas entre 5X5 e 10X12,5 cm

PARTE DE: **Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian : Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos paisagistas, 1940-1970 / inventário realizado por Teresa Andresen, Teresa Bettencourt da Câmara e Lu Guedes de Carvalho 2002-2003**

CONTÉM: Reprodução de: Ajudinado. Plano geral, 1953. 1:500; 0,43 x 1,09 cm; suporte ozalide. CFT169.20  
Reprodução de: Plano de plantação, 31.07.1957. 1:200; 0,78 x 1,18 cm; suporte ozalide. CFT169.35  
Reprodução de: Cobertura da garagem, 05.08.1957. 1:50; 0,28 x 0,60 cm; suporte ozalide. CFT169.36  
Reprodução de: Arborização. Plano geral, 1953. 1:500; 0,43 x 1,09 cm; suporte vegetal. CFT169.109  
Reprodução de: Plano de plantação, 1953. 1:500; 0,55 x 1,12 cm; suporte vegetal. CFT169.110  
Reprodução de: Cobertura da garagem, 05.08.1957. 1:50; 0,29 x 0,65 cm; suporte ozalide. CFT169.128  
Exteriores, 2002-2003. CFT169.694-695

ASSUNTOS: Arquitectura paisagista -- Portugal -- 1940-1970 -- [Diapositivos]  
Avenida Dom Rodrigo da Cunha (Lisboa, Portugal) -- Ajudinado e arborização -- Desenhos e planos -- 1953-1957 -- [Diapositivos]  
Avenida Dom Rodrigo da Cunha (Lisboa, Portugal) -- [Diapositivos]

CDU: 712.3(469.411)\*19\*(084.12)

COTA(S): CFT169.20; CFT169.35; CFT169.36; CFT169.109; CFT169.110; CFT169.128; CFT169.694; CFT169.695

**DO ESTÁDIO NACIONAL AO JARDIM GULBENKIAN [ PROECÇÃO VISUAL ] : FRANCISCO CALDEIRA CABRAL E A PRIMEIRA GERAÇÃO DE ARQUITECTOS PAISAGISTAS, 1940-1970 / INVENTÁRIO REALIZADO POR TERESA ANDRESEN, TERESA BETTENCOURT DA CMARA E LUÍS GUEDES DE CARVALHO ; FOTOGRAFIAS DE MANUEL SILVEIRA RAMOS**

AUTOR(ES): Carvalho Luís Guedes de, orient. cient.; Cmara, Teresa Bettencourt, orient. cient.; Andresen, Teresa, 1957-, orient. cient.; Ramos, Manuel Silveira, 19-?-., fotogr.

PRODUAO: 2002-2003

DESCR. FÍSICA: 929 diapositivos, 1 DVD

NOTAS: - Imagens de desenhos e de obras de arquitectura paisagista referentes à actividade dos arquitectos paisagistas portugueses nas décadas de 40, 50 e 60 do século XX. Desta colecção fazem ainda parte entrevistas a alguns arquitectos e um filme sobre o Jardim Calouste Gulbenkian com as seguintes cotas: CDR 309, VC 93, VC 94 e VC 95. Existe igualmente inventário da colecção e transcrição das entrevistas, em suporte papel e em disquete  
- Contém título: Arquivo fotográfico de desenhos de projectos de arquitectura paisagista para apoio  exposição e catálogo  
- Contém título: Arquivo fotográfico de obras de arquitectura paisagista para apoio  exposição e catálogo

OBRA(S) RELACIONADA(S): Do Estdio Nacional ao Jardim Gulbenkian : Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos paisagistas, 1940-1970 / coord. Teresa Andresen . - Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Belas Artes, 2003

PROVENIÊNCIA: Colecção produzida n âmbito do Projecto "Do Estdio Nacional ao Jardim Gulbenkian...", levado à cabo pelo Serviço de Belas Artes da Fundação Calouste Gulbenkian. Esta colecção serviu de apoio  realização da exposição com o mesmo nome e  publicação do respectivo catálogo

ASSUNTOS: Arquitectura paisagista -- Portugal -- 1940-1970 -- [Diapositivos]

CDU: 712.3(469)\*19\*(084.12)

COTA(S): CFT169

CÓPIA DIGITAL: (426 KB)



Biblioteca de Arte

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Do Museu para o Mundo | Eunice Pinto | Jorge Resende | Paulo Leitão

## Pesquisa, acesso e utilização

- Modelo Catálogo
  - Pesquisa por palavra
  - Partições específicas – pesquisa e navegação

Biblioteca de Arte

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Do Museu para o Mundo | Eunice Pinto | Jorge Resende | Paulo Leitão

Desde 2005 que a Biblioteca tem vindo a desenvolver um conjunto de projetos visando a disponibilização, em modo digital, de conteúdos das suas coleções de carácter único ou de valor patrimonial. Nesta página do Catálogo pode pesquisar as coleções de carácter textual já digitalizadas e disponíveis.

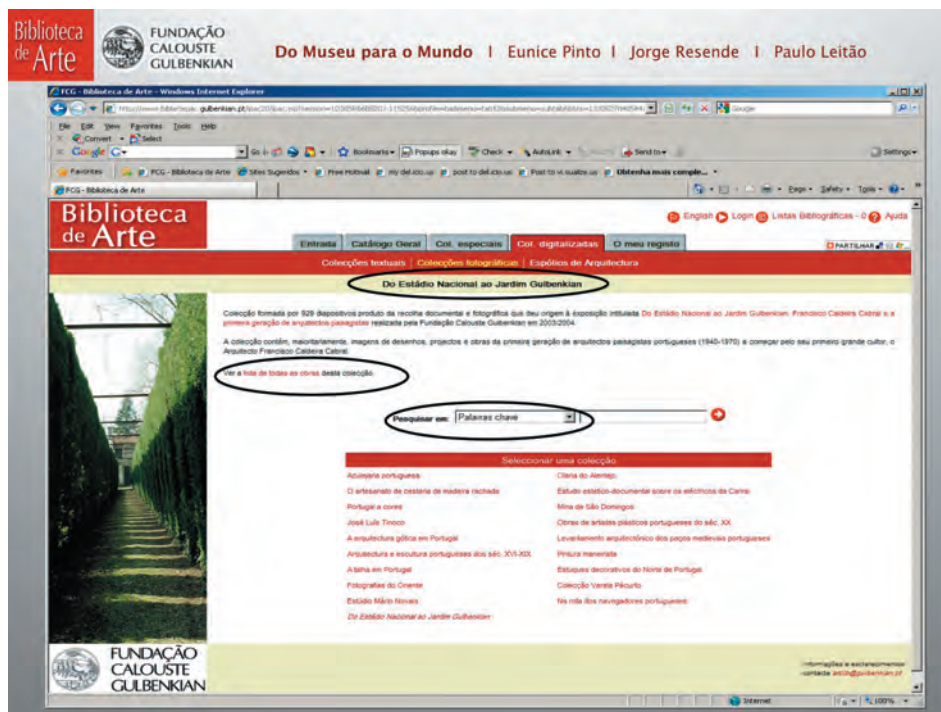
Utilize esta página para pesquisar este conjunto de coleções. Seleccione uma coleção ou pretendo pesquisar pessoalmente.

Pesquisar em:

Selecionar uma coleção

Tratado de Corral	José Augusto Franco
Exposição de Ancho de Sousa Carmona (1987-1998)	Exposição de Ancho de Sousa Carmona

Informações e esclarecimentos  
contacte: [art@fundacao-gulbenkian.pt](mailto:art@fundacao-gulbenkian.pt)



### 1.3. Acesso e apropriação dos ficheiros digitais

- A partir dos registos bibliográficos

- Formato dos ficheiros: PDF

- Implementação dos requisitos definidos na Política de Acesso para cada coleção

Reprodução de: Planta de apresentação e esboço de enquadramento paisagístico. Zona nascente. Célula F, s.d. 1:1000, 0,62 x 0,96 cm, suporte vegetal. CFT169.548

Reprodução de: Planta de apresentação e esboço de enquadramento paisagístico. Zona poente. Célula B, s.d. 1:1000, 1,03 x 1,13 cm, suporte vegetal. CFT169.547

Reprodução de: Plano de localização das zonas, s.d. 1:5000, 0,62 x 0,96 cm, suporte vegetal. CFT169.546

Reprodução de: Perfil tipo dos aamentos e pomenores de traçado, s.d. 0,63 x 1,31 cm, suporte vegetal. CFT169.549

Reprodução de: Planta de apresentação e esboço de enquadramento paisagístico. Zona poente. Célula B, s.d. 1:500 e 1:100, 0,76 x 0,96 cm, suporte vegetal. CFT169.550

Reprodução de: Planta de apresentação e esboço de enquadramento paisagístico. Zona nascente. Célula F, s.d. Sem escala, 0,60 x 0,76 cm, suporte vegetal. CFT169.551

Reprodução de: Planta de parte dos Olivais, s.d. Sem escala, 0,44 x 1,14 cm, suporte ozado. CFT169.552

ASSUNTOS: Arquitectura paisagista - Portugal - 1940-1970 - [Dispositivos]  
Casas económicas - Desritos e plantas - Bairro dos Olivais Sul (Lisboa, Portugal) - 1940-1970 - [Dispositivos]  
Olivais Sul (Lisboa) - Enquadramento paisagístico - Células A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, U, V, W, X, Y, Z - 1940-1970 - [Dispositivos]

CDU: 72.5489.411(18)(04.12)

CÓPIA DIGITAL: CFT169.544-552

Planta de apresentação e esboço de enquadramento paisagístico. Zona central. Célula E, s.d. 1:1000, 0,42 x 1,13 cm, suporte vegetal (231 KB)

Planta de apresentação e esboço de enquadramento paisagístico. Zona central. Célula E, s.d. Sem escala, 0,36 x 1,00 cm, suporte vegetal (204 KB)

Planta de apresentação e esboço de enquadramento paisagístico. Zona nascente. Célula F, s.d. 1:1000, 0,62 x 0,96 cm, suporte vegetal (202 KB)

Planta de apresentação e esboço de enquadramento paisagístico. Zona poente. Célula B, s.d. 1:1000, 1,03 x 1,13 cm, suporte vegetal (185 KB)

Plano de localização das zonas, s.d. 1:5000, 0,62 x 0,96 cm, suporte vegetal (360 KB)

Perfil tipo dos aamentos e pomenores de traçado, s.d. 0,63 x 1,31 cm, suporte vegetal (137 KB)

Planta de apresentação e esboço de enquadramento paisagístico. Zona poente. Célula B, s.d. 1:500 e 1:100, 0,76 x 0,96 cm, suporte vegetal (201 KB)

Planta de apresentação e esboço de enquadramento paisagístico. Zona nascente. Célula F, s.d. Sem escala, 0,60 x 0,76 cm, suporte vegetal (200 KB)

Plano de parte dos Olivais, s.d. Sem escala, 0,44 x 1,14 cm, suporte ozado (397 KB)

Ver formato LHMARIC | Exportar registo em ISO2709 | Exportar registo em MARCchange

Local	Cota	Vol.	Tipo Emprést.	Estado	Notas
Biblioteca de Arte	CFT169.544	0	Reservados nível 1	Disponível	Acessível em rede. Consultável no Espaço Multimédia.
Biblioteca de Arte	CFT169.545	0	Reservados nível 1	Disponível	Acessível em rede. Consultável no Espaço Multimédia.
Biblioteca de Arte	CFT169.546	0	Reservados nível 1	Disponível	Acessível em rede. Consultável no Espaço Multimédia.



**Biblioteca de Arte** FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Do Museu para o Mundo | Eunice Pinto | Jorge Resende | Paulo Leitão

FCG - Biblioteca de Arte - Windows Internet Explorer

Entrada | Catálogo Geral | Cat. especial | Cat. digitalizadas | O meu registo

Simplex | Elaborada | Avançada | Índices | Pub. Periódicas | Cat. Exposições | Histórico

Procurar por:  Palavras chave:  BUSCAR

Anteprojecto do Parque Infantil do Campo Grande, Lisboa | Projecto Visual | Manuel Azevedo Coutinho | Fotografia de Manuel Silveira Ramos

AUTORES: Coutinho, Manuel Azevedo  
 PRODUÇÃO: 2003  
 DESCR. FÍSICA: 1 diapositivo, color., 11x15 cm  
 PARTE DE: Do Estádio Nacional ao Parque Infantil do Campo Grande (1940-1970) / Inventário (2003)  
 CONTÊ: Reprodução de Desenho  
 ASSUNTOS: Parques infantis - Desenhos  
 CDU: 712.3469.411(1)19(084.12)  
 COTA(S): CFT169.24  
 TEMAS E CONDIÇÕES: [Ver ficheiro de metadados](#)  
 CÓPIA DIGITAL: [Ver ficheiro de metadados](#)

Message from webpage  
 Disponível apenas na rede local da Biblioteca.

Ver formato (RIFMARC) | Exportar registo em ISO2709 | Exportar registo em MarcXchange

Local	Cota	Vol.	Tip. Emprel.	Estado	Notas
Biblioteca de Arte	CFT169.24	0	Reservatório vital 1	Disponível	Acessível em rede. Consultável no Espaço Multimédia.

Assunto: Anteprojecto do Parque Infantil do Campo Grande

**Biblioteca de Arte** FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Do Museu para o Mundo | Eunice Pinto | Jorge Resende | Paulo Leitão

### 1.3.1. Outras formas de apropriação da informação

FCG - Biblioteca de Arte - Windows Internet Explorer

Entrada | Catálogo Geral | Cat. especial | Cat. digitalizadas | O meu registo

Simplex | Elaborada | Avançada | Índices | Pub. Periódicas | Cat. Exposições | Histórico

Procurar por:  Palavras chave:  BUSCAR

Resultado da pesquisa  
 209 registros para: BISCFT169

Ordenar por:  Selecionar

Coloção:  Selecionar  
 Tipo Documento:  Selecionar  
 Tipo Digitalização:  Selecionar  
 Língua:  Selecionar  
 País:  Selecionar

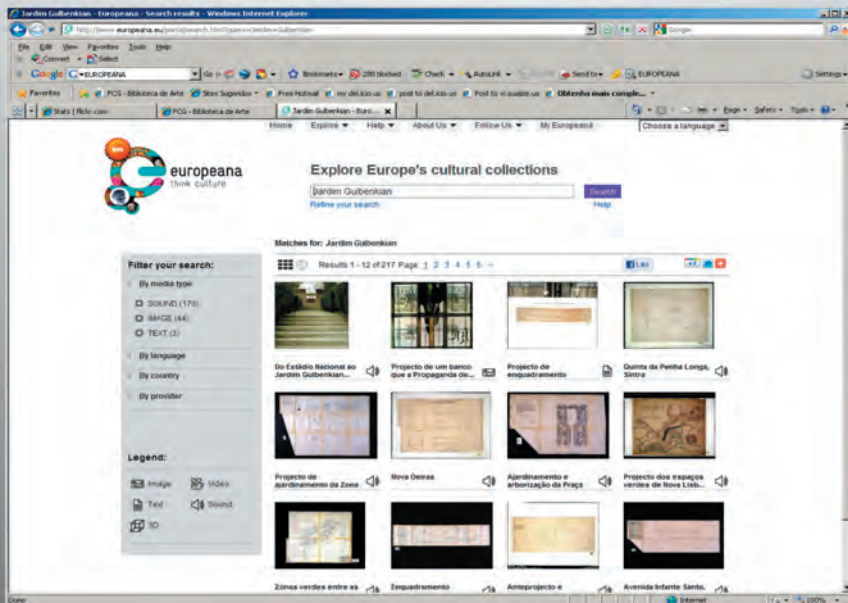
Seguintes

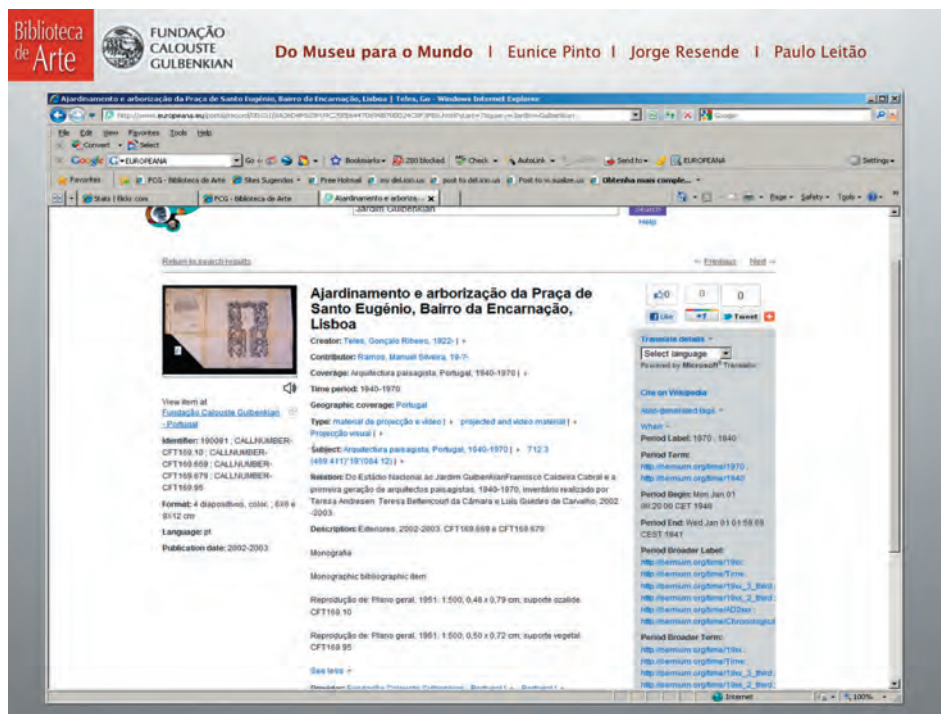
1. Agrupamento de casas económicas dos Olivais Sul, Lisboa | Projecto Visual | / Gonçalves Ribeiro Tallas | fotografias de Manuel Silveira Ramos. 2003.  
 Cota(s): CFT169.544-552
2. Avenida D. Afonso de Cunha, Lisboa | Projecto Visual | / Gonçalves Ribeiro Tallas | fotografias de Manuel Silveira Ramos. 2002-2003.  
 Cota(s): CFT169.20, CFT169.35, CFT169.36, CFT169.105, CFT169.110, CFT169.125, CFT169.604, CFT169.695
3. Avenida dos Estados Unidos da América, apartmento do topo entre o Av. de Roma e o Av. Rio de Janeiro | Projecto Visual | / Manuel Sousa da Câmara | fotografias de Manuel Silveira Ramos. 2003.  
 Cota(s): CFT169.63, CFT169.64, CFT169.65

## 2. Do universo fechado ao mundo infinito: reutilização da metainformação e dos conteúdos

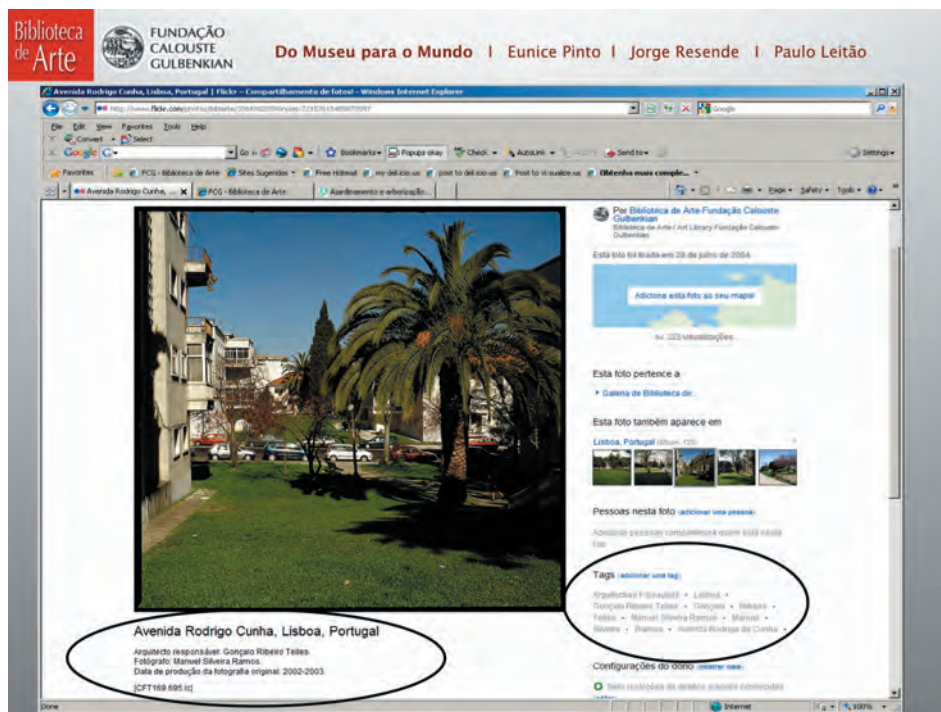
### 2.1. Reutilização de metainformação: **EUROPEANA**

### 2.2. Reutilização e socialização de conteúdos: **FLICKR**









## Outras formas de utilização das coleções

Museografia, Museologia : história de museus,  
organização dos espaços de exposição, etc.

Visitas virtuais a exposições

História das obras de arte: Coleção Do Estádio Nacional  
ao Jardim Gulbenkian – arquitetura paisagista

Identificação de obras expostas



[Quinta da Agrela : perspetiva] / Francisco Caldeira Cabral (1908-1992). 1946  
Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Fundação Calouste Gulbenkian- Biblioteca de Arte, CFT169.381

Biblioteca  
de Arte

FUNDÇÃO  
CALOUSTE  
GULBENKIAN

Do Museu para o Mundo | Eunice Pinto | Jorge Resende | Paulo Leitão

[Quinta da Agreia, Santo Tirso, projeto de Francisco Caldeira Cabral] / fot. Manuel Silveira Ramos. [2002-2003]  
Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian, Fundação Calouste Gulbenkian- Biblioteca de Arte.  
CET169 753

Biblioteca  
de Arte

FUNDÇÃO  
CALOUSTE  
GULBENKIAN

Do Museu para o Mundo | Eunice Pinto | Jorge Resende | Paulo Leitão

## Obrigado

**Eunice Pinto**  
epinto@gulbenkian.pt

**Jorge Resende**  
jresende@gulbenkian.pt

**Paulo Leitão**  
pyleitao@gulbenkian.pt

**Fundação Calouste Gulbenkian**  
**Biblioteca de Arte**  
<http://www.biblarte.gulbenkian.pt/>



# Memória da Cultura e a Cultura da Memória:

o caso do Memorial Noronhense—Espaço Américo  
Vespúcio, na ilha Fernando de Noronha, Brasil



# Memória da Cultura e a Cultura da Memória: o caso do Memorial Noronhense—Espaço Américo Vespúcio, na ilha de Fernando de Noronha, Brasil

Grazielle Rodrigues do Nascimento

A temática Patrimônio Cultural Imaterial é algo recente em meu percurso profissional. Apesar de ter formação em história e participar dos debates e discussões acerca do tema, em termos de prática profissional, enquanto instrumento de difusão da salvaguarda patrimonial, isto apenas se apresenta há pouco mais de um ano.

Parte dessa afirmação vincula-se ao trabalho que ora se desenvolve no entorno do patrimônio histórico e do patrimônio cultural imaterial no presente momento. Fazer parte da equipa do setor de patrimônio histórico-cultural da administração do Distrito da Ilha de Fernando de Noronha rendeu-me perceber como na prática cotidiana parte dos discursos sobre o patrimônio, bem como a sua salvaguarda atrelam-se a participação efetiva da comunidade que vive no entorno desses patrimônios.

Na atual realidade da Ilha de Fernando de Noronha há um equipamento cultural que se encontrava em abandono: o Memorial Noronhense — espaço Américo Vespúcio. A materialização de tal fato se deu quando as suas portas foram fechadas por falta de manutenção no circuito museal.

O Memorial Noronhense é um espaço cultural localizado na Vila dos Remédios, conjunto histórico que data do início do povoamento português de 1737. Foi em um dos casarios deste período que foi instalado o memorial noronhense no ano de 1998. Neste espaço estão reunidas informações acerca da conturbada trajetória do Arquipélago de Fernando de Noronha ao longo da História, desde a sua formação geológica com a explosão do hot-spot até história recente.

Para criá-lo, foi pensado um circuito composto por fotos reveladoras, que trazem um pedaço de Brasil, distante de tudo, marcado pela história dos homens que passaram e deixaram suas marcas imorredouras. Evidências iconográficas apresentam ousadas tentativas de construção e ocupação definitiva em vilas de aspecto colonial; o cotidiano do presídio instalado por 201 anos, no qual o preso era a principal mão-de-obra para todos os trabalhos servis, e os relatos de quem viveu o tempo insular.

de Noronha, ao longo dos seus mais de cinco séculos de presença humana.

Contudo, o Memorial tem um significado muito maior do que ser apenas um equipamento cultural para o turismo. Ele foi sendo aos poucos adicionado às falas dos moradores da Ilha como um espaço guardião da história e memória do lugar. O que antes fora criado para o visitante da Ilha passou a ser o lugar de memória.

Neste sentido, refletir acerca da relação memória e cultura remete-nos a compreender o que fazer com a capacidade de apreender da Cultura gerada a partir do próprio espaço Memorial Noronhense. Como preservar este patrimônio? Por que e para quem lhe dar valor? Estas perguntas encontram eco quando nos remetemos à construção d'algo muito maior: a cidadania. Temática ligada ao direito a memória. O espaço museológico, como vetor a implementação e desenvolvimento da prática de Educação Patrimonial, capaz de servir como instrumento ao exercício pleno da cidadania, bem como a salvaguarda do conhecimento social e cultural produzidos, encontra-se no cerne do debate atual insular. Para tanto, pensarmos em educação patrimonial requer perceber as inquietações da comunidade noronhense sobre o seu papel na construção dos seus referenciais culturais e de cidadania.

## **A Educação Patrimonial como medida a ampliação do PCI:**

A constituição brasileira, no que se refere ao meio ambiente, responsabiliza o poder público a competência da educação ambiental em todos os níveis de ensino, bem como a conscientização pública para a sua preservação. Embora a lei aponte para o entendimento e concepção do meio ambiente em sua totalidade, a maioria dos programas de educação ambiental relega a segundo plano a sua dimensão socioeconômica e cultural, na qual se inclui a discussão relativa à preservação do patrimônio histórico.

A partir de 1920, surgem discussões no que concerne a necessidade por preservar o nosso passado, como meio de formação de uma identidade a qual pudesse servir de referência cultural e de nacionalidade. Como movimento modernista, Mario de Andrade já atestava o valor do patrimônio histórico brasileiro como forma de construir uma identidade nacional, assentada na pluralidade das etnias e dos matizes culturais. Atualmente alguns historiadores e profissionais, que lidam com a dimensão da memória, vêm elaborando programas de educação patrimonial, que possam vir a servir de meio para a salvaguarda da identidade e memorial brasileira. De um povo.

A educação patrimonial é uma proposta interdisciplinar de ensino voltadas a conservação do patrimônio cultural, a fim de propiciar, não apenas aos educandos, mas a toda comunidade inserida no âmbito cultural e social. E daí, a necessidade por preservar, conservar e restaurar o que nos é apresentado.

Pesquisas realizadas indicaram que os visitantes de museu e sítios históricos buscam uma experiência autêntica: desejam ver os objetos originais e visitar sítios históricos reais, em contrapartida pouco se interessam pela reprodução que estes possam representar. Observamos também em nível mundial, um movimento crescente em favor da preservação do patrimônio cultural, especificamente, as coleções de museus. Entretanto, o público ressent-se freqüentemente de informações confiáveis relativas ao estado real dos objetos. Intrinsecamente ligada a uma boa política de conservação que deve tentar chegar ao equilíbrio entre a garantir aos visitantes acesso aos objetos ou aos sítios e tomar as medidas de ações indispensáveis à sua conservação. O estado deve cumprir com o seu papel diante da cultura e do patrimônio deixado pela produção daquele, elaborando ações preventivas nestes setores de visitação.

As políticas públicas, na área cultural, têm grande desafio pela complexidade e diversidade dos temas relacionados a cultural. Cabe às políticas estatais nos seus diversos níveis (federal, estadual e municipal) criar condições para a organização de um sistema de gestão da cultura, ampliando o acesso aos bens culturais.

As políticas públicas locais tem um papel central no tocante a cultura, pois da mesma forma que no âmbito da educação tem-se buscado possibilitar o acesso universal, no setor cultural necessita ainda criar o seu equivalente. Ampliar as exigências de qualificação dos gestores que visem o acesso dos produtores culturais. E daí, a importância de toda a sociedade, seja ela civil ou especializada, em debater a questão cultural no intuito de encontrar a sua melhor aplicação e utilização.

Um sistema de gestão da cultura tem como elementos-chaves a criação dos conselhos de culturas, dos fundos de cultura e das formas de participação democrática e descentralizada dos produtores culturais e das comunidades em geral. Com isso, estabelece-se as bases para implantar os elementos que compõem as políticas culturais: formação, criação, produção, distribuição, consumo, conservação, fomento. Esses elementos possibilitam um conjunto de referências de caráter simbólico, realizado nos âmbitos intelectuais, artístico, social e recreativo.

A partir desses itens, temos como pensar as políticas culturais como elementos de desenvolvimento cultural e econômico, o direito ao acesso aos bens culturais como garantia das necessidades básicas da população na construção da cidadania, assumindo o papel estratégico na defesa da diversidade cultural e das identidades culturais locais frente a globalização.

## **Ações para o patrimônio da ilha de Fernando de Noronha e o memorial:**

atividades de educação patrimonial cuja base não nos permite com segurança afirmar que possuem resultados. A perenidade, alias, é um traço marcante na história da própria ilha, como pudemos observar no histórico da primeira parte. E isso se reflete no desconhecimento dos jovens pela sua própria história.

A própria escola retirou de seu currículo a disciplina História Local dificultando ainda mais qualquer ação sobre esta temática. Uma ajuda que ainda este ano teremos é a reabertura do museu da ilha (Memorial Noronhense) que trata dos tempos históricos em imagens e textos. Talvez com o retorno deste equipamento cultural reaberto possamos trabalhar a história nos jovens, crianças e adolescentes difundindo a história e fortalecendo a identidade cultural de Fernando de Noronha.

O gabinete de Arqueologia está realizando uma ação em conjunto com a Escola, e dois moradores da Ilha (Marco Aurélio e Samuel) realiza uma ação interdisciplinar cujo mote é o meio ambiente e a cultura. Mas ainda afirmo que a perenidade marca a prática dessas atividades. Sem uma política de gestão do patrimônio da ilha, a sua salvaguarda se encontra ameaçada e a perda do patrimônio imaterial está na ordem do dia.

Diante disso, durante os anos de 2009 a 2010, o IPHAN em conjunto com outras instituições governamentais, não-governamentais e comunidade local (insular) promoveram Oficinas cujo objetivo era a Validação de documento em planilha para construção do Plano de Ação para o Patrimônio Cultural de Fernando de Noronha, baseado no Plano de Ação para as Cidades Históricas do Brasil (o PAC). Nestas oficinas, ao todo em número de três, os objetivos se voltavam ao diagnóstico e ações para o Patrimônio da Ilha.

Foi elaborado relatório em torno dessas questões. Neste, foram identificados, desde edifícios isolados a conjuntos urbanos. Muitos dos quais se encontram em estado de degradação acentuada e/ou descaracterizados, chegando até a um estado de arruinamento, quicá em completo abandono. Os que ainda se mantêm em pé justificam-se na razão de servir enquanto moradia. Por outro lado, a descaracterização de imóveis de valor histórico, por vezes acontece devido a questões socio-econômicas, a exemplo da utilização de materiais indevidos e, por vezes por falta de orientação técnica especializada. Devido a principal atividade econômica ser o turismo, o patrimônio cultural foi identificado como elemento potencial para fortalecer e incrementar o produto turístico ofertado no Distrito Estadual.

Quanto aos bens imateriais, foram rememoradas algumas festas e celebrações que cerca de vinte anos atrás eram freqüentes no cotidiano insular, bem como características da gastronomia que são desconhecidas da maioria dos jovens e adultos residentes. Na oficina, se fez notória a necessidade em realizar o Inventário das Referências Culturais em Fernando de Noronha. Algo ainda não acontecido.

Neste contexto em tela, o espaço museológico Memorial Noronhense serve como equipamento não apenas voltado a atividade turística, mas como vetor a implementação e desenvolvimento da prática de Educação Patrimonial capaz por interagir com o exercício pleno da cidadania e a salvaguarda do conhecimento social e cultural, produzidos.

## Considerações:

É certo que nos falta um documento de inventariação e recolha séria e aprofundada de tudo que versa a questão patrimonial na Ilha de Fernando de Noronha. Perceber a relação do homem com a natureza encontra-se materializada na forma com que se está tratando o patrimônio cultural na ilha.

No Termo de Ajustamento de Conduta (2002), documento que se refere a gestão ambiental e a execução das regras e princípios do Sistema Nacional de Unidades de Conservação na ilha, se observa que a área de proteção ambiental, denominada APA de Fernando de Noronha, tem como objetivo “proteger e conservar a qualidade ambiental e as condições de vida da fauna e flora”, mas também, como consta no Artigo 3, “conciliar (...) a ocupação humana com a proteção do meio ambiente”. Contudo, talvez pela força da mídia e pelo próprio encanto que as belezas naturais de Noronha exercem sobre seus visitantes, eles mesmos compactuem na proposta oficial de “esquecimento” do passado histórico do Arquipélago. Em prol da natureza estonteante produzida pela Ilha de Fernando de Noronha, sem observar as pedras dos caminhos que contam histórias, as paredes seculares que escondem emoções de muitos encarcerados que ali viveram isolados do continente, as fortalezas que se projetam sobre o mar, antes tão temíveis e hoje tomadas apenas como sentinelas, se pode admirar o “verdadeiro” patrimônio do lugar: a natureza.

Evidencia-se na conduta acerca da preservação do arquipélago uma compreensão de natureza desvinculada da cultura humana, que justificaria o olhar distraído, e até mesmo displicente com relação às marcas edificadas de sua paisagem. Se hoje a postura exploratória e utilitária da natureza é colocada sob cerrado julgamento, por outro a defesa dos ambientes de presença do natural rege-se por uma postura teórica que separa duramente o natural e o cultural, o natural e o humano.

Fernando de Noronha é reconhecido como Patrimônio Natural Mundial desde 2001, e talvez pelo fascínio que o natural exerce, poucos percebem os vestígios de homens que implantaram vilas para se abrigar, ergueram monumentos e praticaram rituais católicos para proclamar sua fé ou guardar prisioneiros submetidos aos rigores do cárcere, que desbravaram o verde original, permeando-o de casas, capelas, mirantes, solitárias, prédios para comando e estocagem de produtos.

Esse patrimônio cultural ampliado pela transmissão oral de bens imateriais tem mais de cinco séculos de história e permanece quase desconhecido. No “paraíso ecológico”, na “esmeralda do Atlântico”



não cabe o ciclo que vai do espanto contemplativo dos colonizadores ao reconhecimento de suas belezas naturais que em nenhuma hipótese exige o esquecimento de sua História.

Por se tratar de um lugar cuja economia se sustenta na atividade turística, é imprescindível preservar parte do Patrimônio cultural, uma vez que se faz necessária capacitação contínua dos agentes sociais de Fernando de Noronha, e a qualificação de um planejamento a este setor, tido como principal, fonte econômica da comunidade fernandina.

É fato que a reabertura do Memorial Noronhense vem corroborar ao trabalho de salvaguarda do Patrimônio, não apenas imaterial (objetivo principal das discussões em aulas), mas o patrimônio da Ilha de Fernando de Noronha como um todo, pela oportunidade em recuperar informações relegadas ao esquecimento, como a cultura do pastoril, Auto da Paixão de Cristo na Semana Santa, cantigas de carnaval, contação das lendas, divulgação do maracatu, etc.

Entendendo que “identidade é uma construção simbólica que vai dar uma sensação de pertencer a algum grupo, dando uma classificação de coesão social, que se identifica, se reconhece, e se classifica como iguais e semelhantes”. Agora entendemos a importância do trabalho no entorno do patrimônio histórico e cultural da ilha: a cidadania e a identidade cultural. Esses dois são as metas que precisamos alcançar e difundir. Porque a Ilha não é apenas um lugar paradisíaco que serve de passagem no Oceano Atlântico, mas um espaço social repleto de possibilidades.

## Referencias Bibliográficas:

ABREU, Regina e CHAGAS, Mário. (Orgs) (2003). Memória e patrimônio. Rio de Janeiro: DPGA.

Carvalho, Ana. 2011. Os Museus e o Patrimônio Cultural Imaterial. Algumas Considerações. In Ensaaios e práticas em museologia, ed. A. Semedo e P. Costa. Porto: Universidade do Porto.

CARVALHO, Claudia S. Rodrigues. Preservar para conhecer. In. Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material. (Orgs).

Duarte, Alice. 2010. O desafio de não ficarmos pela preservação do patrimônio cultural imaterial. In Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, ed A. Semedo e E. N. Nascimento. Porto: Universidade do Porto.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. (2001). Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX. — São Paulo: Cia editora nacional. — (Brasileira Novos Estudos; 5



## DADOS INSTITUCIONAIS

INSTITUIÇÃO: Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha – Brasil.  
graziellerodrigues379@hotmail.com

Telemóvel: em Portugal: 912 962 304 | No Brasil: 0055 041 8199556354

<http://noronhamultifacetado.multiply.com>



# Da Missão Historicopedagógica dos Museus



# Da Missão Históricopedagógica dos Museus

Justino Magalhães

*Instituto da Educação da Universidade de Lisboa*

## RESUMO

Ao publicar, em 1903, a obra “Der moderne Denkmalkultus” [o culto moderno dos monumentos] Alois Riegl abriu o debate sobre património histórico, distinguindo valor histórico-artístico e valor de rememoração, cujos contornos se revelaram estruturais para um cruzamento interdisciplinar. Deixando de lado os aspetos centrais da preservação e do restauro, áreas em constante inovação, com destaque designadamente para a obra e a acção de Cesare Brandi; tomando como referência, entre outros aspectos, os museus pedagógicos inspirados em John Dewey e fazendo aplicação das noções de história vivida e de regime de historicidade, procurarei entretecer uma aproximação entre memória (património), educação e história. Tal articulação permite conferir à história ensinada e à educação histórica um sentido pedagógico de consciência cívica, humanidade e subjectivação. Com efeito, a transformação da experiência simbólica em experiência vivida processa-se de forma tanto mais sólida e consequente quanto aconteça em contextos historiológicos seleccionados, muito particularmente museus, arquivos, monumentos, campos arqueológicos e se configurada em experiência pedagógica. Este será também o ensejo para sugerir uma orientação histórico-pedagógica dos museus substantivada em programas formativos que possam revestir-se de diferente natureza e que possam ser criados e implementados em diferentes cenários histórico-culturais.

Palavras-Chave: património, educação, história

1. A associação entre história e educação agrega a memória e dá fundamento ao binómio regime de historicidade — regime de educabilidade. Quer se acentue o peso da história, quer se acentue o peso da educação, qualquer destes quadros congrega as duas vertentes e substantiva-se, de forma particular, em programas de democratização e cidadania. A educação torna actual e significativa a história, pelo que todo o património histórico é educativo. Neste contexto, há quatro verbos que traduzem a condição de historicidade, fora de uma acção historiográfica específica: humanizar, preservar, fruir, recriar. A cadeia formada por estes verbos dá curso a um programa históricopedagógico de conservação, informação, significado, interacção. A situação de sujeitos mergulhados na história envolve o reconhecimento da acção humana e do valor daquilo que ao humano directa ou indirectamente respeita. É neste quadro que a preservação diz respeito à sensibilização, ao reconhecimento da herança colectiva, ao sentido crítico e avaliativo em face dos testemunhos do quotidiano. A conservação inclui restauro e (re) actualização, no que inclui um conjunto de operações técnicas: acautelar contra a destruição e o efémero; acomodar; descrever de forma comunicativa e relevante para distintas comunidades as marcas, os vestígios, os artefactos, os discursos do passado.

Testemunho e símbolo da memória e da história passada, é junto das populações de cada presente histórico que o património cumpre a sua função básica: tornar possível e ser motivo de rememoração; alimentar a memória colectiva; tornar significativas a preservação e a fruição. A reactualização inclui a vertente comunicativa, interpretativa, interativa. A interacção é um passo mais profundo, posto que envolve a comunhão entre os diferentes “actores” da história, proporcionando a recriação e a reutilização dos instrumentos fabris, a (re) interpretação da simbologia dos testemunhos históricos, a interiorização das vivências e das cognições.

Nesta sobreposição entre regime de historicidade e regime de educabilidade, os museus permitem observar, como também, em certos casos, manipular e recriar. Ao tomar parte nesta cadeia humana, atribuindo-lhe significado, preservando, dando a conhecer, convertendo o individual e o singular em memória colectiva, os actuais sujeitos intervêm na história; dão curso à história vivida. Tal interacção está para além da ego-história e da história do presente. Ela torna possível e significativa a história como racionalidade, e como constitutiva de cidadania e de humanidade. A associação entre história vivida e historicidade mergulha os que vivem o presente, seja em relação ao património que não lhes é coetâneo, seja e fundamentalmente na herança colectiva.

2. Retomando a tese central de Alois Riegl “Der moderne Denkmalkultus” [o culto moderno dos monumentos], conclui-se que o património histórico está sujeito a uma semântica. Os locais da memória, monumentos, artefactos, documentos, testemunhos de diversa natureza (topónimos, legendas, narrativas, lendas) são locais da história. A mobilização para a fruição e a simbologia históricas contêm uma superação do ónus tradicional/histórico pela conscientização – incorporação do histórico no moderno e a interacção historiológica como cidadania e humanidade. Estamos mergulhados na história. A história vivida torna-se fonte de historicidade. A associação entre museus e educação está inscrita na primeira razão de ser da museologia e foi retomada como móbil através da proclamação da Unesco, muito particularmente através do ICOM (Conselho Internacional dos Museus), a partir da década de sessenta do século XX. No âmbito desta relação entre património histórico e educação, é possível estabelecer a distinção entre o modelo do Velho Continente e o do Novo Mundo. Na Europa, a existência do património histórico bem assim como de colecções artísticas e arquivísticas, com valor educativo fora, em regra, anterior à classificação, preservação, divulgação e disponibilização escolar ou sociocomunitária. No Novo Mundo, frequentemente sucedeu que as necessidades pedagógicas e cívicas antecederam e justificaram a criação e instituição de museus e de memoriais. No entanto, num como noutro caso, a associação entre museus e educação é incontornável.

Na longa duração, a missão educativa dos museus veio sendo exercida fundamentalmente junto das escolas e de públicos formalmente organizados e mobilizados. A partir de meados do século XX, tal acção tornou-se objecto de alguma regularidade. No Colóquio sobre o Papel Educativo e Cultural dos Museus, organizado através do ICOM e que decorreu em Moscovo no ano de 1968, foi proclamado o



princípio de que «o Museu actuará como complemento da escola, integrando nos programas educativos uma acção típica insubstituível». Com essa mesma orientação, a Associação Portuguesa de Museologia promoveu em Lisboa, no ano de 1971, um Seminário denominado Museus e Educação, no qual fez aprovar as linhas de orientação para concretizar aquela directiva. O Museu ficara definido como auxiliar do ensino, devendo passar a articular-se com as escolas e a contar com um serviço educativo. Para esse efeito, os museus deveriam privilegiar os aspectos relativos à cultura portuguesa. Um dos temas em que a acção educativa dos museus se poderia concretizar diria respeito à evolução dos meios de comunicação. O serviço educativo dos museus seria constituído pelo conservador e por monitores. Para além da divulgação, este serviço deveria fazer exposições, emprestar espécimes para as escolas, organizar clubes para actividades de tempos livres, abrir-se ao voluntariado. Na sequência, a articulação entre o museu e as escolas deveria dar origem a uma planificação e a uma estreita colaboração.

Dando sequência à ideia, no ano de 1987, a Associação Portuguesa de Museus (APM) levou a cabo um novo seminário A Escola vai ao Museu (Lisboa, 1987), em que, entre os vários estudos e comunicações, foram apresentados modelos de classificação dos museus e respectivos materiais, em consonância com as idades e os ciclos escolares. Para além das preocupações relativas ao que preservar, conservar e classificar, os museus respondiam deste modo a um novo desafio: comunicar e mobilizar, de forma orientada e crítica para diferentes públicos.

3. A partir da década de oitenta do século passado, às preocupações anteriores, veio juntar-se uma outra. Para cumprir de forma integral a sua função histórico-educativa, os museus passaram a ter também necessidade de formar os públicos. No quadro do que vinha sendo designado de Nova Museologia, a informação e a comunicação eram investidas de uma maior relevância, desafiando os museólogos e os técnicos responsáveis, seja a focalizarem-se nos destinatários de forma orientada, seja a reorganizarem as colecções e as exposições por forma a gerarem uma maior interacção com os utentes. Como paradigma museológico e museográfico, a Nova Museologia tornou-se um movimento de âmbito internacional, consignado na Declaração do Quebec. Princípios Básicos de uma Nova Museologia (Quebec, 12 de Outubro de 1984). Com esta declaração, os princípios orientadores passaram a centrar-se no papel social e global das intervenções do museu, ao serviço da imaginação criadora, do realismo construtivo e dos princípios humanitários (Dominguez, 2010, p. 148). Adaptando-se às necessidades da sociedade da informação e do conhecimento, a acção dos museus passou a estar mais próxima da pessoa e revestiu-se de uma racionalidade pedagógica. Cabia aos responsáveis dos museus informar, comunicar e formar, para se relacionarem com os públicos de forma autónoma. Sem deixar de dar nota da riqueza e das virtualidades do seu património, deixava de ser suficiente informar e mobilizar, particularmente se a tónica de tais desígnios continuava orientada para uma estreita conexão com escolas. Passou a tornar-se necessário formar os públicos. O público que aflui aos museus não é uma turba anónima e acultural, pelo que para tornar significativa a ida ao museu, é necessário analisar

os destinatários, distinguindo, nomeadamente, entre visitantes e observadores, e entre técnicos e cidadãos. A passagem pelo museu não é anódina e, menos ainda, inócua. Necessário se torna distinguir entre fruição, (in)formação, experiência simbólica. Se o aprendiz de arte visita o museu para observar, estudar, imitar e reproduzir as obras dos mestres, outros fá-lo-ão para exercitarem e aperfeiçoarem a sensibilidade e a experiência artística. Nos museus técnicos e de ciência são frequentes as réplicas para que os utentes ensaiem e testem os protótipos. A fruição estética do museu não é nem uniforme, nem universal, dependendo, em muito, da preparação cultural, da formação técnica, da conscientização estética e, enfim, do interesse e da motivação de cada um. Dando curso a estes pressupostos, pode aventar-se que a interacção será tanto mais rica quanto a interpretação dos sujeitos seja suportada por uma informação adequada e por uma orientação específica. Na sequência destes pressupostos, pode ainda aventar-se que, entre o folheto legendado e a narrativa crítica, se situa um abismo configuracional e conteudal tão amplo quanto o que distingue visitante e residente, ou criança e adulto. Assim a legenda, o catálogo, a narrativa genealógica e o guião do olhar, do sentir, do comentar e criticar, são distintos modos de comunicação que exigem do agente cultural uma formação que inclua a dimensão pedagógica.

4. Na actualidade, não basta aos museus lidarem com públicos escolares e com públicos técnico-artísticos, que eram habitualmente aqueles melhor caracterizados. A informação, a mobilização e a formação desafiam à criação de estratégias pedagógicas. A preocupação de proporcionar aos frequentadores dos museus uma fruição autónoma e pessoal evoluiu de forma gradual, seja pela adequação dos materiais expostos e disponíveis, seja pelo modo de os dar a conhecer e fruir junto de distintos públicos. Deixando para outra oportunidade a abordagem aos museus pedagógicos criados com incidência no princípio *learning by doing*, designadamente no âmbito da pedagogia de Dewey, ou mais genericamente na componente laboratorial da Escola Nova, recuperam-se aqui algumas das orientações que estiveram na génese dos Museus Escolares, para asseverar que tem vindo a emergir um paradigma amplo de museologia que alia, de forma integrada, a função histórica e a função educativa.

Num relatório publicado pela Unesco, em 1973, foi possível escrever, em relação aos museus norte-americanos que «il existe, dans la plupart des musées, des installations spéciales, du matériel éducatif imprimé, des programmes d'enseignement et des cours». Ficava todavia aí expresso que apesar das marcas específicas orientadas para as escolas, «il faudrait en outre montrer au public, par des représentations graphiques, comment des oeuvres exposées s'inscrivent dans une évolution générale; le visiteur ordinaire et l'élève devraient être mis en mesure de se situer chronologiquement et géographiquement par rapport au passé et aux oeuvres originales présentées dans le musée». A emergência da vocação pedagógica dos museus tem vindo a acontecer num quadro de pedagogia crítica. Um dos pressupostos fundamentais desta pedagogia é a necessidade de distinguir e orientar a comunicação e a acção para destinatários previamente determinados, assim crianças, adultos, letrados

ou menos letrados; visitantes ou residentes; comuns ou especializados. Um outro pressuposto é o de distinguir tipos de actuação, fazendo-os depender de, entre outros critérios, do protocolo a estabelecer com os utentes, em face de um programa focado na mostra, na continuidade, na progressão. Um princípio orientador de toda esta racionalidade reside em definir quais os comportamentos adequados em sede de museu e quais as aprendizagens e as aquisições esperadas, sem o que não haverá lugar a uma sistemática e a um projecto dirigidos. A inteligência informada e crítica das obras de arte permite converter a experiência vivida, ou a própria vivência/experimentação em experiência simbólica. Tal aproximação à obra de arte poderá incluir a contextualização; a integração num colectivo histórico, artístico-cultural, humanístico; a elaboração de comentários verbais e escritos sobre o significado histórico, o valor estético, o significado pessoal e de humanidade.

A permanência sistemática e progressiva no museu permite a mediação ou, de outro modo, a conversão da experiência simbólica em vivência, pois que possibilita contactar e fazer uso de instrumentos, máquinas ou mesmo de réplicas de obras de arte e havendo, por outro lado, oportunidade a copiar replicar, recriar, de forma autónoma e orientada, essas mesmas espécies artísticas, mimetizando, reproduzindo e interiorizando a experiência técnico-estética de criador de arte.

5. Reitere-se que a responsabilidade social dos museus envolve uma maior insistência na política cultural, não podendo esta confinar-se nem à complementaridade da sala de aula, nem à escolarização das salas do museu. Os programas educativos dos museus comportam alguma diversidade. Deixando de lado os casos melhor definidos como sejam os museus de ciência, os museus da indústria, os museus agrícolas, bem assim como quintas-pedagógicas, museus-laboratório escolares, campos arqueológicos, cuja pedagogização é imediata, pois que dá curso a uma estratégia didáctica, é possível inventariar outro tipo de experiências, conforme visem tornar participante e activa uma assembleia genérica, ou visem à fidelização e à continuidade formativa. Com efeito, no quadro de um novo paradigma centrado nas ciências da informação e da comunicação «in grasping the complexity of the educational role of the museum, three words reoccur: education, interpretation and communication».

Tomando como referência o núcleo conceptual formado pelos três vocábulos (educação, interpretação, comunicação), pode argumentar-se que, na base da conversão dos públicos dos museus em comunidades interpretativas, está a premissa de que a atitude interpretativa pré-existe à formalização da comunicação, particularmente da comunicação escrita. Esta estratégia envolve uma atitude construtivista de re-escrita cultural — «the Construtivist Museum will provide opportunities for learning using maximum possible modalities both for visitor interaction with exhibitions and for processing information». A função educativa dos museus tornará possível uma ascensão e uma democratização cultural dos seus utentes, combinando cidadania com formação, fruindo de forma crítica o património e a conscientização histórico-pedagógica. Esta proximidade sairá particularmente favorecida nos museus municipais, mas é também fundamental promover a circulação e o acesso ao

património humano no seu todo, permitindo reconhecê-lo e experienciá-lo, e retirando benefício dos modernos meios tecnológicos de comunicação e informação.

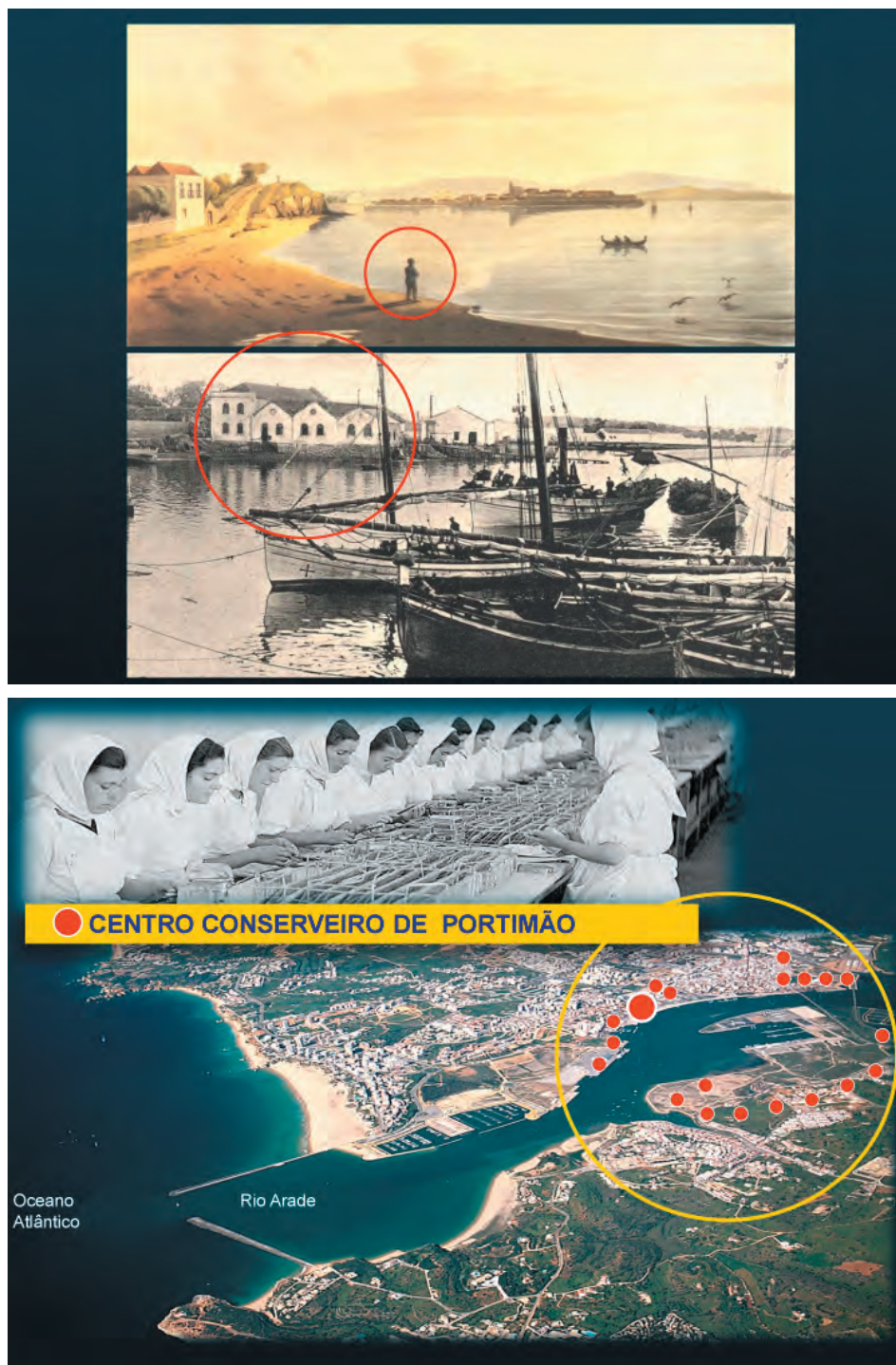
Esta perspectiva construtivista é também o caminho para romper com a visão que tem tomado o museu como estático, pois que essa foi a sua principal origem - «the emergence of the museum was a part of the experience modernity - the developments in science and technology, the Industrial Revolution and urbanization, as well as the consequent changes in the experience of time and space». A re-actualização do museu, com base numa racionalidade pedagógica promove a articulação entre o regime de historicidade e o regime de educabilidade. Substantivada na acção cultural, a racionalidade pedagógica activa a noção de projecto e inclui: diagnóstico; constituição de grupo - protocolo; selecção de meios/ acção; transformação experiencial, estética, ética; um programa continuado e progressivo da formação. É um desafio que, por incluir diferentes vertentes e requisitar uma qualidade de execução rigorosa e focalizada na transformação, desde a arquivística à educativa, carece de equipas interdisciplinares constituídas por especialistas e profissionais de distinta formação, laborando em concertação. Assim pois, concluamos, na actualidade, a missão dos museus não pode cumprir-se na ausência de uma racionalidade e de uma acção histórico-pedagógicas.

# Uma relação de proximidade entre o documento e a peça











## DE FÁBRICA A MUSEU (1901 - 2008)



## PROGRAMA MUSEOLÓGICO / OBJECTIVOS

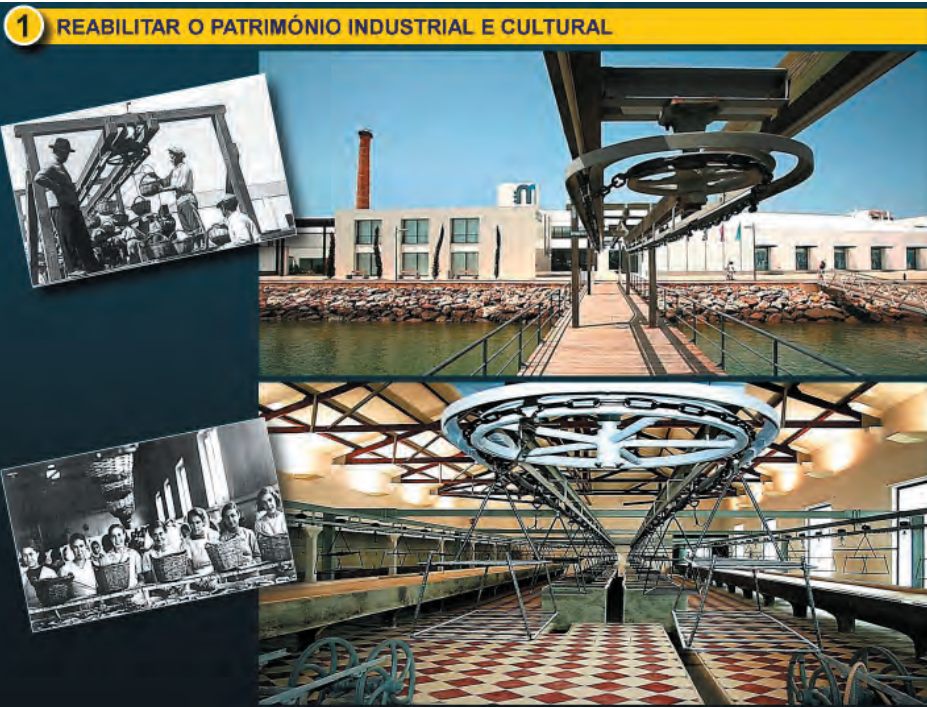
- 1 REABILITAR O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL E CULTURAL
- 2 VALORIZAR A RELAÇÃO CIDADE - RIO
- 3 INTERPRETAR E DIVULGAR A EVOLUÇÃO HISTÓRICA, TERRITORIAL E SOCIAL DA COMUNIDADE
- 4 POTENCIAR A FORMAÇÃO DE NOVOS PÚBLICOS, DESENVOLVENDO UMA OFERTA CULTURAL DE QUALIDADE



### 1 REABILITAR O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL E CULTURAL







**3 INTERPRETAR E DIVULGAR A EVOLUÇÃO HISTÓRICA, TERRITORIAL E SOCIAL DA COMUNIDADE**

**PORTIMÃO**  
TERRITÓRIO  
E IDENTIDADE

PERCURSO **1** ORIGEM E DESTINO DE UMA COMUNIDADE

PERCURSO **2** A VIDA INDUSTRIAL E O DESAFIO DO MAR

PERCURSO **3** DO FUNDO DAS ÁGUAS

## Percurso 1 ORIGEM E DESTINO DE UMA COMUNIDADE

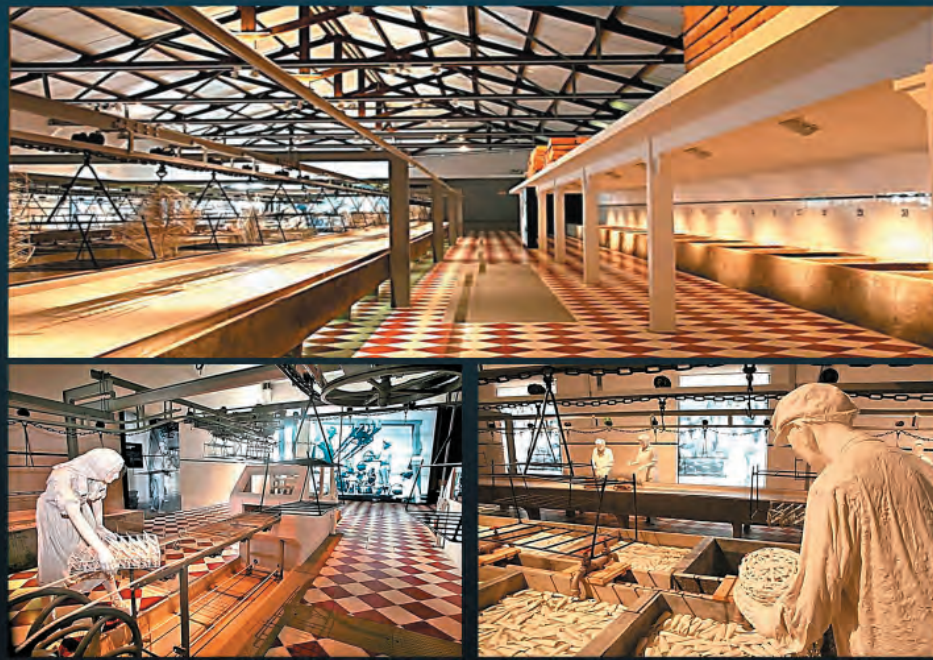


## Percurso 2 A VIDA INDUSTRIAL E O DESAFIO DO MAR





Percorso 2 A VIDA INDUSTRIAL E O DESAFIO DO MAR



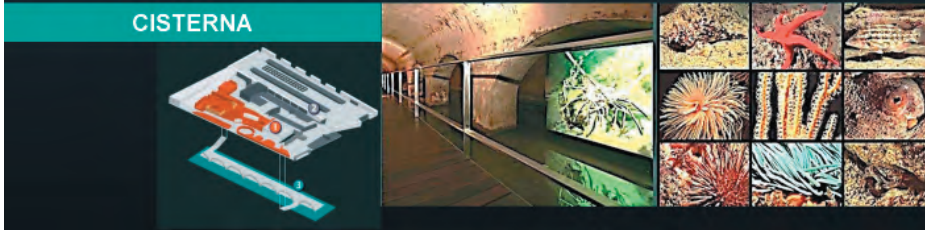
Percorso 2 A VIDA INDUSTRIAL E O DESAFIO DO MAR



Percurso 3 DO FUNDO DA ÁGUAS



CISTERNA



SALAS DE EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS





### OFICINA EDUCATIVA



**DESCOBRIR**





**CONSTRUIR**





**APRENDER**



**CRIAR**

### AUDITÓRIO








## MUSEU DE PORTIMÃO



### PROGRAMA MUSEOLÓGICO - ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E FUNCIONAL



Espaço reservado

Espaço público



## PROGRAMA MUSEOLÓGICO / PROJECTO ARQUITECTÓNICO ORGANIZAÇÃO ESPACIO - FUNCIONAL



- Entrada Principal - Recepção
- Sala de Exposição Referência "Portimão-Território e Identidade"
- Salas Exposições Temporárias
- Área Técnica / AVAC
- Oficina Conservação e Restauro
- 7 Centro de Documentação e Arquivo Histórico
- Reservas
- Oficina Educativa
- Laboratório
- Salas de Apoio e Formação
- Serviços Administrativos
- Bengaleiro
- Auditório
- Bar / Cafeteria / Esplanada

## PROGRAMA MUSEOLÓGICO / PROJECTO ARQUITECTÓNICO ORGANIZAÇÃO ESPACIO - FUNCIONAL



- Entrada Principal - Recepção
- Sala de Exposição Referência "Portimão-Território e Identidade"
- Salas Exposições Temporárias
- Área Técnica / AVAC
- Oficina Conservação e Restauro
- 7 Centro de Documentação e Arquivo Histórico
- Reservas
- Oficina Educativa
- Laboratório
- Salas de Apoio e Formação
- Serviços Administrativos
- Bengaleiro
- Auditório
- Bar / Cafeteria / Esplanada

## SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO E SEGURANÇA



## SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO E SEGURANÇA

OBJECTIVOS	SISTEMA	COMPONENTES E ÁREAS
<b>1</b> GARANTIR CONDIÇÕES TERMO-HIGROMÉTRICAS PARA A CONSERVAÇÃO DAS COLECÇÕES  <b>2</b> ASSEGURAR A QUALIDADE AMBIENTAL DOS TÉCNICOS DO MUSEU, UTENTES E VISITANTES  <b>3</b> PROTEGER A INTEGRIDADE DE PESSOAS, BENS E ESPAÇOS	CLIMATIZAÇÃO CENTRAL AVAC	SALAS DE EXPOSIÇÃO RESERVAS CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO ARQUIVO FOTOGRÁFICO ÁREA ADMINISTRATIVA AUDITÓRIO OFICINA EDUCATIVA LABORATÓRIO OFICINA CONSERVAÇÃO E RESTAURO
	SEGURANÇA ACTIVA	DETECÇÃO AUTOMÁTICA DE INCÊNDIO SISTEMA DE EXTINÇÃO PORTÁTIL SISTEMA DE EXTINÇÃO FIXA SISTEMA DE DETECÇÃO DE INTRUSÃO SISTEMA DE VIGILÂNCIA VÍDEO / CCTV SISTEMA DE CONTROLO DE ACESSOS SISTEMA DE DETECÇÃO DE GÁS
	SEGURANÇA PASSIVA	SINALÉTICA DE EMERGÊNCIA SISTEMA DE CONTROLO DESENFUMAGEM COMPARTIMENTOS CORTA-FOGO ISOLAMENTO IGNÍFUGO



## CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO / ARQUIVO HISTÓRICO



## CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO / ARQUIVO HISTÓRICO

### Serviços

SALA DE LEITURA E CONSULTA

16 PONTOS DE ACESSO PARA PESQUISA

APOIO À CONSULTA E PESQUISA

REPRODUÇÃO / IMPRESSÃO / DIGITALIZAÇÃO

LEITOR DE MICRO FORMAS

LIGAÇÃO WI-FI

ESPAÇO INTERNET





## CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO / ARQUIVO HISTÓRICO

### Fundos Documentais



## CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO / ARQUIVO HISTÓRICO

### Fundos Documentais

BIBLIOTECA ESPECIALIZADA

BIBLIOTECA JOÃO TAVARES

ARQUIVO HISTÓRICO

ARQUIVO ICONOGRÁFICO



## CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO / ARQUIVO HISTÓRICO

## Fundos Documentais

BIBLIOTECA ESPECIALIZADA

4131 MONOGRAFIAS E PUB. PERIÓDICAS



## CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO / ARQUIVO HISTÓRICO

## Fundos Documentais

BIBLIOTECA ESPECIALIZADA

4131 MONOGRAFIAS E PUB. PERIÓDICAS

FUNDO LOCAL PORTIMÃO

FUNDO REGIONAL ALGARVE

## HISTÓRIA

ARQUEOLOGIA

PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL

TURISMO E PLANEAMENTO

ARTE E ARQUITECTURA

ETNOGRAFIA

INDUSTRIA E TÉCNICA

CONSTRUÇÃO NAVAL, NAVEGAÇÃO E PESCAS

BIBLIOTECA, ARQUIVO E DOCUMENTALISMO

MUSEOLOGIA

## GEOGRAFIA

#### OBRAS DE REFERÊNCIA





TEMÁTICAS



**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO / ARQUIVO HISTÓRICO**

## Fundos Documentais



<b>BIBLIOTECA ESPECIALIZADA</b>	<b>4131 MONOGRAFIAS E PUB. PERIÓDICAS</b>
<b>BIBLIOTECA JOÃO TAVARES</b>	<b>2246 MONOGRAFIAS E PUB. PERIÓDICAS</b>

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO / ARQUIVO HISTÓRICO**

## Fundos Documentais

<b>BIBLIOTECA ESPECIALIZADA</b>	<b>4131 MONOGRAFIAS E PUB. PERIÓDICAS</b>
<b>BIBLIOTECA JOÃO TAVARES</b>	<b>2246 MONOGRAFIAS E PUB. PERIÓDICAS</b>
<b>ARQUIVO HISTÓRICO</b>	<b>565 m.l. 2716 CAIXAS / 25 LIVROS / 27 MICROFILMES</b>

## CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO / ARQUIVO HISTÓRICO

## Fundos Documentais

BIBLIOTECA ESPECIALIZADA

4131 MONOGRAFIAS E PUB. PERIÓDICAS

BIBLIOTECA JOÃO TAVARES

2246 MONOGRAFIAS E PUB. PERIÓDICAS

ARQUIVO HISTÓRICO

565m

2716 CAIXAS / 25 LIVROS / 27 MICROFILMES



GRUPO DE FUNDOS

## CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO / ARQUIVO HISTÓRICO

## Fundos Documentais

BIBLIOTECA ESPECIALIZADA

4131 MONOGRAFIAS E PUB. PERIÓDICAS

BIBLIOTECA JOÃO TAVARES

2246 MONOGRAFIAS E PUB. PERIÓDICAS

ARQUIVO HISTÓRICO

565m

2716 CAIXAS / 25 LIVROS / 27 MICROFILMES



GRUPO DE FUNDOS

INDÚSTRIA CONSERVEIRA

CONSTRUÇÃO NAVAL

FAMÍLIA E PESSOAIS

ARTES E OFÍCIOS

ASSOCIAÇÕES

ARQUIVOS HISTÓRICOS

EDUCAÇÃO

CONFRARIAS, IRMANDADES E MISERICÓRDIAS

ADMINISTRAÇÃO LOCAL



## CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO / ARQUIVO HISTÓRICO

## Fundos Documentais

BIBLIOTECA ESPECIALIZADA

4131 MONOGRAFIAS E PUB. PERIÓDICAS

BIBLIOTECA JOÃO TAVARES

2246 MONOGRAFIAS E PUB. PERIÓDICAS

ARQUIVO HISTÓRICO

565m

2716 CAIXAS / 25 LIVROS / 27 MICROFILMES

ARQUIVO ICONOGRÁFICO

255MAP./3460FOT./30.000NEG./1513DTC/5337PT



## CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO / ARQUIVO HISTÓRICO

## Fundos Documentais

BIBLIOTECA ESPECIALIZADA

4131 MONOGRAFIAS E PUB. PERIÓDICAS

BIBLIOTECA JOÃO TAVARES

2246 MONOGRAFIAS E PUB. PERIÓDICAS

ARQUIVO HISTÓRICO

565m

2716 CAIXAS / 25 LIVROS / 27 MICROFILMES

ARQUIVO ICONOGRÁFICO

255MAP./3460FOT./30.000NEG./1513DTC/5337PT

MAPAS E CARTOGRAFIA

FOTOGRAFIA

POSTAIS

PLANTAS E DESENHOS TÉCNICOS





## CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO / ARQUIVO HISTÓRICO



## CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO / ARQUIVO HISTÓRICO

### MULTIBASE

Título		Qualquer palavra ▼
Autor		Qualquer palavra ▼
Descritor		Qualquer palavra ▼
Arquivo		Qualquer palavra ▼
Livre	Portimão	Qualquer palavra ▼

Pesquisar
 Apagar

### Bases a pesquisar

- ☒ Todos
- ☒ Museu de Portimão - Arquivo Histórico
- ☒ Museu de Portimão - Centro de Documentação
- ☒ Museu de Portimão - Património

Bases em pesquisa	Resultado
1 - ARQUIVO HISTÓRICO	4799
2 - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO	571
3 - PATRIMÓNIO	278







# Entre o museu e a comunidade:

perspetivas de trabalho do Centro de  
Documentação e Informação do Ecomuseu  
Municipal do Seixal





# Entre o museu e a comunidade: perspectivas de trabalho do Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu Municipal do Seixal

Fernanda Ferreira Serrano

## RESUMO

O Centro de Documentação e Informação (CDI) constitui, enquanto serviço do Ecomuseu Municipal do Seixal (EMS), um dos seus principais instrumentos para o cumprimento da sua missão, especificamente no que diz respeito à difusão das atividades e conteúdos de estudo e de investigação museais, proporcionando, por um lado, o acesso a coleções documentais especializadas (correspondendo e apoiando as diferentes funções inerentes à gestão museológica da instituição) e, por outro lado, procurando tornar acessíveis aos demais utilizadores as fontes e recursos de informação disponíveis sobre as atividades e conteúdos referidos. O CDI procura responder maioritariamente às necessidades dos utilizadores internos do EMS e de outros serviços municipais. No que aos utilizadores externos diz respeito, a comunidade educativa tem constituído o seu principal grupo de utilizadores fora da instituição, abrangendo vários níveis e ciclos de ensino.

Pretende-se abordar, nesta comunicação, o trabalho desenvolvido quer nos projetos de continuidade quer nas novas iniciativas entretanto preparadas, fazendo um balanço do trabalho nos últimos anos e perspectivas de futuro, aproveitando para refletir sobre o enquadramento do CDI, na programação museológica e no funcionamento do EMS, no ano em que se comemora os 30 anos do seu funcionamento.

## I. Conhecer o serviço de informação — apresentação do Centro de Documentação e Informação

Integrado na estrutura orgânica da Câmara Municipal do Seixal, o Centro de Documentação e Informação (CDI) é uma área de trabalho da Divisão de Património Histórico e Museus (DPHM) / Ecomuseu Municipal do Seixal (EMS). Criado em 1982, o CDI constitui um serviço aberto ao público do Ecomuseu Municipal do Seixal e apresenta-se como um dos instrumentos fundamentais para o cumprimento da sua missão, incluindo investigação, conservação, interpretação e difusão dos testemunhos representativos da ocupação humana e da natureza, reportados ao território e à envolvente social em que se insere, contribuindo para a construção e para a transmissão das memórias sociais e para a construção das entidades locais. Recordamos que os centros de documentação têm por missão auxiliar o desempenho

das atividades exercidas nas instituições que os integram. As metas e objetivos de um centro de documentação integrado num museu refletem, portanto, a missão deste.

Especificamente, o CDI tem por missão pesquisar, selecionar, processar e tornar acessíveis, de forma rápida e eficaz, as fontes e recursos de informação de caráter especializado, necessários aos utilizadores externos e internos, nomeadamente os respeitantes à gestão e documentação do acervo museológico (móvel e imóvel) do EMS e ao desenvolvimento e apoio de projetos de investigação, de difusão e de educação.

É nosso objetivo, nesta apresentação, dar a conhecer o Centro de Documentação e Informação, o trabalho que tem sido desenvolvido nos últimos anos, e o papel que este desempenha enquanto serviço do Ecomuseu Municipal do Seixal e, simultaneamente, refletir sobre a transversalidade que estas unidades documentais podem adquirir no seio de uma instituição museal.

Desde 1982, que no EMS são criados registos de material fotográfico produzido pelos técnicos do museu, documentando não só aspetos da atividade do museu mas também de diversas iniciativas de intervenção municipal no território, de registo geral de atividades e de realidades do concelho do seixal (quer de âmbito cultural e social, quer de outras áreas de intervenção). A preocupação na documentação e no registo das atividades realizadas é acompanhada pela preocupação no seu acondicionamento e arquivo, por forma a permitir a sua consulta e utilização, garantindo igualmente a sua preservação, como arquivo fotográfico, sobretudo no âmbito do trabalho do próprio museu, mas sem excluir, desde o início, o acesso a utilizadores externos à instituição, assumindo-se como um serviço/recurso orientado não apenas para os utilizadores internos e para o apoio e participação no cumprimento das funções museais relacionadas com a investigação, documentação, educação, conservação e difusão, mas igualmente como um serviço aberto ao exterior, permitindo que os utilizadores externos ao EMS acessem aos recursos e produtos de informação geridos e produzidos pelo centro de documentação e pelos outros serviços da instituição (CENTRO de documentação de museu, 2003), contrariando a tendência referida por WATEREN (1999: 192), de que “the museum library was seen as a tool to provide support to the museum staff alone and museum-libraries were not regarded as for the public at all and in many instances they retain to this day the character of a private library”.

Para além deste arquivo fotográfico, a outra principal vertente de trabalho do Centro de Documentação que se perspetivou foi a biblioteca, constituída por fundos bibliográficos de caráter diverso, cujo início podemos referenciar com o dia 24 de junho de 1985, data em que é assinado o termo de abertura do Registo de Entrada de Livros na Biblioteca do Ecomuseu Municipal do Seixal.



Depósito do CDI no antigo núcleo sede  
do Ecomuseu Municipal do Seixal,  
Torre da Marinha

©EMS/CDI - Autor desconhecido, 198?

Centrais do EMS instalaram-se num dos edifícios do Núcleo Mundet, antigos escritórios e casa de infância desta empresa), já assinalava, nas informações sobre o Funcionamento do Ecomuseu Municipal do Seixal, a existência do Arquivo Histórico associado ao Centro de Documentação, como um dos serviços prestados aos utilizadores do museu.



Gabinete Técnico do CDI  
no antigo núcleo sede  
do Ecomuseu Municipal  
do Seixal, Torre da Marinha

©EMS/CDI — Maria da Luz Correia, 1999

Consequência da transferência do Arquivo Histórico — integrado na mesma estrutura orgânica —, para a Divisão de Biblioteca Municipal e Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Seixal, surgiu uma nova etapa no desenvolvimento deste serviço a par de uma cuidada reflexão sobre a especificação

das atribuições do Centro de Documentação, ainda que nesta fase não se detivessem os recursos mínimos necessários para um salto qualitativo no seu funcionamento, como verdadeiro serviço de documentação do museu, mais do que necessário para a intercomunicabilidade entre as diferentes áreas de aplicação funcionais, desde a investigação à difusão – faltava-lhe pessoal especializado, equipamentos e espaços adequados (FILIPE, 2000).

Não obstante, o importante papel de interface com os públicos continuou a incrementar-se de forma significativa, tanto ao nível dos utilizadores escolares provenientes de vários graus de ensino como de outros públicos. De entre o público escolar, desde o início do funcionamento do Centro de Documentação, que é possível destacar o segmento dos alunos universitários e de mestrado, para consulta de fundos bibliográficos e documentais, para pesquisas relacionadas com o seu acervo museológico, com o património concelhio, ou para o desenvolvimento de trabalhos cujo objeto de estudo era a própria instituição.

Na sua evolução enquanto serviço de informação, podemos ainda assinalar uma terceira fase de mudança, do agora Centro de Documentação e Informação, assim designado desde 1996, enquadrada numa conjuntura de reestruturação do próprio museu, tendo em perspetiva um sistema de documentação onde são abarcados os procedimentos, normas e métodos usados na planificação, incorporação e tratamento da documentação, com vista à organização e à gestão da informação, utilizada no museu e difundida junto dos utilizadores e públicos, internos e externos. A esta terceira fase de mudança, estavam associados dois objetivos globais (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO, 1998):

- Dotar o EMS da informação especializada de que necessita para gerir o seu acervo museológico;
- Tornar o processo de documentação eficaz, isto é, fazer com que responda às necessidades das diversas frentes de trabalho a partir do museu, desde a investigação, passando pela recolha e incorporação, a conservação, a interpretação, até à exposição e difusão.

Este sistema de documentação engloba o acervo museológico propriamente dito, a documentação científica relacionada com as áreas disciplinares e de interesse do museu e a documentação associada ou produzida no âmbito das atividades e do funcionamento do próprio museu. Para Carretero Pérez (1997: 18) existem, de acordo com as diferentes áreas funcionais de um museu, quatro tipologias documentais: as coleções museológicas, os fundos documentais que documentam as coleções, os fundos bibliográficos e os fundos administrativos. Os primeiros são constituídos pelos objetos museais que são os documentos primários do museu e os segundos são fundos de apoio e de pesquisa para a investigação e estudo dos primeiros e que consideramos serem os documentos secundários. Os fundos bibliográficos são fundos de apoio às coleções e às áreas temáticas desenvolvidas pelo museu. E, por último, temos os fundos administrativos que derivam da gestão do próprio museu. Genericamente



esta documentação pode ser agrupada em dois grandes grupos: a documentação científica e a documentação económico-administrativa de gestão da própria organização e que deve ser arquivada no próprio museu. Segundo MARQUES (2010: 4), o património documental e bibliográfico à guarda dos arquivos e das bibliotecas de museus, “entendido como material administrativo, de carácter documental ou de apoio ao trabalho museográfico por parte de conservadores e técnicos de museus, é colocado numa prioridade secundária de tratamento”, e é só quando a noção de coleção abranger também as coleções dos arquivos e bibliotecas dos museus que poderemos considerar ter atingido um sistema de informação integral. “O acervo de um museu deve ser entendido como a soma de todas as suas coleções no sentido mais amplo do termo, cada qual cumprindo uma determinada função dentro de uma visão integrada da instituição museológica” (SIMMONS, citado por MARQUES, 2010:26).

Nesta perspetiva da investigação e de estudo/documentação dos bens museais, o CDI é o interface essencial entre serviços, recolhendo, tratando e distribuindo informação exterior e informação produzida internamente no museu, assumindo-se nesta terceira fase uma nova coordenação, com uma equipa especializada na área de biblioteca e documentação, a par de algumas medidas de adequação logística.

Presentemente, o CDI, com espaços dedicados a sala de leitura, depósito e gabinete técnico, encontra-se instalado nos serviços centrais do EMS, no Núcleo da Mundet, conta com uma equipa de seis colaboradores, duas técnicas superiores e três assistentes técnicas formadas na área da biblioteca e da documentação e um fotógrafo.

## As coleções documentais



Sala de Leitura do CDI nos Serviços Centrais do Ecomuseu Municipal do Seixal, no Núcleo da Mundet

©EMS/CDI – Fernanda Ferreira, 2010

As coleções documentais do CDI podem subdividir-se em duas importantes áreas: a coleção geral e os fundos reservados. Na primeira o CDI integra um conjunto muito diversificado de recursos de informação adquiridos através de compra, oferta e permuta institucional, estes últimos os meios mais significativos de enriquecimento do fundo bibliográfico, para além da documentação produzida pela própria equipa, no âmbito das atividades desenvolvidas no EMS.

Os recursos disponíveis no CDI versam sobre aspetos da história e etnografia do concelho do Seixal, da sua economia e património. Têm igualmente uma abrangência regional, disponibilizando informação sobre outras unidades territoriais que integram a Região de Lisboa e Vale do Tejo e o distrito de Setúbal, proporcionando uma leitura e compreensão alargadas da história e identidades locais. Esta coleção está organizada documentalmentemente segundo os centros de interesse e áreas disciplinares e de investigação do EMS.

Para além destes recursos, disponibiliza em livre acesso um conjunto de obras de referência que inclui enciclopédias gerais e especializadas, dicionários técnicos e de línguas, léxicos, histórias de Portugal, guias e diretórios, bibliografias, biografias, cronologias e atlas, que permitem responder a questões precisas e pontuais.

O CDI dispõe também de uma coleção de jornais de âmbito regional, além de revistas especializadas nas áreas da Museologia, Educação, Etnografia, Arqueologia ou Património.

Destacam-se ainda registos sonoros, cartazes, postais, desdobráveis, multimédia, cartografia, desenhos, levantamentos arquitetónicos, trabalhos académicos e teses relacionadas com o património local.

Na coleção de imagens podemos encontrar temas relacionados com a arqueologia e campanhas desenvolvidas por grupos de trabalho do museu, com o levantamento de unidades industriais no concelho do Seixal, com aspetos da construção naval e de embarcações tradicionais a navegar no Tejo e, também, um importante conjunto de imagens que documentam a trajetória do EMS ao longo da sua existência, entre outros aspetos.

Nos fundos reservados, o CDI integra um núcleo de acervos adquiridos fundamentalmente através de doação e recolha, com valor patrimonial. O acesso a estes fundos é reservado e condicionado, sendo necessária uma autorização prévia para consulta dos mesmos. Para além destes fundos reservados, é também através do CDI que é mediado o acesso à informação sobre as coleções museológicas e aos próprios objetos incorporados no acervo do EMS.

## Os serviços disponibilizados

Aos utilizadores internos e externos são disponibilizados os seguintes serviços:

O Serviço de Referência, através do qual o CDI se propõe a acolher e orientar os utilizadores na exploração eficaz dos seus recursos disponíveis e na definição de estratégias de pesquisa e de recuperação de dados; responder a pedidos de informação bibliográfica ou de carácter factual; aceitar sugestões de aquisições bibliográficas e relativas ao funcionamento do CDI e reencaminhar os utilizadores para outros serviços de documentação, sempre que não seja possível ao CDI dar resposta às suas necessidades.

A Sala de Leitura e Consulta, cuja utilização implica o registo sumário do utilizador para fins estatísticos e de gestão, e através da qual o CDI se propõe a aceitar e processar os pedidos de consulta presencial; disponibilizar os documentos para consulta na sala de leitura; prestar todo o apoio e esclarecimentos solicitados pelos utilizadores durante o processo de consulta dos documentos e disponibilizar o acesso e apoiar a pesquisa e recuperação de informação na internet.

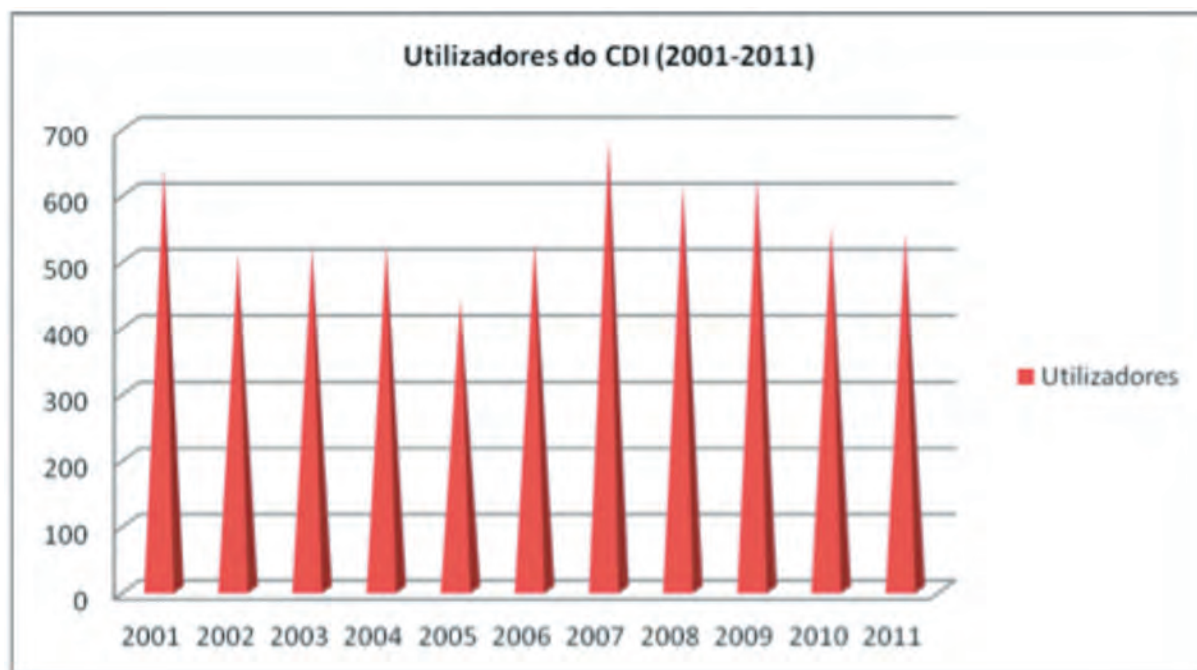
O Serviço de Reprodução de Documentos, através do qual se aceita e processa os pedidos de reprodução de documentos (impressão, digitalização ou fotocópia) realizados presencialmente ou através de carta, fax ou correio eletrónico, respeitando a legislação em vigor sobre direitos de autor e direitos conexos.

O Serviço de Difusão de Informação, vocacionado para desenvolver e disponibilizar produtos de difusão, promovendo a utilização dos seus recursos de informação, tais como bibliografias temáticas ou o boletim bibliográfico, de periodicidade mensal, disponíveis no sítio Web do EMS. Promove também outras atividades de ação cultural e educativa, entre as quais se destacam os ateliês pedagógicos de exploração de temas relacionados com a História e o Património Local, abordando as coleções documentais do CDI, como a fotografia e os postais ilustrados.

## Os utilizadores e as suas necessidades de informação

Reconhecemos a existência de dois segmentos de utilizadores. Os utilizadores internos, constituídos pelos técnicos e colaboradores da DPHM e da entidade que tutela a Divisão, o Município do Seixal, que podem utilizar os serviços e recursos do CDI, e os utilizadores externos, nomeadamente profissionais de museus, estudantes, docentes e investigadores interessados nas áreas temáticas de especialização do EMS. No que aos utilizadores externos diz respeito, é a comunidade escolar que mais procura os serviços e recursos do CDI. Dentro da comunidade escolar destacam-se utilizadores provenientes do ensino superior, que procuram recursos para preparação dos seus projetos de licenciatura, mestrado e doutoramento, versando sobre o território, património ou história local do Seixal, ou mesmo, sobre o próprio Ecomuseu Municipal do Seixal. Nos últimos anos, os utilizadores (internos e externos) ascendem a mais de meio milhar por ano.

## II. A transversalidade do serviço de informação – o papel do Centro de Documentação e Informação no EMS



A documentação das coleções em museus foi, ao longo de muito tempo, o principal objetivo da criação dos serviços de informação em museus. Estes serviços eram criados pela necessidade de investigar e estudar os objetos museológicos, servindo assim como instrumento de trabalho para os seus técnicos, dotando-os dos recursos necessários ao desenvolvimento das suas atividades. Segundo WATEREN (1999: 193), a biblioteca de museu “supports research into the object and its context; into the methodologies for conserving the objects; and finally it supports research relating to the display of the object, and into exhibitions (...) provides the context within which an institution’s specific collection of objects can be researched, documented and interpreted”, assumindo um papel determinante nos processos de investigação e difusão de informação dos museus, prática que nem sempre é observada em todas as instituições museais (MARQUES, 2010:32).

Atualmente, os museus procuram desenvolver múltiplas formas de relacionamento com as comunidades em que se inserem, prosseguindo os propósitos de incorporação, preservação, estudo, interpretação e comunicação dos testemunhos do homem e do meio. A par das exposições ou das



ações realizadas por serviços educativos, os centros de documentação detêm um importante papel enquanto serviços acessíveis ao público. Procuram recolher documentação, quer sobre o património museológico, quer sobre os campos temáticos e disciplinas que constituem a base das atividades desenvolvidas. Uma das suas funções principais é a de recolher, tratar e disponibilizar a informação necessária à documentação do acervo museológico, possibilitando a leitura e contextualização dos objetos/documentos, na perspetiva da sua acessibilidade ao público, mesmo que não estejam em exibição. O centro de documentação deverá ser uma porta de acesso ao museu, à sua história, às suas coleções e às suas áreas de investigação. Para além da documentação sobre o próprio museu, ao utilizador deverá ser proporcionado acesso a documentação sobre museus e outras instituições com quem aquele mantém relações ou desenvolve parcerias, exposições e temas correlacionados (CENTRO de documentação de museu, 2003).

Assim o afirma WATEREN (1999:193) ao referir que as bibliotecas em museus compensam as inevitáveis limitações do próprio museu: “The museum library thus compensates for the inevitable limitations of the museum. Visitors to the museum know that they will be able to find the most in-depth information on works of art in the museum’s collection in the museum library. They also know they will find information about how museums work, and about other museums’ collections and exhibitions. In this way art museum libraries fulfill a particular need in the community. Thus, because the museum library provides a niche for special collections of related material, the museum’s mission and its collections of objects are enhanced, amplified and enriched through the museum library.”

A biblioteca ou centro de documentação caracteriza-se por ser um sistema dinâmico de recolha, organização e disseminação de documentos e informação. No entanto a transversalidade e a centralidade destes serviços no seio das instituições museais só é possível quando reunidas certas condições de funcionamento dos mesmos: a existência de uma equipa de colaboradores especializados que possam planear as tarefas presentes e futuras, a existência de um circuito de documentação organizado, com diversos materiais e acesso àqueles que não se encontram no local e por fim, a existência de um espaço adequado para as suas atividades e serviços. Não podemos considerar o centro de documentação como um serviço dispensável que só existirá quando museu tiver possibilidades de o financiar e manter (BIERBAUM, 2000: 8). É um serviço inerente ao desempenho do museu, com igual estatuto aos restantes serviços museais, assim como o é um serviço educativo ou um serviço de conservação, entre outros que poderemos enumerar.

A transversalidade que procuramos aqui evidenciar está patente no funcionamento do CDI e na interação que este mantém com os restantes serviços do EMS. Revela-se na forma interativa em que o CDI participa nas mais diversas áreas de intervenção – quer ao nível da produção de conteúdos, quer ao nível da divulgação dos mesmos, através não só do acesso presencial mas também através das plataformas disponíveis na internet e na intranet. Referimos ainda a colaboração em projetos de

digitalização de acervo museológico e coleções documentais, assim como a participação em diversos grupos de trabalho ou a gestão e administração do Sistema de Documentação e Informação do EMS.

Na área do estudo e investigação, referimos, por exemplo, o estudo de coleções que envolvem investigadores nas áreas específicas e colaboradores do Centro de Documentação e Informação. Têm sido exemplo, trabalhos realizados no âmbito do património industrial com o estudo de documentos provenientes do Fundo Mundet & C.<sup>a</sup> Lda.

Na área da educação, referimos, por exemplo, a participação ativa, desde 2009, no Programa de Iniciativas de Serviço Educativo com a realização de ateliês para as escolas, com especial incidência para aquelas localizadas em território municipal, tais como “Fazer um Álbum Fotográfico”, “Uma história, um livro, um dia divertido” e “O Teu Postal Ilustrado”, sendo que este, ao ser realizado em dias comemorativos deu origem a ateliês com título próprio, como foram aqueles comemorados no Dia Internacional dos Museus e no aniversário do EMS; na comemoração do 5 de Outubro ou na comemoração do aniversário do concelho, no dia 6 de novembro. Estes ateliês destinam-se a públicos pré-escolares e de escolaridade básica do 1.º e 2.º ciclo, tendo por base temas relacionados com a história e o património local, abordando as coleções documentais do CDI, como a fotografia e os postais ilustrados.

Os ateliês têm como principal objetivo a sensibilização dos participantes para a existência do Centro de Documentação e Informação (fomentando potenciais utilizações futuras) e para os recursos sobre a história e património locais que poderão consultar, ficando simultaneamente a conhecer os espaços dedicados a este serviço. Em 2009, estes ateliês tiveram a participação de 326 alunos acompanhados de 35 adultos, e em 2010 com 214 alunos com 23 acompanhantes. No ano passado, contámos com 382 participantes, entre alunos e acompanhantes.

Na área da conservação, o CDI colabora na elaboração e desenvolvimento de projetos de digitalização de acervo museológico, a par das suas próprias coleções documentais. Destacamos o projeto Inventário Museológico e Digitalização de Coleções Fotográficas e Divulgação de Acervo (móvel e imóvel) do Ecomuseu Municipal do Seixal, realizado no âmbito de uma candidatura ao Programa Operacional da Cultura, que envolveu uma prévia seleção dos espécimes a digitalizar, a definição de critérios técnicos de digitalização, o acompanhamento do projeto e a posterior incorporação no Sistema de Documentação e Inventário, assim como outros projetos que desenvolvemos anualmente com alguma regularidade de digitalização de documentos iconográficos, registos vídeo ou, de registos áudio com testemunhos orais ligados ao mundo do trabalho no concelho do Seixal (o primeiro projeto de recolha oral desenvolvido no EMS decorreu em 1988, mas foi a partir de 1996 que os projetos de recolha oral tomaram um lugar sistemático no trabalho de investigação, documentação e estudo de património industrial, e de documentação, estudo e salvaguarda de unidades proto-industriais e industriais).



Ateliê “Uma história, um livro, um dia divertido”.

©EMS/CDI — Ana Machado, 2011



Ateliê “Fazer um álbum fotográfico”.

©EMS/CDI — Dulce Ferreira, 2009



Ateliê “República: 101 anos de história num postal”.

© EMS/CDI — Nelson Cruz, 2011

A digitalização destes recursos permite, por um lado, contribuir para a preservação dos objetos e documentos originais, reduzindo o seu manuseamento e o acesso físico aos mesmos e, por outro, facilita a consulta destes materiais originais, sob novas formas de disponibilização dos documentos, divulgando os seus conteúdos não só junto da comunidade local mas também a potenciais interessados, promovendo o acesso remoto aos mesmos, em plataformas de pesquisa de conteúdos, através da internet.

É na área do inventário e documentação que o trabalho desenvolvido pelo CDI, em colaboração com outros serviços do museu, assume maior relevância. Resultante dos seus 30 anos de atividade, temos acumulado um grande volume de massa documental decorrente não só da gestão do acervo museológico mas também, tal como já referimos, da própria atividade e funcionamento do EMS, cuja estrutura museológica é descentralizada com a gestão de sítios, imóveis e equipamentos integrados, espalhados pelo território municipal assim como serviços técnicos e áreas de reserva fisicamente localizados em diferentes espaços. Consciente das necessidades de gestão documental que esta estrutura funcional levanta, o EMS tem procurado evoluir na sua capacidade de responder a estas questões com a implementação de um sistema de documentação e informação integrado. Em 1991, são introduzidas as tecnologias de informação no inventário de bens móveis, com o desenvolvimento interno de uma aplicação em FilemakerPro, para a qual foram migrados todos os registos de inventário manual e que continuou em funcionamento até 2002. Os registos permitiam a introdução de dados genéricos sobre os objetos museológicos, possibilitando diferentes formatos de visualização e impressão de informação, suportando as necessidades de pesquisa e de documentação da equipa, naquela época.

Respondendo às necessidades consequentes da diversificação de projetos e atividades do EMS, nos últimos anos da década de 90 do século XX, deu-se início a um processo de pesquisa de mercado na procura de soluções externas ao museu. Para tal, definiram-se critérios que permitiram a escolha da solução adequada, entre os quais se destacam a capacidade de adaptação à diversidade das coleções, a integração do inventário de acervo com vários níveis de documentação, o respeito pelas normas nacionais e internacionais em Museologia, Biblioteconomia, Arquivística e em outros domínios, possibilidade de atualização, desenvolvimento futuro e compatibilidade e, por último, adequação ao funcionamento em rede e multiposto (RAPOSO, 2011: 369). Na sequência da procura e adoção desta solução, fornecida pela empresa francesa Mobydoc – Gestion Informatique Documentaire, foram adquiridas as aplicações Micromusée (2002), para gestão de bens móveis, Mobytext (2002), para gestão de coleções documentais, Mobydoc Photo (2004), para gestão de coleções fotográficas e Mobydoc Archi (2007), para gestão de bens imóveis. A funcionarem autonomamente no seu início, o EMS utiliza presentemente uma aplicação global, Mobydoc MUM (2007), que integra as bases de dados referidas e relacionáveis entre si. Presentemente, temos em utilização 16 postos de trabalho, distribuídos pelos Núcleos da Mundet e da Quinta da Trindade, que embora funcionem com acesso simultâneo, são diferenciados pois estão parametrizados para distintos níveis de acesso.



É neste contexto que surge um Grupo de Trabalho interno, com coordenação da Chefia de Divisão, no qual participam técnicos das diferentes áreas funcionais do EMS. O Sistema de Documentação e Informação do EMS (SDI) conta com dois administradores (do Serviço de Arqueologia e do Centro de Documentação e Informação) que coordenam o funcionamento e manutenção do sistema e articulam com a Divisão de Informática do Município os aspetos informáticos de implementação e manutenção e, com a empresa fornecedora, os aspetos relacionados com os contratos de manutenção, assistência e atualização.

Para além da administração do sistema, atualmente o Centro de Documentação e Informação tem também a coordenação deste grupo de trabalho, que assegura a definição de procedimentos de utilização das aplicações, a discussão de normas de preenchimento e introdução de dados, a definição e criação de linguagens documentais, a formação interna de catalogadores e utilizadores e o aperfeiçoamento de instrumentos de validação e de monitorização na utilização das aplicações. A versatilidade do SDI permite a criação de perfis de pesquisa, consulta, impressão e exportação de conteúdos adequados às rotinas implementadas nos diferentes serviços assim como a partilha de ficheiros, tabelas e thesauri introduzidos, integrando as diferentes tipologias documentais produzidas pelo museu. São possibilitadas as pesquisas cruzadas e a relação entre registos, incluindo aqueles de natureza diversa (bens móveis, imóveis, bibliografia, fotografia ou vídeo) e o arquivamento dos dados e alterações efetuadas em cada registo associadas ao nome de utilizador responsável pela introdução/alteração. Para além da introdução de dados relativos a processos de documentação atuais é também introduzida informação relativa a processos retrospectivos, produzidos em anteriores fases de inventário e documentação.

É por via da integração e do acesso global aos procedimentos aplicáveis não só a bens móveis mas também a toda a documentação que lhe está associada, inerentes ao cumprimento das tarefas documentais de incorporação e inventário, rotinas de monitorização, conservação e restauro e projetos de estudo e de divulgação (RAPOSO, 2011), que garantimos a operacionalização de um sistema de documentação e informação eficaz e capaz de responder às necessidades de gestão e de otimização de recursos na instituição.

Ainda integrado nesta área de atuação, referimos o apoio do CDI na organização e alimentação do arquivo administrativo do EMS, em colaboração com a Secção Administrativa e de Atendimento Público da DPHM.

Na área da divulgação, importa salientar a gestão de dois importantes vetores de comunicação do EMS, o espaço dedicado ao Património Histórico e Museus na intranet do Município do Seixal e, com um carácter mais amplo, o sítio web do EMS, implementado em 2002. Em colaboração com o Serviço Educativo, o CDI partilha a responsabilidade na gestão destes importantes espaços de partilha e

disponibilização de conteúdos. Especificamente relacionados com o CDI, para promoção dos recursos informativos e para captação e fidelização de utilizadores (MEDEIROS E SALGADO, 2010), temos desenvolvido diversos instrumentos de comunicação, entre os quais destacamos a edição, em 2010, de um desdobrável sobre o CDI, a divulgação de bibliografias temáticas e de outros recursos documentais, através do sítio web do EMS, a elaboração mensal de um Boletim de Informação Bibliográfica, cuja disponibilização no sítio web é acompanhada de divulgação através de correio eletrónico, a preparação de sugestões de leitura no sítio web, com a mesma periodicidade, que acompanham a disponibilização do mencionado boletim, e que, quando possível, são um veículo de divulgação de trabalhos editados sobre o EMS ou sobre as suas coleções.

### III. Notas finais – futuras linhas de ação

Não deixa por isso de continuar presente de que o CDI responde assim a objetivos estratégicos da política cultural, patrimonial e museológica do Município do Seixal, devendo ser visto num sistema de complementaridades e de especializações funcionais dedicadas aos diversos públicos e utilizadores, onde se reconhece a tendência destes ultrapassarem o âmbito da comunidade local (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO, 1998).

Na prossecução destes objetivos estratégicos é fundamental a preparação de algumas orientações que nos permitam direcionar o trabalho para a concretização dos mesmos. Pretendemos que, sem deixar de estar vocacionado para o público interno, o CDI esteja cada vez mais aberto ao público externo. No que à comunidade local diz respeito, em primeiro lugar, e para além da observação direta, como ferramenta de diagnóstico e de reconhecimento de utilizadores e necessidades, pretendemos que o inquérito de satisfação aos públicos, realizado no EMS, e cuja primeira fase decorreu entre novembro e dezembro de 2011 e que será, em 2012, alargado a todos os núcleos, abranja também os serviços disponibilizados pelo CDI. Em segundo lugar, propomos a preparação de linhas de ação que envolvam parcerias com outros serviços municipais, nomeadamente o Arquivo Municipal ou a Biblioteca Municipal, numa estratégia conjunta de aproximação à comunidade local e de programação de novas iniciativas.

Para além desta colaboração de âmbito local, achamos também que a troca de experiências e partilhas com outras bibliotecas congéneres poderá ser útil no sentido de nos fornecer orientações em futuras programações. Assim, a integração em plataformas colaborativas permitirá o desenvolvimento de ações conjuntas de cooperação e colaboração e a partilha de recursos e experiências que enriquecerão, certamente, o trabalho promovido por cada instituição.

Finalmente, pretendemos promover estratégias mais abrangentes de divulgação e de disponibilização de conteúdos em linha. O acesso remoto às coleções pode ser considerado um instrumento de promoção e de atração de novos públicos. Neste sentido, encontra-se atualmente em execução a

fase de adaptação e de implementação da aplicação OPACWeb, que permitirá a divulgação gradual de conteúdos em suporte digital, relacionados com as coleções do EMS, através da internet, em colaboração com a empresa fornecedora, Mobydoc. Relacionada com a operacionalização do OPACWeb está também a participação no projeto Europeana Inside, coordenado pela entidade Collections Trust, do Reino Unido, para o qual fomos convidados a participar pela Mobydoc. Denominado EUROPEANA INSIDE: Automating Contributions to Europeana, o projeto, apresentado ao Programa Information and Communication Technologies Policy Support Programme (ICT PSP), reporta ao objetivo 2.1 – Aggregating Content for Europeana, foi aprovado pela Comissão Europeia no dia 2 de dezembro de 2011, para disponibilização de conteúdos digitais na Europeana – Europe’s Digital Library, Museum and Archive, contando com a participação de 26 instituições de vários países europeus.

## IV. Bibliografia

BIERBAUM, Esther Green – Museum Librarianship. North Carolina : McFarland & Company, 2000. 189 p. ISBN 978-0-7864-0867-2.

CARRETERO PÉREZ, Andrés – La documentación en los museos una visión general. Museo. Madrid: Asociación Profesional de Museólogos de España. ISSN 1136-601X. Nº 2 (1997), pp. 11-29.

CENTRO de documentação de museu: recursos de informação para a comunidade. *Ecomuseu Informação: boletim trimestral do Ecomuseu Municipal do Seixal*. ISSN 0873-6197. n.º 26 (Jan./Fev./Mar. 2003), pp. 7-8.

CENTRO de documentação e informação. *Ecomuseu Informação: boletim trimestral do Ecomuseu Municipal do Seixal*. ISSN 0873-6197. Nº. [6] (Jan./Fev./Mar. 1998), p. 6.

FERREIRA, Fernanda – “Os centros de documentação em museus: reflexão sobre a aplicação das tecnologias ao serviço da difusão do conhecimento” [Texto policopiado]. [Lisboa] : [Universidade Autónoma de Lisboa], 2000. 49 f. Monografia final apresentada no Curso de Especialização em Ciências Documentais.

FILIPPE, Graça – “Contributos para a concepção de um sistema de documentação aplicado ao Ecomuseu Municipal do Seixal” [Texto policopiado]. [Lisboa]: [Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas], 1996. 42 p. Trabalho apresentado no âmbito da disciplina de Políticas e Sistemas de Documentação, do Mestrado em Museologia e Património.

porânea em Portugal” (1979-1999) [Texto policopiado]. [Lisboa]: [Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas], 2000. 366, 31 p. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Museologia e Património.

MARQUES, Isabel da Costa — “O museu como sistema de informação” [Texto policopiado]. [Porto]: [Universidade do Porto, Faculdade de Letras], 2010. 170 p. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Museologia. Disponível em URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/55282> [acedido em 13-04-2012].

MEDEIROS, Filipa; SALGADO, Maria Armanda — “Marketing, comunicação e informação no âmbito da promoção da leitura em bibliotecas: estudo de caso da biblioteca do Campo Arqueológico de Mértola”. In Conferência Internacional Bibliotecas para a Vida: bibliotecas e leitura, 2, Évora, 2009 — Bibliotecas para a vida. Lisboa: Edições Colibri ; Évora: Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora; Biblioteca Pública de Évora, 2010. 615 p. (Biblioteca — estudos & colóquios; 20). ISBN 978-972-772-949-4. p. 583-598.

RAPOSO, Jorge Manuel C. — “Ecomuseu municipal do Seixal: sistema integrado de informação sobre colecções arqueológicas em contexto museal”. In ENCONTRO ARQUEOLOGIA E AUTARQUIAS, Cascais, 2008 — Actas do encontro arqueologia e autarquias. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2011. 702 p. ISBN 978-972-637-243-1. p. 365-374.



# O Centro de Documentação/ /Arquivo Histórico do Museu de Lanifícios da UBI e a Salvaguarda do Património Documental sobre a Indústria dos Lanifícios



# O Centro de Documentação/Arquivo Histórico do Museu de Lanifícios da UBI e a Salvaguarda do Património Documental sobre a Indústria dos Lanifícios

**Helena Correia**

Universidade da Beira Interior

Museu de Lanifícios da UBI

## RESUMO

O Centro de Documentação/Arquivo Histórico foi criado em 1997, no âmbito do projeto comunitário ARQUEOTEX (FEDER 10, Vertente Cultura), que visava a criação de uma rede de informação têxtil europeia. Neste contexto, foi recolhido um acervo documental de grandes dimensões proveniente de entidades públicas e privadas que exerceram atividades de coordenação e de produção no subsector da indústria dos lanifícios. Em 2004, o acervo documental reunido foi transferido para novas instalações, no Núcleo da Real Fábrica Veiga/Centro de Interpretação do Lanifícios, num edifício onde também funcionam a Sede do Museu e o Núcleo Museológico da Industrialização dos Lanifícios. Tendo por missão a salvaguarda da memória da indústria de lanifícios e o apoio à investigação particularmente nos domínios da história empresarial e industrial dos lanifícios, de âmbito local, regional e nacional, desempenha, neste âmbito um papel relevante, enquanto repositório de fontes de dados e de informação primárias e secundárias, no desenvolvimento das linhas de investigação protagonizadas pelo Museu de Lanifícios, nomeadamente no domínio da história dos lanifícios e dos patrimónios agropastoril e industrial da região da Beira Interior, que resultaram na criação de uma base de dados de bens têxteis ARQUEOTEX, disponível online ([www.museu.ubi.pt](http://www.museu.ubi.pt)), e na edição, em 2008-2009, de uma obra de grande envergadura, *Rota da Lã TRANSLANA, percursos em marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha)*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Centro de Documentação/Arquivo Histórico; Arquivos industriais; Património industrial; Indústria de lanifícios; Covilhã.

## 1 — Introdução

O Museu de Lanifícios, instituído em 1989 e constituído como um Centro Interdepartamental da Universidade da Beira Interior em 2000, tem por missão a salvaguarda e conservação ativa do património industrial têxtil, associado a uma das mais antigas indústrias humanas, a investigação e divulgação, num território marcado pela serra da Estrela, que abarca vários polos industriais com

uma longa tradição na produção de “panos”. Entre estes núcleos industriais, destaca-se a cidade da Covilhã, “cuja história é indissociável da indústria de lanifícios: foi ela que moldou a cidade da forma que hoje a conhecemos e lhe imprimiu as mais fortes marcas com que se forjou a identidade dos seus habitantes” (Pinheiro, 2009: 98). De acordo com Elisa Calado Pinheiro, já desde o século XV “(...) se encontravam instaladas as primeiras oficinas artesanais de lavagem de lãs e acabamento de tecidos, os lavadouros, as tendas, os pisões e as tinturarias, dos quais ainda restam vestígios (...)” (Pinheiro, 2009: 98); e, em 1881, o Inquérito Industrial “identificava a Covilhã, a par de Guimarães e do Porto, como as únicas três cidades consideradas verdadeiramente industriais do nosso país” (Pinheiro, 2009: 99).



A Fig. 1 — Vista sobre a Covilhã (UBI/ML, Danilo Pavone, 2007)

A partir do terceiro quartel do século XIX, “condicionalismos vários, aproveitados por dinâmicas e empreendedoras elites locais, terão contribuído para a especialização da Covilhã, até aos anos setenta do séc. XX, exclusivamente como cidade-Fábrica” (Pinheiro, 2009: 99). Ainda de acordo com a mesma autora, a Covilhã caracterizou-se por depender de um modelo económico monoindustrial de lanifícios, que concentrou, na sua área de influência, a produção de lanifícios nacionais, cujo paradigma social e económico se esgotou no último quartel do séc. XX (Pinheiro, 2000: 102).

A Covilhã, enquanto centro histórico de produção de lanifícios portugueses, bem como outros centros urbanos europeus têxteis “caracterizados por uma ancestral e forte cultura têxtil que, sem interrupções, chegou praticamente até aos anos oitenta da actualidade [século XX]”, após a crise socioeconómica que sofreram e que conduziu a uma brusca reconversão e reestruturação, “passaram a partilhar um forte sentimento de perda identitária e, simultaneamente, a desenvolver esforços no sentido de procurar reabilitar a sua memória histórica, tecida no âmago da cultura têxtil (...)” (Pinheiro, 2000: 101).

Daí que o lema os fios do passado a tecer o futuro, criado no âmbito do Projeto transnacional europeu ARQUEOTEX (1997-2000), norteie o Museu de Lanifícios, desde a sua institucionalização, que defende uma “conservação ativa” do património industrial laneiro; visa, ainda, contribuir para o desenvolvimento de uma rede de informação têxtil à dimensão europeia e a integração da rota turística Rota da lã Translana nos itinerários culturais europeus, quer através do reconhecimento, preservação e divulgação das vias da transumância nacionais e do património industrial edificado quer das vias de escoamento dos produtos fabricados, procurando aliar as vertentes da tradição e da inovação.

Neste sentido, o Centro de Documentação/Arquivo Histórico foi uma das iniciativas manifestas por parte do Museu de Lanifícios no sentido da preservação e valorização da identidade de um centro de indústria polarizador de uma região, a Beira Interior, na qual se insere. Inscreve-se ainda como uma intervenção no domínio da recuperação do património industrial têxtil, que contribui certamente para o desenvolvimento de linhas de investigação aplicadas sobre a história da indústria, com o objetivo de constituírem fontes de revitalização do património que neles se encerra, conserva e pretende dar a conhecer, em contextos cultural e socialmente amplos e significantes” (Pinheiro, 2000: 118).

A criação do Museu de Lanifícios, na Covilhã, em instalações da Universidade da Beira Interior, adveio da necessidade de recuperar e preservar a área das tinturarias da Real Fábrica de Panos, uma manufatura de Estado, fundada pelo Marquês de Pombal em 1764, e classificada como Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto-Lei n.º 28/82, de 26 de fevereiro, tornando-se este o seu primeiro núcleo museológico e a materialização de uma verdadeira ação de salvaguarda pioneira em Portugal no domínio da arqueologia industrial.

Inaugurado em 1992 e aberto ao público em regime normalizado em 1996, resultou da aplicação de metodologias de intervenção desenvolvidas no âmbito do património e da arqueologia industrial, com o apoio da Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa/Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial.



é, desde 1997, uma instituição museal polinucleada já que inclui na sua dependência três núcleos museológicos, em instalações próprias, a Real Fábrica de Panos (1989), as Râmolas de Sol (1998) e a Real Fábrica Veiga/Centro de Interpretação dos Lanifícios (2005 e 2011), bem como um Centro de Documentação/Arquivo Histórico (1998).

#### a) A Real Fábrica de Panos



Situado no Polo I da Universidade da Beira Interior, próximo da ribeira da Goldra, com uma área de cerca de 750 m<sup>2</sup>, foi instituído, em 1989, com a finalidade de salvaguardar a área das tinturarias de uma manufatura estatal, a Real Fábrica de Panos, mandada edificar por Provisão Régia de D. José I, em 1764. Esta unidade de produção pombalina foi erigida para funcionar como uma manufatura de Estado prioritariamente destinada à produção e acabamento dos panos para o fardamento do exército português. A área das tinturarias deste complexo foi classificada, em 1982, como Imóvel de Interesse Público, sendo que o processo de musealização, dedicado às fases da pré e protoindustrialização dos lanifícios, constituiu uma política ativa de preservação do património industrial na região.

## b) As Râmolas de Sol



Fig. 3 — Râmolas de Sol, no sítio do Sineiro (UBI/ML, 2010)

Núcleo ao ar livre, com uma área de 652 m<sup>2</sup>, constituído por um conjunto de râmolas de sol e um estendedouro de lãs, destinados respetivamente à secagem e estiragem dos panos de lã, bem como à secagem das lãs em rama. Foi preservado *in situ* no sítio do Sineiro, junto à ribeira da Carpinteira, em 1998, pela UBI, numa área abrangida por um parque de estacionamento. Trata-se de uma zona de grande aglomeração de edifícios fabris, pelo que foi muito relevante a salvaguarda, neste local, de um sítio de interesse patrimonial, que fez parte de uma empresa designada por Inácio da Silva Fiadeiro & Sucessores (1910-1939).

## c) A Real Fábrica Veiga/Centro de Interpretação dos Lanifícios

Complexo edificado, situado junto à ribeira da Goldra, sede da empresa de lanifícios fundada, na Covilhã, por José Mendes Veiga em 1784, cuja atividade empresarial se encontra balizada entre finais do séc. XVIII e inícios do séc. XIX, próximo da Real Fábrica de Panos, de que ainda subsiste uma parte significativa das primitivas fachadas, bem como de algumas estruturas arqueológicas postas a





Fig. 4 - Núcleo da Real Fábrica Veiga/Centro de Interpretação dos Lanifícios (UBI/ML, Danilo Pavone, 2005)

descoberto no âmbito das obras de remodelação do complexo a museu e que se encontram preservadas *in situ*.

Adquirido pela UBI, em 1997, com uma área bruta de cerca de 12 000m<sup>2</sup>, foi sujeito a uma intervenção de recuperação arquitetónica entre 2001 e 2004. Integra, desde esta data, a sede, as áreas administrativa e técnica do Museu (gabinets de trabalho e áreas de reservas), assim como as áreas de exposição permanente do Núcleo da Industrialização dos Lanifícios e de exposições temporárias, loja, parque de estacionamento e, finalmente, o Centro de Documentação/Arquivo Histórico.

A recuperação arquitetónica dos edifícios foi concretizada com o financiamento do Programa Acção Integrada de Base Territorial Serra da Estrela (AIBT/Serra da Estrela), do Programa Operacional Centro POCENTRO, tendo sido, esta primeira fase, inaugurada em 30 de abril de 2005. A segunda fase, de execução do programa e projeto museológicos para instalação do núcleo da industrialização dos lanifícios, foi concluída, inaugurada e aberta ao público oficialmente em 17 de maio de 2011, com financiamento obtido através dos projetos Rota da Lã TRANSLANA I e II (Programa FEDER/INTERREG III-A).

Desde 2002, o Museu de Lanifícios encontra-se integrado na Rede Portuguesa de Museus enquanto unidade cultural ativa que visa salvaguardar, conservar e investigar e divulgar o património que tem à sua guarda e ainda contribuir, através do estudo e investigação, para a salvaguarda do património cultural laneiro e para a criação de uma rede de informação têxtil a nível europeu.

## 2 — O Centro de Documentação/Arquivo Histórico



Fig. 5 — Antigas instalações do Arquivo Histórico, entre 1997 e 2004 (UBI/ML, 1997)

O Centro de Documentação/Arquivo-Histórico do Museu de Lanifícios da UBI foi alojado, numa primeira fase, em instalações provisórias, adquiridas e recuperadas pela Universidade da Beira Interior em 1997, a partir de um edifício que serviu, desde 1938-1939, data da sua fundação, até 1973, de escritório de uma oficina de tecelagem e secção fabril da empresa José Paulo de Oliveira Júnior.





Fig. 6 - Ações de limpeza e higienização, entre 1997 e 2004 (UBI/ML, 1998)

Criado como uma nova unidade cultural no âmbito do projeto transnacional europeu ARQUEOTEX (FEDER 10/Vertente Cultura), foi instituído com a missão de salvaguardar as memórias, materializadas por documentos, de gerações que laboraram no seio da indústria de lanifícios, quer da região da serra da Estrela quer da cidade da Covilhã, e de apoiar o desenvolvimento da investigação, particularmente nos domínios da história empresarial e industrial dos lanifícios, de âmbito local, regional e nacional. A institucionalização do Centro de Documentação/Arquivo Histórico, na dependência do Museu de Lanifícios da UBI, permitiu, ao longo do seu período de existência, proceder a diversas intervenções de recolha, incorporação e conservação de arquivos públicos e privados, que sobreviveram ao desaparecimento de alguns dos mais significativos arquivos das numerosas empresas de lanifícios covilhanenses e de instituições e associações têxteis de âmbito local e nacional, após a acentuada e brusca reconversão sofrida pela indústria de lanifícios, no último quartel do séc. XX.



Fig. 7 – Arquivos de organismos corporativos depositados nas antigas instalações do CITEVE (pertencentes até 1974 ao extinto Acondicionamento e Laboratório Têxtil) (UBI/ML, 1998)

De facto, o primeiro passo para se travar o processo de destruição do património arquivístico têxtil e se proceder a autênticas intervenções de resgate de documentação em risco de perda irremediável<sup>1</sup> foi dado quando, em 1991, com o apoio da Câmara Municipal da Covilhã (CMC) e do Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal (CITEVE), se depositaram, em edifícios provisórios cedidos pelo CITEVE, nas instalações do extinto Acondicionamento e Laboratório Têxtil, e, posteriormente,

<sup>1</sup>A este respeito refere Carlos Alberto Damas relativamente à falta de regulamentação para a salvaguarda dos arquivos empresariais que “(...) os arquivos continuam a ser, muitas mais vezes do que é tolerável, considerados como papéis inúteis, velhos e sujos, empurrados para sótãos poeirentos ou caves escuras e húmidas, destruídos ou vendidos a peso, mal a primeira oportunidade para isso se depare, (...) não cuidando que os conjuntos documentais contêm em si a vida da empresa, devendo ser percebidos como uma riqueza a preservar, pois representam também uma parte do seu capital, tão importante como os recursos humanos ou os activos financeiros.” (DAMAS, Carlos Alberto — Património e arquivos empresariais. Arqueologia & Indústria. Lisboa, n.º 2-3 (1999). p. 220).

para as instalações da Central Elétrica, na posse da autarquia, os arquivos da sede da Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios (FNIL), do Grémio dos Industriais de Lanifícios da Covilhã e da Associação Industrial e Comercial da Covilhã, a incorporar em futuras instalações do Museu de Lanifícios.

Cadastrados, igualmente, pelo Grupo de Trabalho dos Lanifícios, da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, entidade responsável pela musealização das tinturarias da Real Fábrica de Panos, procedeu-se à recolha dos fundos documentais dos grémios dos Industriais de Lanifícios de Gouveia e do Sul, do Acondicionamento e Laboratório Têxtil da FNIL, da Comissão Reguladora do Comércio do Algodão em Rama, da Delegação da Covilhã do Instituto dos Têxteis e da empresa de lanifícios covilhanense Borges Terenas & Irmão, que ficaram igualmente em instalações temporárias cedidas pelo CITEVE.

Entretanto, desde 1996, já se havia iniciado a recolha de alguns arquivos privados, gerados por empresas do subsetor de atividade dos lanifícios, igualmente em risco de perda eminente por desativação das suas atividades industriais nos anos 80-90 do século XX, de que se destacam os arquivos das firmas Tinturaria Alçada e Francisco Mendes Alçada, Sucessor (1993-1998), José Henriques da Fonseca Júnior, Filhos, Lda. (1937-Anos 90 do séc. XX), Jerónimo da Costa Sena (1910-1998) e da Fábrica Alçada (1843-1968), designação pela qual esta firma ficou genericamente conhecida.

Todos estes arquivos foram de imediato transferidos, em 1997, para as primeiras instalações, provisórias, do Centro de Documentação/Arquivo Histórico, assim que este foi criado pela UBI na dependência do Museu de Lanifícios e no âmbito da execução do Projeto ARQUEOTEX (1997-2000).

Ainda foi possível recuperar os arquivos empresariais de empresas de lanifícios que se encontravam menosprezados nas respetivas instalações fabris, largados e dispersos pelos cantos das várias secções das fábricas, em condições deploráveis de conservação, após “saques” circunstanciados de negociantes do ferro, cujos edifícios foram adquiridos, recuperados e intervencionados pela Universidade da Beira Interior para sofrerem obras de reconversão em instalações universitárias, quer para o ensino quer para serviços de alojamento e de restauração, como são os casos dos arquivos das empresas Empresa Transformadora de Lãs, Lda. (1920-1993), em 1997, onde atualmente funcionam as instalações da Faculdade de Engenharia da UBI, e João Roque Cabral & Filhos (1946-1995), em 1998, onde atualmente se encontra a residência universitária Pedro Álvares Cabral.

Na sequência destas intervenções de salvaguarda patrimonial, vários empresários e técnicos covilhanenses, manifestando uma crescente consciencialização de necessidade de preservar as memórias vivas de uma cidade e de uma região que viveu em função do trabalho exclusivo e especializado da lã, disponibilizaram-se a ceder o remanescente dos seus arquivos fabris e espólios pessoais.





Fig. 8 — Arquivo da Empresa Transformadora de Lãs, Lda., em 1997 (UBI/ML, 1998)

Foi assim possível localizar e reunir um acervo documental que é um fiel depositário da história da cidade, da região e de algumas das mais significativas organizações têxteis de âmbito nacional, que, de 1997 a 2004, se centralizaram em instalações provisórias cedidas e recuperadas pela Universidade da Beira Interior.

No entanto, dada a dimensão atingida pelos fundos e coleções documentais custodiados e a necessidade de promover as adequadas condições de conservação e de garantir as melhores condições de trabalho e de funcionalidade, as instalações rapidamente se tornaram obsoletas e ineficazes para servirem como Arquivo Histórico.

Em 2004, após a aquisição em 1997, por parte da Universidade da Beira Interior, do conjunto edificado da Real Fábrica Veiga, e a execução de obras de reabilitação arquitetónica, o Programa AIBT/Serra da Estrela promoveu o financiamento para a adaptação de uma parte de um dos três edifícios a Centro de Documentação/Arquivo Histórico. Concluídas as obras em 2004, o Centro de Documentação/Arquivo Histórico foi transferido para as novas instalações, ocupando atualmente uma área de 470 m<sup>2</sup> do conjunto total edificado, que integra igualmente a sede, as áreas administrativa e técnica do



Museu de Lanifícios, assim como o Núcleo Museológico da Industrialização dos Lanifícios, beneficiando simultaneamente de um conjunto de serviços comuns aos vários setores de atividade, como a receção e loja, o auditório, a área de exposições temporárias e de áreas de estar e lazer que se encontram ao serviço do público visitante e da comunidade.



Fig. 9 — Depósito documental nas novas instalações, a partir de 2004 (UBI/ML, Danilo Pavone, 2005)

Nas instalações actuais dispõe de uma área de acesso público, a sala de referência/consulta, e de áreas de acesso restrito ao pessoal técnico, como três depósitos documentais, que albergam documentos em suporte de papel e produtos têxteis, com uma área de cerca de 332 m<sup>2</sup>, com as condições de armazenamento e ambientais adequadas, um gabinete para o exercício de funções técnicas — organização e descrição documental — e uma área destinada à limpeza/higienização, desinfestação e acondicionamento de documentos.

Com as adequadas condições de conservação de instalação e ambientais, tornou-se, por conseguinte, possível salvaguardar vários conjuntos documentais que se integram na definição de património industrial que, de acordo com a Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial, aprovada, em 17 de julho de 2003, pelos delegados do The International Committee for the Conservation of the

Industrial Heritage (TICCHIH), compreende “(...) os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico” (Citado por Pinheiro, 2009: 101). Por seu turno, foi igualmente definida a arqueologia industrial como “um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefactos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou por processos industriais (...) desde os inícios da Revolução Industrial, a partir da segunda metade do séc. XVIII, até aos nossos dias, sem negligenciar as suas raízes pré e protoindustriais (...)” (TICCHIH, 2003: 3. Trad. por APAI).

#### a) Missão e objetivos

O Centro de Documentação/Arquivo-Histórico é o serviço que, na dependência do Museu de Lanifícios, tem por objetivos proceder à aquisição (a título de afetação permanente, compra, doação, depósito, doação, legado, permuta e recolha), conservação, organização e comunicação dos bens de natureza arquivística, bibliográfica e têxtil, de qualquer tipo e suporte, sobre a temática geral do setor de atividade têxtil/lanifícios, com origem em diversas entidades públicas e privadas, e de toda a documentação que, não estando associada diretamente com os lanifícios, possa ser considerada potenciadora do conhecimento sobre aspetos ligados à investigação sobre a indústria dos lanifícios e do património cultural laneiro em geral, bem como de toda a informação inédita que resulta das linhas de investigação levadas a cabo pelo Museu.

Disponibiliza, ainda, nas suas instalações dossiês pedagógicos e documentação técnica centrados nas diversas temáticas que compõem tanto as exposições permanentes do Museu de Lanifícios como as exposições temporárias, com o objetivo específico de apoiar as visitas guiadas, ações educativo-pedagógicas e de formação a desenvolver, a organização de exposições temporárias com bens que integram o acervo museológico ou para a sua cedência temporária a entidades terceiras, como museus e outras instituições culturais congéneres.

Promove, igualmente, o desenvolvimento de diferentes Bases de Dados para a gestão e o acesso à informação do espólio categorizado por bens museológicos, têxteis arquivísticos e bibliográficos, custodiados pelo Museu de Lanifícios disponibilizados *on-line*, através da página WEB do Museu de Lanifícios ([www.museu.ubi.pt](http://www.museu.ubi.pt)):

i. Base de Dados MUSLAN — Gestão da coleção de bens museológicos custodiados pelo Museu e integrados nas duas exposições permanentes, da Real Fábrica de Panos e Real Fábrica Veiga, e em reserva;

ii. Base de Dados ARQUEOTEX — Gestão da coleção de bens têxteis para apoio de investigadores, designers e estilistas de moda, assim como de empresários e técnicos têxteis, para além de

museus e centros de documentação congéneres. A recolha de dados gerais e técnicos e a captação de imagens de amostras têxteis de lã, que integram alguns dos acervos documentais empresariais e de técnicos têxteis e a respetiva integração na base de dados construída para o efeito, de que se salienta, entre muitos outros espólios têxteis singulares com milhares de padrões, o espólio de René Ferdinand Delimbeuf, técnico têxtil francês radicado em Portugal desde os anos 30 do séc. XX, que engloba cerca de 35 000 amostras de tecidos de lã cardada e penteada, das coleções de primavera/verão e outono/inverno de 1936 a 1962. Pretendeu-se, com esta valência, desenvolver uma vertente de serviços de apoio à renovação da indústria de lanifícios, assim como a outras indústrias de bens de consumo onde o *design* é um fator decisivo para marcar a diferença dos produtos produzidos, privilegiando-se deste modo uma relação dinâmica entre tradição/ inovação.

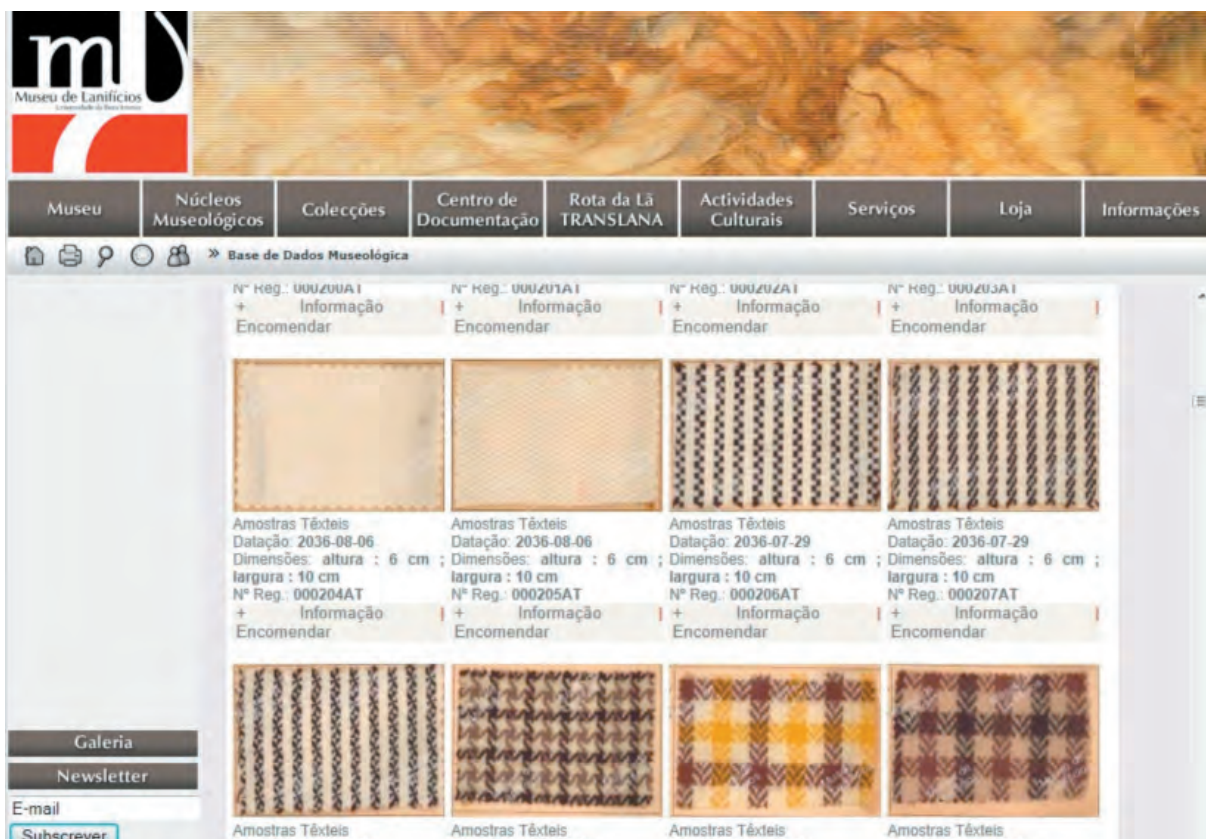


Fig. 10 – Base de Dados de Bens Têxteis ARQUEOTEX – resultados de uma pesquisa (UBI/ML, 2009)

iii. Base de Dados MUSLARQ – Gestão de bens de natureza arquivística custodiados pelo Centro de Documentação/Arquivo Histórico, que inclui documentos com suporte, tipo e natureza diversos (textuais, iconográficos e cartográficos), em fase de implementação.

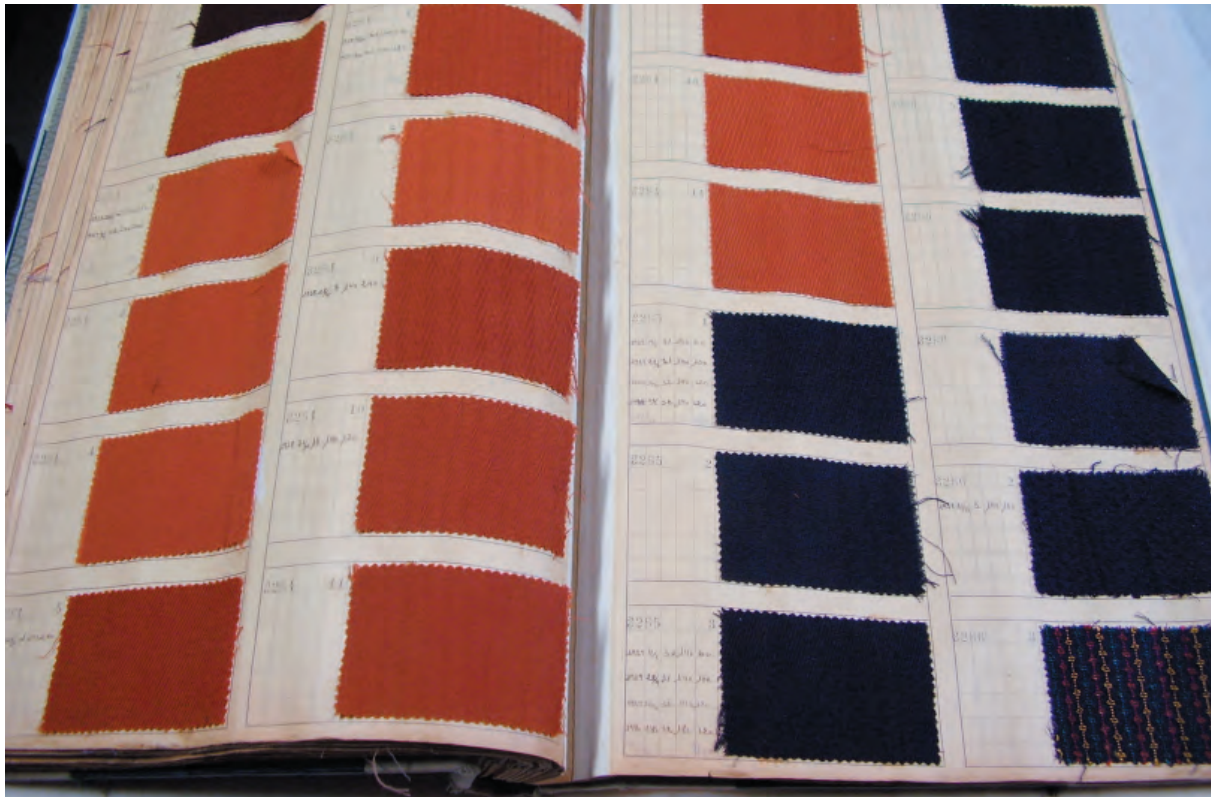


Fig. 11 — Livro Referenciário de Amostras Têxteis de René Ferdinand Delimbeuf (UBI/ML, 2011)

O acervo documental reunido e disponível no Centro de Documentação visa principalmente os seguintes destinatários: *designers* têxteis e de moda; investigadores de vários ramos do conhecimento; docentes dos vários graus de ensino; formadores; estudantes do ensino superior; empresários e técnicos têxteis; outros museus e centros de documentação e, finalmente, a comunidade em geral, desde que cumpra os requisitos obrigatórios de ingresso estabelecidos no Regulamento Interno do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.

#### b) Fundos e coleções

O Centro de documentação/Arquivo Histórico acolhe justamente os fundos e coleções documentais provenientes de entidades públicas e privadas com funções e atividades associadas à indústria têxtil, de que se salientam as incorporações de documentação proveniente de entidades públicas e privadas, coletivas e singulares, entre organismos da Administração Central e empresas do subsetor de atividade dos lanifícios e, ainda, de empresários, técnicos e operários têxteis. A documentação recolhida, por incorporação ou depósito, ilustra as atividades desenvolvidas por algumas empresas nos domínios produtivos da fiação, tecelagem, ultimação e tinturaria, as dos técnicos e operários têxteis que



contribuíram para o seu desenvolvimento, bem como de organismos corporativos, de coordenação económica e associativos que apoiavam e controlavam a indústria ou defendiam os interesses das elites empresariais.

Desde a criação, em 1997, reuniu 43 fundos documentais, dos quais 21 são provenientes de empresas de produção de lanifícios (transformação da matéria-prima, a fibra lã, em tecido, que envolve múltiplas operações e tecnologias), 2 de produção de tapeçarias e tapetes e 2 de armazéns e comércio de tecidos; 10 fundos são de espólios pessoais e de famílias, entre empresários, industriais e técnicos têxteis; 1 fundo de uma entidade de âmbito associativo e 7 fundos documentais de entidades públicas da administração central e descentrada. Destes grupos de arquivos, 34 fundos documentais provêm de entidades localizadas no concelho da Covilhã (que corresponde a 79% do total) e os 9 restantes fundos correspondem ao resto do país, sendo que 3 são do concelho de Manteigas, sendo ainda abrangidos pela região marcada pela indústria têxtil, a serra da Estrela, e detentores de vestígios de um vasto património industrial (veja-se o quadro de fundos e de coleções em anexo).



Destes fundos, entre 1997 e 2004, data em que o Centro de Documentação/Arquivo Histórico ocupou as novas e atuais instalações, foram transferidos em regime de incorporação (por recolha ou doação) 29 fundos, correspondendo a um período com uma dinâmica intensa numa tentativa de salvaguardar o património industrial documental, gerado por uma indústria que já se encontrava em pleno colapso económico, e que aguardava pela transfiguração de “meros papéis velhos, sujos e inúteis” em bens culturais ao serviço da história e da cultura.

Para além destes conjuntos documentais, com maior ou menor dimensão, foi igualmente reunido um acervo bibliográfico — entre monografias e publicações periódicas —,

Fig. 12 — Análise de amostras têxteis em fichas de padrões de tecidos de uma empresa de lanifícios (UBI/ML, Danilo Pavone, 2005)

constituído pelos diversos espólios, que se encontravam agregados e misturados artificialmente pelos conjuntos documentais fabris, coligidos por aquelas entidades para fins de estudo e de investigação no seu tempo. Estes acervos deram origem à coleção bibliográfica do Museu de Lanifícios, que, concorrendo com os conjuntos documentais industriais, contribuem para o desenvolvimento de um acervo documental único sobre a história da manufatura e indústria dos lanifícios da região e de uma cultura laneira intrínseca a esta região de Portugal, que tem vindo a ser continuamente enriquecido com inúmeras doações de particulares, doadores e beneméritos do Museu de Lanifícios.

Saliente-se, igualmente, a coleção de milhares de produtos têxteis (entre retalhos e amostras têxteis, cartazes, catálogos de publicações periódicas de casas de moda e referenciários com as coleções das fábricas e fichas de padrões com tecidos, bem como peças de vestuário, mantas ou cobertores, tapetes



e tapeçarias) custodiados pelo Museu, que, através da Base de Dados de Bens Têxteis ARQUEOTEX, se encontram já, algumas centenas deles, acessíveis *on-line* através da página WEB do Museu de Lanifícios, e que servem para alicerçar a função do Museu que, como salienta Elisa Calado Pinheiro, diretora do Museu de Lanifícios desde a sua fundação até 2011, no “domínio da conservação ativa do património, privilegia a valorização do conhecimento do passado, também pelas fortes implicações que terá no desenvolvimento atual e futuro. O património, por esta via, conserva-se naturalmente pelo seu valor intrínseco, mas não permanece estático ou confinado às altas paredes protetoras do museu. Coloca-se ao serviço da revitalização de técnicas, de processos e/ou de sistemas de fabrico, onde se incorporam as dimensões temporais do passado, presente e futuro” (citação de Eulália Morral i Romeu por Pinheiro, 2002: 118).

Ainda são de realçar as coleções cartográficas e iconográficas (em suporte de papel e eletrónicas) que, sob a forma de doação, têm igualmente valorizado o património documental do Museu de Lanifícios, contribuindo para o conhecimento e reabilitação do património industrial tangível (edifícios



e tecnologias associadas) e não tangível (história dos lanifícios, o mundo do trabalho e dos seus protagonistas, entre empresários, técnicos e operários).

O próprio Museu, no decorrer da investigação por ele protagonizada e liderada, entre 1999-2007, sobre o reconhecimento e valorização das vias da transumância e do património industrial da região da Beira Interior, produziu a sua própria documentação, compilada com informações e dados textuais, iconográficos, orais e cartográficos subordinados às áreas de estudo, disponíveis para consulta no Centro de Documentação/Arquivo Histórico, que prestam valiosos testemunhos sobre as áreas de investigação da arqueologia e património industrial. Os resultados desta investigação foram publicados pelo Museu de Lanifícios da UBI, em 2008-2009, na obra impressa, em dois volumes, *Rota da Lã TRANSLANA, percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha)*, com a coordenação de Elisa Calado Pinheiro, na qualidade de diretora do Museu de Lanifícios e coordenadora dos projetos Rota da Lã-TRANSLANA I e II, que permitiu o financiamento destas linhas de investigação e da publicação dos seus resultados.

Os fundos e coleções custodiados apresentam uma cronologia compreendida entre os séculos XIX e XX, cobrindo o período da industrialização dos lanifícios, e atingem um volume que ultrapassa os 3000 metros lineares de estanteria. Articulam-se estreitamente com as duas coleções museológicas que incidem nos períodos manufatureiro (Núcleo da Real Fábrica de Panos) e industrial dos lanifícios (Núcleo da Real Fábrica Veiga). Contribuiu, inclusivamente, neste último caso, quer com informações e fontes históricas para a elaboração dos conteúdos didático interpretativos da exposição permanente do Núcleo da Industrialização dos Lanifícios/Real Fábrica Veiga, quer com os próprios objetos documentais e têxteis que integraram a coleção museológica permanente e serviram para ilustrar o discurso narrativo proposto para este núcleo. Entre fotografias e gravuras, documentos textuais, impressos ou originais, e produtos têxteis (lãs, fios e tecidos), é possível encontrar os valiosos contributos do Centro de Documentação/Arquivo Histórico em todo o processo de musealização da industrialização dos lanifícios.

O conjunto da documentação apresenta um valor cultural e patrimonial significativo que, como Damas referencia, “o património documental de uma empresa, se monetariamente é de valor inquantificável (salvo quando é vendido a peso!), já o mesmo não se pode dizer quanto ao seu valor informativo e testemunhal” e que através da “documentação produzida e recebida pelas empresas no decorrer das suas actividades quotidianas, a informação contida nos documentos de arquivos desvenda a vida do colectivo, faculta conhecimentos que nos permitem determinar os momentos da sua expansão ou estagnação, dá-nos elementos que habilitam conhecer a ação das personalidades que as geriram, determinando de um modo ou de outro o seu destino, enfim, pela informação, veiculada nos documentos podemos sentir o pulsar da empresa” (Damas, 1999: 221). Por este motivo, as variadas opções de pesquisa historiográfica que preconizam, quer para a história das empresas, quer para um



âmbito mais geral da história económica e social, permitem a uma grande diversidade de destinatários o acesso e recurso a informações, dados e produtos de natureza documental, técnica, económica e histórico-cultural no âmbito da indústria têxtil.

Neste âmbito, destacam-se, quer pela sua dimensão, quer pelo seu valor testemunhal para a história da empresa e para a história económica e social, os fundos empresariais das firmas Empresa Transformadora de Lãs, Ld.<sup>a</sup>, Campos Melo & Irmão, Fábrica Alçada, e os fundos da administração central dos Grémios dos Industriais de Lanifícios da Covilhã e de Gouveia, da Comissão Reguladora do Comércio do Algodão em Rama e do Instituto dos Têxteis/Delegação da Covilhã e o espólio têxtil, pela perfeição técnica e *design*, de René Ferdinand Delimbeuf (*designer* têxtil francês radicado em Portugal desde os anos 30 do séc. XX).

Incumbe a este Arquivo Histórico preservar memórias de “inúmeras gerações que desenvolveram um “saber-fazer assente na monoprodução dos lanifícios, sedimentando no espaço uma cultura tecnológica e social, com carácter singular” (Folgado, 2009: 88), constituindo os arquivos empresariais um “factor complementar na dinamização de instituições museais no âmbito da arqueologia industrial, potenciando estudos e desenvolvendo apetências pelo património em íntima ligação com a actividade principal produtiva da região” (Damas, 1999: 223).

#### c) A acessibilidade e serviços

##### O acesso

Os bens de natureza arquivística são registados em Inventários por fundos documentais (relacionados com a sua proveniência orgânica) e, nestes, por séries documentais que derivam da sua organicidade original e função pelo qual os mesmos foram produzidos. Os documentos textuais simples, manuscritos ou impressos, que revelem um carácter único e singular, e os documentos iconográficos ou cartográficos que, nalguns casos incorporaram a exposição permanente, são objeto de uma descrição individualizada e pormenorizada, através da elaboração de catálogos.

A bibliografia especializada sobre a temática do têxtil/lanifícios, entre publicações periódicas, monografias e catálogos, cronologicamente compreendida entre o séc. XIX e a atualidade, encontra-se disponível para consulta presencial na sala de referência/consulta.

O sistema de gestão geral de bens incorporados no Museu de Lanifícios prevê a adoção de um sistema de gestão e de pesquisa informatizado dos bens arquivísticos sob a sua custódia, a disponibilizar e a aceder futuramente no local e *on-line*, através da Página WEB do Museu de Lanifícios, a designar por MUSLARQ – Bens Arquivísticos, e que se encontra ainda por implementar.

O acesso ao acervo documental e a respetiva disponibilidade à consulta por parte dos utilizadores depende não só das condições estipuladas no Regulamento do Museu de Lanifícios e na legislação oficial em vigor, como também do desenvolvimento das fases de tratamento documental (expurgo, higienização, acondicionamento, descrição e instalação) a que a documentação deverá ser sujeita que, por seu turno, depende da disponibilidade dos recursos humanos de que o Museu dispõe.

### Serviços disponíveis

O Centro de Documentação/Arquivo Histórico dispõe atualmente dos seguintes serviços estruturados em três sectores:

#### a) Serviços de arquivística

Desenvolvimento de atividades de recolha ou receção de conjuntos documentais, de acordo com a política de incorporações estabelecida pela direção do Museu, organização, conservação, descrição e comunicação da documentação incorporada e depositada, por meio de instrumentos de descrição documental impressos (guia e inventários) e informáticos a implementar num futuro próximo.

Efetua-se pesquisas a pedido dos utentes, disponibiliza-se apoio técnico e arquivístico a arquivos, quer públicos quer privados, da região, bem como se acolhem estudantes em regime de estágio não remunerado no âmbito de cursos do 2.º ciclo na área das ciências da documentação/informação.

Efetua-se a reprodução de documentos, dos quais o Museu detenha os direitos de autor, para fins de estudo, mediante requerimento escrito efetuado pelo particular ou instituição, pelas quais cobra uma importância fixada anualmente.

#### b) Serviços de leitura pública

Disponibiliza uma sala de consulta/referência com 10 lugares, equipada com meios informáticos de apoio à realização de pesquisas, disponibiliza ainda um espaço de acesso à Internet, que os utilizadores poderão consultar livremente e a título gratuito. Dispõe, igualmente, de rede *wireless*.

#### c) Serviços de extensão cultural

Dispõe de acesso ao uso de áreas públicas comuns existentes no Núcleo da Real Fábrica Veiga/Centro de Interpretação dos Lanifícios, como a galeria de exposições temporárias, do auditório com cerca de 50 lugares, de áreas de descanso e de lazer e de parque de estacionamento, a pedido.

Por solicitação de estabelecimentos de ensino e de outras instituições, com pedido e marcação prévia, organiza visitas guiadas às instalações para um máximo de 15 participantes.

## ANEXO

### Quadro dos Fundos Documentais e Coleções custodiados pelo Centro de Documentação/Arquivo Histórico

GRUPOS DE ARQUIVOS		
GF – Arquivos da Administração Central		
FUNDOS	RAMO DE ATIVIDADE	CRONOLOGIA
1. CRCAR – Comissão Reguladora do Comércio do Algodão em Rama (f)	Regulamentação da importação de matéria prima e sua distribuição pelos produtores	Localização: Lisboa Cronologia: 1937-1972 Datas de produção: 1962-1972 Dimensão e suporte: 1348 unidades de instalação e documentação técnica; papel
2. FNIL – Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios (f)	Organismo corporativo que coordenava os grémios dos industriais de lanifícios que lhe estavam filiados	Localização: Lisboa Cronologia: 1936-1974 Datas de produção: 1936-1974 Dimensão e suporte: 76 unidades de instalação; papel Entidade sucessora: Instituto dos Têxteis
3. GILC – Grémio dos Industriais de Lanifícios da Covilhã (f)	Organismo corporativo que emitia parecer, justificação ou recusa para a abertura de novos estabelecimentos e para a modificação ou ampliação das unidades existentes do distrito de Castelo Branco.	Localização: freguesia de Santa Maria, Covilhã Cronologia: 1936-1974 Datas de produção: 1936-1974 Dimensão e suporte: Informação não disponível Entidade sucessora: Instituto dos Têxteis
4. GILG – Grémio dos Industriais de Lanifícios de Gouveia (f)	Organismo corporativo que emitia parecer, justificação ou recusa para a abertura de novos estabelecimentos e para a modificação ou ampliação das unidades existentes do distrito da Guarda.	Localização: Gouveia Cronologia: 1936-1974 Datas de produção: 1936-1974 Dimensão e suporte: 905 unidades de instalação e documentação técnica; papel Entidade sucessora: Instituto dos Têxteis

5. GILS — Grémio dos Industriais de Lanifícios do Sul (f)	Organismo corporativo que emitia parecer, justificação ou recusa para a abertura de novos estabelecimentos e para a modificação ou ampliação das unidades existentes da região sul de Portugal	Localização: Lisboa Cronologia: 1936 - 1974 Datas de produção: 1936-1974 Dimensão e suporte: 120 unidades de instalação e documentação técnica; papel Entidade sucessora: Instituto dos Têxteis
---	--	---

#### GF — Arquivos da Administração Central Descentralizada

6. ALC — Acondicionamento e Laboratório têxtil da FNIL (f)	Controlo da qualidade de todos os produtos e matérias-primas relacionados com a indústria de lanifícios	Localização: freguesia de Santa Maria, Covilhã Cronologia: 1952-1974 Datas de produção: 1952-1974 Dimensão e suporte: Informação não disponível Entidade sucessora: Instituto dos Têxteis
--	---	---

7. IT — Delegação da Covilhã do Instituto dos Têxteis (f)	Organismo de coordenação das atividades de produção, transformação e comercialização de fibras têxteis e respetivos produtos	Localização: freguesia de Santa Maria, Covilhã Cronologia: 1972-19__? Datas de produção: 1973-1989 Dimensão e suporte: 2260 unidades de instalação e documentação técnica; papel
---	--	---

#### GF — Arquivos Associativos

8. AICC — Associação Industrial e Comercial da Covilhã (f)	Instituição sem fins lucrativos para defesa dos direitos e interesses da classe industrial e comercial do Concelho da Covilhã	Localização: freguesia de São Pedro, Covilhã Cronologia: 1889-1936 Datas de produção: 1915-1936 Dimensão e suporte: 23 unidades de instalação; papel
--	---	---

#### GF — Arquivos Empresariais

9. APR — Álvaro Paulo Rato / Álvaro Paulo Rato & Filhos Lda (f)	Têxtil/Lanifícios Ultimação e Tinturaria	Localização: Covilhã Cronologia: 1957-2003/4 Datas de produção: 1962-2002 Dimensão e suporte: 520 unidades de instalação; papel
---	---	--

10. AJ — António Joaquim Rodrigues (f)	Têxtil/Lanifícios Teceragem	Localização: Covilhã Cronologia: Anos 40 do séc. XX-1961 Datas de produção: Anos 40 do séc. XX-1961 Dimensão e suporte: 2 unidades de instalação; papel, têxtil
--	--------------------------------	--



11. ANT — António Neves & C. <sup>a</sup> , Lda. (f)	Têxtil/Lanifícios Tecelagem	Localização: Covilhã Cronologia: 1951-1965 Datas de produção: Séc. XX Dimensão e suporte: 60 unidades de instalação; papel
12. BT — Borges Terenas & Irmão (f)	Têxtil/Lanifícios Tecelagem (produção de casimiras em padrões e artigos pretos e azuis)	Localização: Covilhã Cronologia: 1926-1988 Datas de produção: 1940-1987 Dimensão e suporte: 135 unidades de instalação; papel, têxteis
13. CM — Campos Mello & Irmão (f)	Têxtil/Lanifícios Fabrico completo: cardação, penteação, fição, tecelagem, tinturaria e ultimateção. Especializada em lavagem de lãs e tinturaria	Localização: freguesia da Conceição, Covilhã Cronologia: 1835-2003 Datas de produção: 1845-1950 Dimensão e suporte: 1186 unidades de instalação; papel
14. CCN — Cristiano Cabral Nunes / Cristiano Cabral Nunes & Filhos, Lda. (f)	Têxtil/Lanifícios Cardação, fição e tecelagem	Localização: Covilhã Cronologia: 1918-1979 Datas de produção: Anos 30 do séc. XX-1977 Dimensão e suporte: 41 unidades de instalação; papel, têxteis
15. ETL — Empresa Transformadora de Lãs, Lda. (f)	Têxtil/Lanifícios Fabricação de fios de estambre (penteados) destinados a tecidos de Homem e Senhora	Localização: freguesia de São Martinho, Covilhã Cronologia: 1920-1993 Datas de produção: 1920-1993 Dimensão e suporte: 3297 unidades de instalação, e mais por determinar; papel
16. ESB — Esteves, Santos & Botelho, Lda. (Lanifícios Império) (f)	Têxtil/Lanifícios Cardação, fição e tecelagem	Localização: Lugar dos Amieiros Verdes, freguesia de Santa Maria, Manteigas Cronologia: 1946-2008 Datas de produção: 1946-1989 Dimensão e suporte: 173 unidades de instalação; papel, têxteis
17. FA — Fábrica Alçada (f)	Têxtil/Lanifícios Fabrico completo: cardação, penteação, fição, tecelagem, tinturaria e ultimateção	Localização: freguesia da Conceição, Covilhã Cronologia: 1843-1968 Datas de produção: 1843-1968 Dimensão e suporte: 847 unidades de instalação; papel

18. FAL — Fábrica Alentejana de Lanifícios (f)	Têtil/Lanifícios Produção de mantas, tapetes e artigos de decoração típicos do Alentejo em 100% lã	Localização: Reguengos de Monsaraz, Évora Cronologia: Década de 30 do séc. XX à atualidade Datas de produção: Anos 60-80 do séc. XX Dimensão e suporte: 14 unidades de instalação ; papel
19. FTSE — Fábrica de Tapetes Serra da Estrela (f)	Têtil/Lanifícios Produção de tapetes e tapeçarias em lã com a técnica de ponto nó médio	Localização: freguesia de São Martinho, Covilhã Cronologia: 1945-Anos 50 do séc. XX (?) Datas de produção: Anos 40-50 do séc. XX Dimensão e suporte: 16 unidades de instalação; papel, têxteis
20. FOF — Fofinha - Fios para Tricot (f)	Têtil/Lanifícios Fiação de fios para tricot	Localização: Covilhã Cronologia: 1989-2008 Datas de produção: Último quartel do séc. XX Dimensão e suporte: 3 unidades de instalação; papel, têtil
21. FMA — Francisco Mendes Alçada / Francisco Mendes Alçada, Sucessor (f)	Têtil/Lanifícios Tinturaria, tecelagem e ultimação	Localização: freguesia de São Martinho, Covilhã Cronologia: 1924-1963 Datas de produção: 1918-1995 Dimensão e suporte: 227 unidades de instalação e n.º total de U.I. por determinar; papel, têxteis
22. FRA — Francisco Ribeiro Aibéo / Francisco Ribeiro Aibéo, Vª & Filhos / Francisco Ribeiro Aibéo & Filhos (f)	Têtil/Lanifícios Produção de fios (fios de algodão mercerizados e não mercerizados, retorcidos e de fantasia, de seda vegetal e schappes)	Localização: freguesia de Santa Maria, Covilhã Cronologia: 1922-1989/90 Datas de produção: Informação não disponível Dimensão e suporte: Informação não disponível
23. JCS — Jerónimo da Costa Sena / Jerónimo da Costa Sena & Cª / Jerónimo da Costa Sena & Cª, Lda. (f)	Têtil/Lanifícios Tecelagem (tecidos de lã)	Localização: freguesia de São Martinho, Covilhã Cronologia: 1927-1988(?) Datas de produção: 1950-1990 Dimensão e suporte: 221 unidades de instalação e nº de U.I. por determinar; papel

24. JDF — Jerónimo Dias Freire // Tecidos Freire (f)	Têxtil/Lanifícios Tecelagem (tecidos de lã)	Localização: freguesia da Conceição, Covilhã Cronologia: 1926-Anos 50 do séc. XX (?) Datas limite do fundo documental: 1924-1974 Dimensão e suporte: 23 unidades de instalação; papel , têxteis
25. JRC — João Roque Cabral / João Roque Cabral & Filhos, Lda. (f)	Têxtil/Lanifícios Cardação e fiação de lãs, acabamentos de fios e recuperação de fibras (mungos) e tecelagem	Localização: Covilhã Cronologia: Anos 30 do séc. XX-1995 Datas de produção: 1933-1995 Dimensão e suporte: 184 unidades de instalação e nº total de U.I. por determinar; papel, têxteis
26. JPM — Joaquim Pereira de Mattos & Cunha / Matos Cunha, Lda. (Fábrica de São Gabriel) (f)	Têxtil/Lanifícios Fabricao completo: lavagem de lãs, cardação, fiação, tecelagem, tinturaria e ultimação	Localização: Lugar de São Gabriel, freguesia de Santa Maria, Manteigas Cronologia: 1874-200_ (?) Datas de produção: 1903-1914 Dimensão e suporte: 108 unidades de instalação (com c. de 24.000 amostras têxteis); papel, têxteis
27. JHF — José Henriques da Fonseca / José Henriques da Fonseca Júnior / José Henriques da Fonseca Júnior, Filhos, Lda. (f)	Têxtil/Lanifícios Fabricação de tecidos de lã e polyester	Localização: Covilhã Cronologia: 1937-Anos 90 do séc. XX Datas de produção: 1950-1980 Dimensão e suporte: 328 unidades de instalação e nº total de U.I. por determinar; papel, têxteis
28. LM — Lanifícios Montestrela (f)	Comércio Armazém e comércio de tecidos	Localização: Covilhã Cronologia: 1969-1996 Datas de produção: 1969-1996 Dimensão e suporte: 2 unidades de instalação; papel, têxteis
29. MM — Manuel Miraldes & C. <sup>a</sup> (f)	Têxtil/Lanifícios Fiação e tecelagem de cardado	Localização: freguesia de Santa Maria, Covilhã Cronologia: 1957-Anos 70 do séc. XX Datas de produção: Informação não disponível Dimensão e suporte: Informação não disponível

30. MF — Matos & Farias (f)	Têtil/Lanifícios Armazém e comércio de tecidos	Localização: freguesia do Tortosendo, Covilhã Cronologia: Séc. XX Datas de produção: séc. XX Dimensão e suporte: Informação não disponível
31. RS — Rosa & C. <sup>a</sup> (f)	Têtil/Lanifícios Tecelagem (tecidos) e, a partir de 1958, comércio a retalho de fios de lã nos concelhos de Lisboa e Covilhã	Localização: freguesia da Conceição, Covilhã Cronologia: 1945-1995 Datas de produção: Informação não disponível Dimensão e suporte: Informação não disponível
32. SCF — Simão da Cruz Fazenda & Filhos (f)	Têtil/Lanifícios Fiação e tecelagem	Localização: freguesia de São Martinho, Covilhã Cronologia: 1924-1974 Datas de produção: 1924-1974 Dimensão e suporte: 26 unidades de instalação; papel
33. STA — SOTAVE - Sociedade Têtil dos Amieiros Verdes, S.A. (f)	Têtil/Lanifícios Cardação, fiação, tecelagem, ultimação e tinturaria	Localização: freguesia de São Martinho, Covilhã Cronologia: 1960-2007 Datas de produção: 1960-2007 Dimensão e suporte: 40 unidades de instalação; papel, têtil
GF — Arquivos Pessoais / Família		
34. ACC — António da Cruz Carrilho (f)	Debuxador	Covilhã Datas de produção: Anos 30 do séc. XX Dimensão e suporte: 1 unidade de instalação
35. ACB — António Maria Castello-Branco e Neves (f)	Inventor de protótipos e modelos de utilidade	Covilhã, 1923-1991 Datas de produção: 1960-1970 Dimensão e suporte: Informação não disponível
36. CAC — Cândido Albuquerque Calheiros, 1.º Conde da Covilhã (f)	Industrial e administrador da empresa José Mendes Veiga e Sucessores. Deputado, comendador e presidente da Câmara Municipal da Covilhã, da Associação Industrial e Comercial da Covilhã e Diretor do Banco da Covilhã	Covilhã, 1840-1904 Datas de produção: 1887-1889 Dimensão e suporte: 1 unidade de instalação; papel



37. JMP — Jaime Mateus Proença (f)	Debuxador	Covilhã, 1927-2005 Datas de produção: Anos 40 do séc. XX Dimensão e suporte: 4 unidades de instalação; papel, têxteis
38. JAS — João Almeida Santos (f)	Debuxador	Covilhã Datas de produção: 1939-1941 Dimensão e suporte: 1 unidade de instalação; papel, têxtil
39. MJM — José Marques Malaca (f)	Debuxador	Covilhã Datas de produção: 1947-1951 Dimensão e suporte: 4 unidades de instalação; papel, têxtil
40. JMAP — José Mendes Alçada de Paiva e herdeiros (f)	Advogado, autarca e industrial da Covilhã	Covilhã, 1835-1904 Datas de produção: 1771-1959 Dimensão e suporte: 638 documentos simples manuscritos; papel
41. MMCC — Manuel Macedo Campos Costa (f)	Debuxador e Maestro	Covilhã Datas de produção: Anos 40 do séc. XX Dimensão e suporte: 5 unidades de instalação; papel, têxtil
42. MMA — Manuel Mendes Alçada de Paiva e Herdeiros (f)	Industrial covilhanense, proprietário de uma empresa de lanifícios em nome individual	Covilhã, 1879-1832 Datas de produção: 1771-1959 Dimensão e suporte: Informação não disponível
43. RFD — René Ferdinand Delimbeuf (f)	Debuxador (Dessinateur des Tissus, de nacionalidade francesa, radicado em Portugal desde os anos 30 do séc. XX)	Louvier, França, 1909-1994 Datas de produção: 1936-1962 Dimensão e suporte: 274 unidades de instalação (com c. 35 000 amostras têxteis) e documentação técnica; papel, têxtil

## Informações gerais

### DESIGNAÇÃO

Centro de Documentação/Arquivo Histórico do Museu de Lanifícios da UBI

### NATUREZA JURÍDICA

Arquivo público

### SUBORDINAÇÃO ADMINISTRATIVA

Ministério da Educação e Ciência | Universidade da Beira Interior | Museu de Lanifícios

### RESPONSÁVEL

Helena Maria Barreto Correia

### CONTACTO

Tel.: (+351) 275 319 724 | Fax: (+351) 375 319 712 | email: muslan@ubi.pt

### ENDEREÇO

Calçada do Biribau, junto ao Parque da Goldra, 6201-001 Covilhã — Portugal

### HORÁRIO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO

De terça a sexta-feira, das 09h30 às 12h30 e das 14h00 às 17h30

## Bibliografia

DAMAS, Carlos Alberto — Património e arquivos empresariais. *Arqueologia & Indústria: revista da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial*. Lisboa. n.º 2-3 (1999). p. 220-226.

FOLGADO, Deolinda — Covilhã, cidade que também foi fábrica. *Monumentos*. Lisboa. n.º 29 (nov. 2009), p. 88-97.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE, 2003 — Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial [Em linha]. Tradução da responsabilidade da Associação Portuguesa para o Património Industrial. Nizhny Tagil: TICCIH, julho 2003. 14 p. (Consult. 15 maio 2012). Acessível: <http://www.mnactec.cat/ticcih/pdf/NTagilPortuguese.pdf>).

PINHEIRO, Elisa Calado, coord. — Catálogo do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior: Núcleo da Tinturaria da Real Fábrica de Panos. Covilhã: Universidade da Beira Interior, Museu de Lanifícios, 1998.

PINHEIRO, Elisa Calado — *Os fios do passado a tecer o futuro — um lema para o Museu de Lanifícios: da Covilhã à Europa pelas rotas da lã e redes de informação têxtil*. In Actas [das] III Jornadas de arqueologia industrial. Covilhã : Universidade da Beira Interior, Museu de Lanifícios, 2000. pp. 99-177.

PINHEIRO, Elisa Calado — O Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, Covilhã: uma intervenção pioneira no âmbito da arqueologia industrial. *Arqueologia & Indústria: revista da*

*Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial*. Lisboa. n.º 2-3 (1999), pp. 163-177.

PINHEIRO, Elisa Calado, coord. — *Rota da Lã Translana, percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal)*, Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha). Covilhã: Universidade da Beira Interior, Museu de Lanifícios, 2008-2009. 2 vol. + 1 DVD.

PINHEIRO, Elisa Calado — A Universidade da Beira Interior e o seu papel na reabilitação e reutilização do património industrial da Covilhã. *Monumentos*. Lisboa. Nº 29 (nov. 2009). p. 98-109.

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR. Museu de Lanifícios — Regulamento interno do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior [Documento policopiado]. Covilhã: Universidade da Beira Interior, Museu de Lanifícios, 2006.

# Características e Especificidades de Um Centro de Documentação sobre Um Movimento Cultural [Museu do Neo-Realismo]





# Características e Especificidades de Um Centro de Documentação sobre Um Movimento Cultural [Museu do Neo-Realismo]

Maria Odete Belo

... a palavra realismo na expressão neo-realismo não significa simplesmente um processo mas o correspondente literário e artístico duma atitude perante a vida.  
(Mário Dionísio) – Ficha 13

## RESUMO

Criado em 1990 a partir da actividade de um Centro de Documentação sobre o movimento Neo-Realista Português, o projecto do Museu do Neo-Realismo evoluiu inicialmente em torno da área arquivística e bibliográfica.

Torna-se, assim, justo e pertinente levar ao conhecimento de todos os investigadores desta área, os espólios culturais existentes neste Centro de Documentação.

**Specificities of a Documentation Center on a Cultural Movement [Museum of Neo-Realism]**

## ABSTRACT

Created in 1990 from the activity of a documentation center on the Portuguese Neo-Realist movement, initially, the project of the Museum of Neo-Realism evolved around the area of archival and literature.

It is therefore fair and appropriate to let all researchers in this area know, the cultural collections in this Documentation Center.

Palavras-chave: Museu do Neo-realismo; Centro de documentação; Movimento Cultural; Bibliotecas; Biblioteconomia; Arquivística; Coleções.

## Contextualização de um Centro de Documentação

O Centro de Documentação pode ser apresentado como uma entidade híbrida, o facto de ser uma entidade “mista” não conta com uma teoria e metodologia específicas para o tratamento do acervo, o Centro de Documentação é a instituição de documentação que menos ocupou espaço na bibliografia das diferentes áreas que compõem as Ciências da Informação.

A riqueza de um centro de documentação consubstancia-se não só no tamanho mas também na qualidade do seu acervo. Se para nós técnicos, o maior interesse reside no tratamento documentação, já para os investigadores o interesse reside na documentação mais antiga. Os centros de documentação são, pois, depositários de documentos únicos por natureza, que em poder dos seus detentores originais seriam pouco ou nada acessíveis.

Os centros de documentação ultrapassam os limites das bibliotecas, na medida em que podem conter material bibliográfico na temática em que o centro é especializado e são também um arquivo na medida em que os seus acervos contêm originais e/ou reproduções de conjuntos arquivísticos.

Nas suas competências gerais o centro de documentação deve reunir, custodiar e preservar os documentos de valor permanente assim como referências úteis ao ensino e à pesquisa na sua área de especialização, tendo ainda uma missão muito importante que é a sua divulgação.

## Sobre o movimento cultural

Tal como o Museu também o centro de documentação se centra na temática neo-realista e na sua importância no século XX.

Sendo museu temático, o Museu do Neo-Realismo tem como missão principal desenvolver, aprofundar e investigar o seu património específico, apresentando regularmente ao público o resultado desse trabalho.

“O museu tem desenvolvido um trabalho sistemático de conhecimento e avaliação do espólio que tem à sua guarda, o qual integra cerca de trinta espólios literários, cinco espólios editoriais, quatro espólios artísticos e meio milhar de obras de arte. Independentemente da questão do número de espólios, documentos ou obras, há essa obrigatoriedade de compreender com distanciamento crítico e científico, um dos movimentos culturais mais decisivos do século XX português.” (David Santos)

Para falar deste movimento cultural, será pertinente recuar um pouco no tempo, a três momentos importantes da nossa história literária quando este movimento surge. Ele surge como uma movimentação cultural, ao longo dos anos 30 do século XX, e vai consolidar-se nos anos 40 a par com a consolidação do Estado Novo.

Existem na nossa história três momentos de viragem no agitado cenário político da sociedade portuguesa do início de século: o ano de 1910 – a implantação da República – o chamado “5 de Outubro”; 1926 – vai assinalar a data do “golpe militar fundador da ditadura [...] que substitui a 1.ª República demoliberal; e a partir do qual se estruturará o Estado Novo em 1933”.

Três datas decisivas da nossa história e que vão marcar o cenário conturbado que leva este grupo de jovens a opôr-se em pensamento à visão totalizadora do Estado Novo.

“Assim, apenas assim, espontaneamente, da inquietação, da generosidade e da ingenuidade – da fecunda, exaltante, fraternal ingenuidade – desses tantos jovens que foram ao encontro uns dos outros pelo seu pé, irresistivelmente movidos por um mesmo espírito de recusa, uma mesma esperança no homem (que eles sabiam só poder querer dizer: os homens), uma mesma necessidade interior de dizer tudo isso em versos, em romances, em contos capazes de acordarem um país inteiro para a sua própria realidade nacional.”

## O Centro de documentação do Museu do Neo-Realismo

Criado em 1990, a partir da actividade de um Centro de Documentação sobre o movimento neo-realista português, o projecto do Museu do Neo-Realismo evoluiu inicialmente em torno da área arquivística e bibliográfica. Porém, cedo enriqueceu e diversificou o seu património, desenvolvendo um vasto conjunto de colecções museológicas, com destaque para espólios literários e editoriais, arquivos documentais (impressos e audiovisuais), acervos iconográficos, obras de arte, bibliotecas particulares e uma biblioteca especializada na temática neo-realista.

Vocacionado para o estudo e disponibilização de fontes documentais sobre o Neo-Realismo, o Museu tem vindo a promover uma prática continuada de investigação e divulgação dos seus conteúdos, correspondendo, através de uma acção pedagógica e didáctica adequada, ao público heterogéneo que o visita.

O Museu do Neo-Realismo tende hoje a ultrapassar as fronteiras da sua vocação temática original para se situar, cada vez mais, no território das ideias e da cultura do século XX, relacionando assim outras correntes literárias, artísticas e de pensamento. Esta nova amplitude temática tem ajudado a clarificar de modo crítico o eco produzido pelo Neo-Realismo junto de várias gerações de escritores, artistas e intelectuais portugueses.

O Centro de Documentação, focalizado na temática Neo-Realista, compreende diversas valências, nomeadamente:

-realismo, com particular destaque para as primeiras edições impressas de autores neo-realistas. Possui uma vasta bibliografia em áreas como a poesia, ficção, teatro, cinema, artes plásticas, história e política contemporânea, sempre privilegiando a temática do neo-realismo ou com ela relacionada, para além de obras de referência (dicionários, enciclopédias).

Nesta biblioteca foram também integradas algumas bibliotecas particulares de escritores. Para além dos volumes monográficos, estão igualmente disponíveis para consulta publicações periódicas, com relevo para as editadas nas décadas centrais do século XX.

— A colecção dos Espólios começou a ser constituída em 1991, com a doação do Espólio Literário de Manuel da Fonseca. A partir dessa data, foram reunidos Espólios de autores significativos do movimento neo-realista, com destaque para as áreas da literatura e das artes plásticas, e de Espólios ligados a editoras que tiveram um papel significativo neste domínio como o da revista *Vértice*.

— Os Arquivos Documentais, organizados segundo a tipologia dos documentos, constituem um material essencial para a Investigação em torno deste movimento. Divididos em Arquivo Fotográfico (*slides*, negativos, positivos originais e reproduções de fotografias), Arquivo Gráfico (catálogos, folhetos, cartazes, brochuras, postais, etc.), Arquivo de Imprensa (recortes de jornais e revistas) e Arquivo Multimédia (registos vídeo, áudio e digital) contemplam uma vasta informação relativa a autores e temáticas neo-realistas; engloba ainda o Arquivo de Avulsos cuja documentação foi legada por particulares.

— A colecção de Artes Plásticas é constituída por obras de pintura, desenho, gravura, escultura e artes decorativas, de alguns dos maiores nomes da arte portuguesa do século XX. De proveniência diversa, a incorporação nesta colecção tem sido feita através de aquisição por compra, doação directa ou por fazerem parte integrante dos espólios.

## Especificidades das colecções

O acervo do Museu do Neo-Realismo é constituído por um conjunto de espólios de escritores como: Alexandre Babo (1916), Alexandre Cabral (1917-1996), Álvaro Feijó (1917-1941), Antunes da Silva (1921-1997), Armindo Rodrigues (1904-1993), Arquimedes da Silva Santos (1921), Carlos Coutinho (1943), Garcez da Silva (1915-2006), Faure da Rosa (1912-1985), Joaquim Lagoeiro (1918), Joaquim Namorado (1914-1986), José Ferreira Monte (1922-1985), Jorge Reis (1926-2005), Júlio Graça (1923-2006), Leão Penedo (1916-1976), Manuel Campos Lima (1916-1956), Manuel da Fonseca (1911-1993), Mário Braga (1921), Orlando da Costa (1929-2006), Soeiro Pereira Gomes (1909-1949), Alves Redol (1911-1969) e Carlos de Oliveira (1921-1981) recentemente incorporado por doação, o acto teve lugar no dia 11 de Fevereiro 2012, numa cerimónia que teve lugar no auditório do Museu do Neo-Realismo.



Paris, 20/III/62.

Carlos,

Encerrei esta folha na Sachaune. Trata-se de um texto que escrevi para as exa-  
mes deste ano. Já andas pelas "Antologias". É a altura de se ler as tuas "Poesias"  
(1945-1960)". Dá-me um exemplar. Será a primeira vez que vou ler um vos-  
so livro de poesia de cabo a cabo. Vi entre-  
as as apreciações do Simões no  
"Jornal de Arte e Letras". Não há dúvida  
que já me a escritor "Antológico..."  
"Dez anos de facto" e não conti-  
nuar a escrever.

Um dia próximos deves-te-  
longa carta e me falarás só  
de literatura. Da "Antologia" tuas e da  
Sachaune.

Com afecto para ambos, do

João

[illegible]

O primeiro romance de Carlos de Oliveira, *Casa na Duna*, data de 1943 e de 1953 *Uma Abelha na Chuva*, considerado um dos expoentes da literatura portuguesa do séc. XX. Em 1978, *Finisterra*, o último romance do autor, retorna à sua Gândara, como se de um fim de ciclo se tratasse.

129



O Museu possui ainda um vasto conjunto de obras de artistas plásticos tão relevantes como Júlio Pomar, Lima de Freitas, Rogério Ribeiro, Querubim Lapa, Mário Dionísio, Nuno San Payo, Manuel Ribeiro de Pavia, Cipriano Dourado, Avelun Cunhal e Alice Jorge.

Os Arquivos Fotográficos, Gráfico e de Imprensa reúnem também uma vasta colecção documental. Ao nível audiovisual, o MNR disponibiliza uma colecção de filmes (vídeo/DVD) e edições discográficas e multimédia referente à temática neo-realista.

## Conclusão

Ao jeito de conclusão diria que, para além de ser justo e pertinente levar ao conhecimento de todos os investigadores desta área os espólios culturais existentes neste Centro de Documentação, é também nosso dever realçar o papel dos centros de documentação no seu objectivo de preservar catalogar/descrever arquivisticamente, sistematizar e disponibilizar a informação.

O centro de documentação, na prossecução das suas competências gerais, deve reunir, custodiar e preservar os documentos de valor permanente assim como referências úteis ao ensino e à pesquisa na sua área de especialização, tendo ainda uma missão muito importante que é a sua divulgação. Tem assim o papel decisivo na retaguarda de apoio à investigação quer interna quer externa, no resgate da informação, para que os espólios de um punhado de homens com ideais humanistas, que fizeram parte de um movimento cultural, possam ser vivificados e transmitidos aos vindouros.

Assim, a prossecução do objectivo do centro de documentação não pode estar dissociada da missão principal que o museu tem vindo a desenvolver: um trabalho sistemático de conhecimento e avaliação do acervo que tem à sua guarda.

Há hoje e sempre o dever de compreender com distanciamento crítico e análise científica de um dos movimentos culturais mais decisivos do século XX português.

### Bibliografia

CF. RODRIGUES, António Simões. *História de Portugal em Datas*. Lisboa: Temas e Debates, 2000.

DIONÍSIO, Mário. “Prefácio” In: FONSECA, Manuel. *Obra Poética*. Lisboa: Caminho, 1984.

IGREJA, Sílvia Araújo. *Organização e Gestão do Controle Documentação do Museu do Neo-Realismo*. Vila Franca de Xira, 2008.

MARGATO, Izabel. *Polêmicas, conflitos e arte poética do Neo-Realismo Português*. 2011.

TESSITORE, Viviane. *Como implantar Centros de Documentação*. São Paulo: Arquivo do estado e imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.



# A Biblioteca de Arqueologia do IGESPAR e a produção de conhecimento arqueológico em Portugal





# A Biblioteca de Arqueologia do IGESPAR e a produção de conhecimento arqueológico em Portugal

Fernanda Torquato

*Biblioteca de Arqueologia do IGESPAR*

## Resumo

Apresenta-se a Biblioteca de Arqueologia do ex-Igespar (e da futura Direcção-Geral), a sua génese e objectivos, a sua organização e a sua articulação com a pesquisa académica, com a pesquisa no âmbito de estudos de minimização de impactes, no âmbito da formação técnica e, finalmente, com outros serviços e competências da tutela.

Palavras-chave: Biblioteca — Arqueologia — Conhecimento

## Criar uma biblioteca de arqueologia

A organização de bibliotecas especializadas tem sido, na maioria dos contextos, motivada pelas necessidades internas dos serviços que gerem. A biblioteca é uma memória organizada e é nessa perspectiva que foram surgindo serviços de acesso público mas, no essencial, articulados com a natureza das instituições que os abrigam: bibliotecas de museus centradas nas temáticas das suas colecções, bibliotecas de monumentos orientadas para a contextualização dos mesmos, bibliotecas de instituições vocacionadas para o estudo e compreensão dessas mesmas instituições.

O aparecimento e crescimento das bibliotecas especializadas em arqueologia está directamente relacionado com o crescimento exponencial da informação e da prática arqueológica. Este crescimento acabou por “dificultar” o serviço das bibliotecas gerais, que deixaram progressivamente de possuir boas e actualizadas colecções documentais neste domínio, não conseguindo responder às necessidades dos públicos cada vez mais exigentes.

As bibliotecas especializadas em arqueologia destinam-se a utilizadores diferenciados, maioritariamente com formação superior, com necessidades de informação específicas. A arqueologia é um domínio de conhecimento complexo, que integra áreas científicas muito diversas, da história e geografia às ciências físico-químicas, e os utilizadores das bibliotecas de arqueologia têm, por isso, interesses muito diversificados. Às duas dimensões primordiais da arqueologia — o espaço (onde?) e o

tempo (quando?) –, juntam-se uma quantidade enorme de temáticas recorrentes que não são fáceis de gerir numa biblioteca generalista.

Assim, uma das principais obrigações das bibliotecas de arqueologia é a actualização permanente dos seus acervos, bem como o fácil e rápido acesso à recuperação da informação. Neste contexto, são dois os principais instrumentos para essa facilitação: por um lado, a existência de listas temáticas próprias, na ausência de um thesaurus reconhecido, que aceleram o acesso aos conteúdos documentais; por outro lado, o acesso livre e directo às obras, apoiado numa organização lógica e coerente de fácil reconhecimento temático ou topográfico, bem como numa clara sinalética.

## Génese e evolução da BA

A BA tem origem na Biblioteca da ex-delegação de Lisboa do Instituto Arqueológico Alemão. Na década de 70 do século passado, quando equipas daquele instituto iniciaram em Portugal trabalhos sistemáticos (precedidos já de um labor intenso dos arqueólogos Georg e Vera Leisner, iniciado décadas antes) em diversos contextos arqueológicos (megalitismo, povoados calcolíticos fortificados, Idades do Bronze e do Ferro, romanização, etc.), constataram a inexistência de apoio bibliográfico às suas necessidades nas bibliotecas existentes e, conseqüentemente, a necessidade de criar uma biblioteca actualizada em Lisboa, que pudesse suportar uma investigação com novos métodos e que estivesse articulada com os mais recentes progressos do conhecimento. Embora existissem já na época acervos bibliográficos de arqueologia, dentre os quais se destaca o do Museu Nacional de Arqueologia, eles não preenchiam os requisitos de actualização, acessibilidade e orientação para a investigação, que eram essenciais a uma nova forma de fazer arqueologia, mais interdisciplinar e rigorosa.

Assim, o Instituto Arqueológico Alemão assumiu, com base da sua delegação em Madrid, a criação de uma subdelegação em Lisboa e a BA rapidamente se transformou numa biblioteca de referência para a comunidade arqueológica, incorporando, logo desde a sua criação, os acervos de algumas bibliotecas particulares antigas (designadamente de arqueólogos portugueses e alemães, incluindo partes do espólio bibliográfico de Afonso do Paço, Fernando de Almeida, Helmut Schlunk ou José Maria Blásquez), mas, sobretudo, disponibilizando monografias e periódicos recentes, sempre em actualização permanente, graças quer à compra das mesmas quer a um intenso e diversificado programa de permutas com a maior parte das instituições relacionadas com a arqueologia (cujos contactos provinham das outras delegações do IAA pela Europa).

O acervo bibliográfico da BA sempre teve (e continua a ter) como prioridade a Península Ibérica, em todos os períodos cronológicos, dado que este é o contexto directo da arqueologia em Portugal, ainda que integre obras referentes a todos os continentes (aliás, todas as bibliotecas criadas pelo IAA nos diferentes países pelo mundo, sempre tiveram como foco central a produção bibliográfica sobre a área em que se encontram).

A organização da Biblioteca do IAA seguiu uma orientação predominantemente topográfica e de temas técnicos, e não cronológica. Outras bibliotecas e centros de documentação de arqueologia, criados mais tarde, seguiram o seu modelo organizacional (obviamente com as devidas e necessárias adequações a cada um).

Após o encerramento da sua subdelegação em Lisboa, em Julho de 1999, o IAA acordou com o ex-Instituto Português de Arqueologia que a sua biblioteca seria depositada nesse instituto, para assegurar a continuidade do seu acesso pela crescente comunidade arqueológica (decorrente da dinâmica da arqueologia contratual). Ao criar uma nova dinâmica nacional na arqueologia, exigindo a organização de projectos de investigação e de trabalho a todos os arqueólogos, o Estado, graças ao acordo com o IAA, passou assim a possuir uma Biblioteca de Arqueologia, sem a qual não se poderia assegurar a qualidade nem da arqueologia de grande escala que se estava a fundar, nem as novas funções que o ex-IPA, e mais tarde o IGESPAR, assumiram (normalização, fiscalização e estudos).

Com a extinção do IPA a BA passou a integrar o IGESPAR e, ao ser transferida para o Palácio Nacional da Ajuda, onde hoje se encontra, voltou a possibilitar a consulta directa pelos seus utentes, mais de uma década depois. De facto, quando a BA foi integrada no ex-IPA as instalações não permitiam este acesso, e uma das consequências imediatas registadas foi a diminuição do seu público em cerca de 30% (um terço do qual já foi recuperado, desde que foram ocupadas as instalações no Palácio Nacional da Ajuda).

Ainda que do ponto de vista do modelo a BA não tenha alterado a sua razão de ser, ao deixar de ser directamente gerida pelo IAA (em 1999), passando para a tutela do Estado Português, a sua escala mudou, passando a ser também a biblioteca de referência para a generalidade da nova arqueologia de projecto (que então se iniciava) e para os serviços internos da tutela.

Neste sentido, a BA tem como paralelo a génese e evolução da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, que também foi criada para um público interno mas acabou por servir uma comunidade muito mais vasta.

Com efeito, aquando da reabertura da BA em 29 de Abril de 2009, já no Palácio Nacional da Ajuda, iniciou-se a criação de um ficheiro de utilizadores para controlo quantitativo do universo servido pela biblioteca — no ex-IPA nunca se efectuou e a lista de utilizadores do IAA foi entregue à delegação de Madrid aquando do encerramento da subdelegação em Lisboa, para efeitos de “arquivo histórico”.

Actualmente com cerca de 900 utentes registados num total de cerca 1500 licenciados ou técnicos profissionais em Arqueologia (dos quais apenas cerca de 600 estão no activo da profissão) e cerca de duas mil consultas/ano, a BA é um serviço procurado, inequivocamente, pela maior parte da

comunidade profissional, que a cada ano cresce mais um pouco devido às entradas no Ensino Superior de novos estudantes da área.

## Porquê e para quê uma biblioteca especializada?

A primeira razão que justifica a existência da BA é o facto de estar consagrada na lei orgânica do IGESPAR a responsabilidade de gerir como um todo indivisível e autónomo o acervo da Biblioteca de Arqueologia da ex-subdelegação do IAA em Lisboa. Ao assumir esta responsabilidade, que o IGESPAR herdou do ex-Instituto Português de Arqueologia, e ratificou em posterior protocolo com o IAA (e que agora será assumida pela nova Direcção-Geral), o Estado Português reconheceu a importância não apenas do acervo existente mas também a da sua unidade, ou seja, o carácter patrimonial do conjunto bibliográfico enquanto tal, o que se justifica plenamente, em função do lugar histórico que o IAA ocupou na origem da arqueologia portuguesa contemporânea.

A segunda razão que justifica a existência da BA no âmbito dos serviços de tutela estatal da arqueologia decorre da sua própria missão, também ela consagrada na lei, de salvaguarda, conservação e valorização dos bens arqueológicos. É no IGESPAR que se concentram os instrumentos de referência relativos à arqueologia, necessários à prática arqueológica (prospecção, escavação, museografia *in situ*, conservação e protecção), bem como a fiscalização dos EIA (Estudos de Impacte Ambiental), sendo assim fundamental o permanente recurso à BA no quadro da gestão de processos relativos a sítios ou monumentos.

A BA possui actualmente mais de 50 000 unidades bibliográficas, das quais quase 70% são monografias, e nas quais se incluem cerca de 1500 títulos de revistas, 385 dos quais em actualização permanente (Fig. 1). Este acervo é complementado por uma cartoteca (igualmente iniciada no ex-IAA e que teve continuidade e actualização até ao presente) e pelo importante “Arquivo Leisner” (que inclui originais dos trabalhos de Georg e Vera Leisner, e que é especialmente utilizado por estudantes de mestrado e de doutoramento).

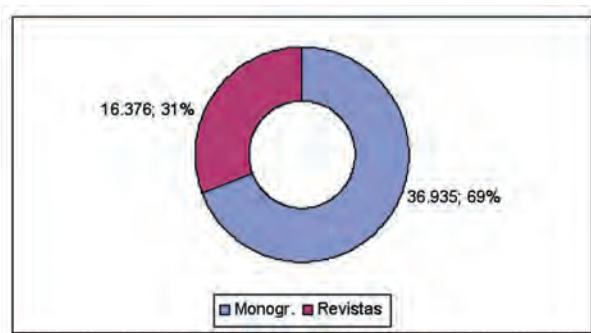


Fig. 1 — Monografias e periódicos da BA



A BA está organizada em três conjuntos (monografias, separatas e periódicos), sendo que as monografias estão organizadas por áreas geográficas e secções especializadas, definidas de acordo com o acervo e os interesses dos utentes.

O critério para a definição das áreas geográficas é o de unidades significativas necessárias à contextualização dos vestígios: Península Ibérica, Europa, África, América, Ásia e Oceania. Constituem outras áreas separadas, pela relevância dos seus acervos, a França, a Itália e a Grã-Bretanha. As secções especializadas baseiam-se no critério de organização significativa da informação arqueológica: congressos (que permitem pontuar as actualizações periódicas do conhecimento), manuais (que normalizam os procedimentos), dicionários, catálogos de exposição (que sistematizam estudos monográficos de pormenor), bibliografias, biografias, homenagens (muito correntes na área, e que não raro cumprem um papel similar ao dos congressos) e obras clássicas (referências para estudos de arqueologia clássica).

A biblioteca assim organizada reforça uma visão geográfica e actualista do conhecimento arqueológico, em que a cronologia da produção de conhecimento e a localização dos objectos de estudo são mais determinantes do que, por exemplo, a autoria dos estudos ou a cronologia dos vestígios. Esta abordagem tem a vantagem de ser menos permeável a mudanças de interpretação (que não raro afectam as atribuições de cronologia aos vestígios, por exemplo) e de se centrar numa base estável e crescente (o conhecimento territorial, que, pela natureza interdisciplinar da arqueologia, é crescentemente de autoria colectiva).

A organização espacial da BA é complementada com um sistema de indexação referido a uma lista temática, que está em permanente actualização.

O acesso à base de dados da BA através do website do IGESPAR ([www.igwepar.pt](http://www.igwepar.pt)) permite uma consulta rápida e confortável do acervo bibliográfico.

## **A produção de conhecimento e a BA**

O universo das implicações da BA na geração de cadeias de produção de conhecimento deve ser abordado por um lado quanto aos públicos e por outro lado quanto à natureza dos produtos de conhecimento por eles gerados.

Quanto aos públicos em que esta se decompõe, são quatro as vertentes de apoio à construção de conhecimento arqueológico que a BA serve, e que constituem um ciclo integrado, conforme o esquema seguinte (Fig. 2).



Fig. 2 — Públicos da BA

Em primeiro lugar, desde a sua génese há quase 4 décadas, a BA serve a pesquisa académica, sendo a principal unidade bibliográfica de referência para qualquer novo projecto de estudo de equipas nacionais ou internacionais trabalhando em Portugal. Esta vertente tem uma expressão demográfica menor (maioritariamente constituída por docentes do ensino superior), mas o máximo impacte na produção de conhecimento novo, na actualização de conhecimentos existentes e na formação das novas gerações.

Associada à primeira vertente, a formação é uma dimensão sempre crescente da BA e os estudantes dos diversos ciclos de ensino constituem a principal componente demográfica da sua utilização, sobretudo considerando os alunos das licenciaturas das Universidades de Lisboa (em menor grau de outras, bem como de estudantes pré-universitários) e de mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos de todo o país, que encontram na BA diversas obras inexistentes em qualquer outro acervo.

Em terceiro lugar, mas com uma importância demográfica significativa e crescente, a BA serve as equipas que se ocupam da minimização de impactes na esfera do património arqueológico, decorrentes de grande obras públicas ou privadas, bem como outras equipas no âmbito de projectos de valorização ou, em geral, de arqueologia empresarial.

Finalmente, a BA serve outros serviços do IGESPAR, em especial os serviços de arqueologia e os serviços de inventário, que a ela recorrem no âmbito das suas funções de normalização, fiscalização, estudo ou preservação do património, com especial relevância no âmbito de processos de acompanhamento de projectos ou de processos de classificação de sítios arqueológicos. Cada vez mais a bibliografia referente a estes últimos é requerida internamente, para apoio à sua avaliação. Neste âmbito, embora o arquivo de arqueologia seja uma unidade funcional distinta, as consultas dos processos de

arqueologia pelo público são feitas na Biblioteca, onde as suas informações podem ser cruzadas com as referências bibliográficas existentes.

Tem especial relevância a articulação da BA com o Sistema de Informação Endovélico – vulgo MEndovélico e que é, na verdade, um sistema de Registo Nacional de Sítios Arqueológicos – e com o sistema de informação interno do instituto (Ulisses), onde está integrado um Módulo de Património construído. O Endovélico, como importante ferramenta de gestão do património arqueológico que é, integra informação sobre todas as ocorrências de vestígios arqueológicos (nomeadamente sítios arqueológicos, achados isolados, vestígios de superfície, etc.), resultantes da actividade profissional e de investigação realizadas para o território nacional. Para além disso, integra ainda toda a informação científica, administrativa, técnica e bibliográfica a eles respeitante. O módulo de património congrega a informação sobre os sítios e monumentos legalmente protegidos, bem como sobre os imóveis em estudo, possuindo cada um deles uma ficha individual que inclui informação relativa à sua história, evolução e intervenções neles ocorridas. Ambos são disponibilizados ao público através do website do IGESPAR ([www.igespar.pt](http://www.igespar.pt)).

Quanto aos produtos de conhecimento gerados com apoio da BA, devem considerar-se os projectos de investigação e de trabalho, os relatórios, os estudos, as publicações e as exposições (Fig. 3).



Fig. 3 – Produtos de conhecimento da BA

Trata-se de produtos indirectos, já que não é a BA que os orienta mas é na BA que em grande medida eles se preparam e fundamentam, gerando produtos científicos que, após terminados, podem incorporar a própria BA (Fig. 4).

Relação entre Conhecimento e BA	Antes e durante	Após
Projectos	Estado dos conhecimentos Referências	Relatórios e publicações incorporados na BA
Relatórios e pareceres	Fundamentação	Eventual incorporação na BA
Estudos	Estado dos conhecimentos Referências	Relatórios e publicações incorporados na BA
Publicações	Preparação	Incorporação e permutas
Exposições	Preparação	Catálogos incorporados na BA

Fig. 4 — A contribuição da BA para no processo de produção de conhecimento e os benefícios que dele colhe após a sua conclusão

De facto, há mais de uma década que os trabalhos arqueológicos, por força de lei, se enquadram em projectos, que podem ser de investigação, de valorização de sítios, de acompanhamento de obras públicas ou de intervenção de emergência para salvamento de sítios ameaçados por factores naturais ou outros. A caracterização do estado dos conhecimentos já existente, e que condicionam as estratégias de investigação, bem como a fundamentação das estratégias e metodologias, passaram a ser requisitos básicos para a autorização de quaisquer acções, o que tornou mais premente a disponibilização de bibliografia actualizada.

No mesmo sentido, a elaboração de relatórios e pareceres técnicos, muitas vezes associados à definição de medidas no âmbito de programas de ordenamento territorial, ganhou maior exigência no rigor das propostas e sua fundamentação, em particular nas vertentes da contextualização dos vestígios e do seu eventual ineditismo ou raridade (que só uma biblioteca ampla e actualizada pode apoiar).

Os estudos, realizados no âmbito de projectos de trabalho ou de formação (monografias ou teses), e a sua publicação subsequente, são a vertente mais importante, do ponto de vista do conhecimento, que é apoiada pela BA. A atenção às publicações, por parte dos sucessivos organismos que criaram e tutelam a BA, é paradigmática, e revela a importância que a produção de novo conhecimento tem numa área de saber que é relativamente recente e que tem tido grandes transformações metodológicas. As edições de publicações periódicas e de monografias pelo IGESPAR (como antes pelo IPA e, antes ainda, pelo IAA), além de apoiarem o reforço da BA (devido ao sistema de permutas) são a principal consolidação dos avanços do conhecimento em Portugal nesta área.



Finalmente, o novo conhecimento é consolidado pelas publicações, mas chega ao grande público sobretudo através de exposições. A BA tem acolhido constantemente diversas equipas que nela pesquisam elementos para a construção de discursos expositivos e museográficos que permitam socializar os conhecimentos.



Fig. 5 – Os três pilares de produção de conhecimento da BA

Assim, aliando acervo patrimonial (bibliográfico e cartográfico), públicos diversificados e diversos produtos tangíveis (Fig.5), a BA tem-se reforçado como espaço de convergência e cruzamento de interesses e perspectivas distintas, que convergem para a criação e difusão de conhecimento arqueológico.



# O CDI da Fundação Portuguesa das Comunicações



# O CDI da Fundação Portuguesa das Comunicações

José Vilela e Teresa Teixeira

## Introdução

O projeto do CDI da FPC — Fundação Portuguesa das Comunicações tem como objectivo genérico, desde o seu início em Maio de 2009, a criação de um sistema de informação capaz de reunir todos os recursos existentes no Arquivo Histórico, Iconográfico e na Biblioteca e de os disponibilizar na Web, de modo a responder às necessidades dos Utilizadores, através de uma interface integradora e amigável. Este sistema, em execução e desenvolvimento, obedece a requisitos que garantem a interoperabilidade com outros sistemas, favorecendo a integração noutros portais de informação bem como a participação em projectos cooperativos de arquivos e de bibliotecas digitais.

Mas este projecto tem ainda um grande desafio pela sua frente, facto que nos desperta uma enorme motivação e sentido de responsabilidade, pois à sua visibilidade exterior, relacionamento, partilha e interacção, deve corresponder, idêntico esforço de diálogo, relacionamento e integração com os vários subsistemas de informação internos, por forma a melhor explorar toda a informação emergente, potenciar recursos e aproveitar as sinergias inerentes à instituição a que pertence.

A extensa e valiosa colecção documental de que falamos e que está à guarda do CDI respira diariamente o ambiente museológico partilhado por outras colecções, igualmente valiosas, tais como as de património museológico de correios, de telecomunicações, filatélico e artístico. Partilha os mesmos interesses e objectivos específicos no domínio das comunicações, trabalha sobre os mesmos temas e universo de conhecimento, interroga-se sobre uma matéria que é comum a todas elas. Se a este conjunto de colecções museológicas relacionarmos as remanescentes áreas de funções museológicas na produção e disponibilização de informação, e porque o vetor que une todas estas áreas é a informação, teremos então um modelo de sistema de informação na nossa instituição.

## As colecções documentais

Agénese da organização formal e institucional do presente acervo documental à guarda da FPC remonta a 1877, com execução prática no ano seguinte quando a Direcção-Geral dos Correios, Telégrafos e Faróis dotou a sua recém-criada Biblioteca Postal com 400 volumes.

Desde então, foram percorridas várias fases evolutivas no sector das comunicações do país durante as quais se acumularam diferentes e numerosos acervos provenientes, sobretudo, da estrutura oitocentista dos correios, até às modernas estruturas orgânicas de centros de documentação desta e de outras entidades na continuidade evolutiva do sector, abarcando empresas e instituições como, só para citar as mais relevantes: os CTT; a PT; a ANACOM; as extintas APT — The Anglo-Portuguese Telephone Company; TLP — Telefones de Lisboa e Porto; Telepac; e CPRM — Companhia Portuguesa Rádio Marconi.

O resultado final foi a acumulação de diferentes espólios, de diferentes proveniências e, ainda, com diferentes orientações, organizado e preservado nas últimas décadas em instituições predominantemente museológicas. Razão pela qual a abordagem do tratamento documental e o desenvolvimento das referidas colecções ou fundos nos obrigam, hoje mais do que nunca, a encontrar caminhos e percursos conjugados e harmoniosos, sejam esses espólios de índole bibliográfica, arquivística ou museológica.

A temática dominante na recolha documental e bibliográfica efectuada ao longo do seu percurso de vida está ligada aos testemunhos da evolução dos serviços de correios e de telecomunicações dos últimos séculos, mas não só, as suas colecções contêm e preservam a memória das instituições bem como, e não menos relevante, a memória dos indivíduos, dos autores e intérpretes da vida empresarial e das comunidades às quais se encontravam ligados. Esta memória, de dimensões tão vastas quanto a nossa imaginação, pode, contudo, ser traduzida no estreito limite de uma métrica mais racional. Sem pretender importantizar a dimensão física e numérica das referidas colecções, entendemos interessante perceber a sua extensão aproximada e tipologia, que se distribui do seguinte modo:

- Arquivo Histórico — cerca de 1.200.000 documentos;
- Arquivo Iconográfico — cerca de 227.000 itens (inclui fotografias, negativos, cassetes áudio e vídeo, VHS e BETACAM, diapositivos, microfichas, filmes, cartazes, desenhos técnicos, plantas, mapas e cartografia, CD/DVD, etc.);
- Biblioteca — cerca de 36 400 itens.

## O projecto do CDI

Atendendo à nossa missão, a disponibilização de tão importante acervo constituiu um desafio ao qual nos entregámos com paixão. Sentimos que tinha chegado o momento de dar às nossas colecções a exposição e a divulgação que mereciam. E os ventos corriam a favor... as tecnologias estavam suficientemente maduras e a própria Web oferecia condições que favoreciam a partilha de informação e a criação de conhecimento. Tendo percebido isso, decidimos que os nossos passos seriam dados no sentido de nos aproximarmos do paradigma digital, aquele que garante pleno acesso aos documentos, facilita o diálogo e a ligação entre estes e outros documentos relacionados, com a condição de estarem em rede. Perseguimos, nessa medida, o objectivo de um catálogo semanticamente interoperável.



O nosso público começou por ser aquele que percorre os caminhos das actividades museológicas expositivas e interactivas, bem como alguns investigadores mais pertinazes que logravam descobrir-nos no fundo de um dos seus muitos corredores. Ora, o grande desafio era vencer estas barreiras físicas da biblioteca e do arquivo histórico, torná-las virtualmente acessíveis, destruindo paredes e eliminando horários. Interessava garantir o pleno acesso ao nosso património documental, exactamente aquilo que os utilizadores esperam encontrar num ambiente Web. Este esforço permitia alargar a porta e deixar entrar outros utilizadores, isto é, um público mais vasto e motivado para a história das comunicações.

Tratando-se de um património rico, mas pouco divulgado, procurámos garantir a forma de tirar o maior partido possível daquilo que as novas tecnologias nos ofereciam para conseguir essa divulgação: a partilha da informação nas redes sociais e a criação de formas de interação com os utilizadores, sempre no sentido de acrescentar valor à nossa informação e dessa forma criar conhecimento.

Os documentos que temos à nossa guarda, de natureza bem diversa, de arquivo, de biblioteca e de iconografia contam todos a mesma história, recorrendo naturalmente às características da sua própria linguagem que, na maior parte das vezes, se completa nesse diálogo. Ora, era esta ideia de complementaridade que queríamos dar aos investigadores que visitassem o nosso sistema. Por isso, criámos, além das bases de dados que respeitavam a especificidade da natureza dos documentos, uma pesquisa multibase que garantisse um diálogo transversal a todas elas. Na verdade, o nosso sistema responde a uma única pergunta, percorrendo as várias bases de dados e apresentando como resultados a informação que encontra. Este sistema é confortável para o utilizador.

O investigador pode recuperar informação dos vários subsistemas e navegar nas relações que o sistema cria interna e externamente, ampliando a pesquisa, eventualmente ligando a outros catálogos remotos, através de hiperligações criadas entre estes.

Todos nós sabemos que o Google é um excelente motor de busca. É simples e amigável e numa fracção de segundos dá-nos uma lista de resultados muito pertinentes com um *ranking* que faz inveja à maior parte dos catálogos existentes nos nossos serviços. Os utilizadores habituaram-se a essa interface simples e aos resultados obtidos, os quais garantem, a maior parte das vezes, acesso a documentos integrais. A atracção sentida pelo motor de busca Google, associada à facilidade de partilha nas redes sociais, criou uma enorme hemorragia dos utilizadores nos catálogos tradicionais dos nossos serviços.

Por todas estas razões, tornava-se claro que o caminho que queríamos seguir era o de uma interface que se assemelhasse ao Google, na simplicidade, na facilidade de utilização e na partilha de informação. As redes sociais, onde se encontram maioritariamente os nossos utilizadores, identificados como

contactos ou grupos, são cada vez mais as pessoas com quem partilhamos a informação, isto não só numa óptica de divulgação, mas também de partilha e de interacção.

Conhecemos razoavelmente o perfil dos utilizadores que actualmente nos visitam e que consultam presencialmente as nossas obras. Através da Web, procuraremos chegar a novos utilizadores (novos públicos), e despertar neles a vontade da visita à biblioteca, ao arquivo ou às exposições museológicas.

Para se conseguir esta penetração na Web e interoperabilidade com outros sistemas (para garantir o trabalho cooperativo e a reutilização de trabalho já feito por outros), procurámos adquirir um sistema que assentasse numa plataforma Web e em formatos normalizados de descrição e de partilha de registos. Procuramos não desperdiçar esforços e reutilizamos o trabalho feito pela agência bibliográfica nacional ou outras ao mesmo nível, estão incluídas, neste caso, as BLX. Reutilizar significa importar registos, para depois analisar e editar, adequando às nossas necessidades e acrescentando valor. Este valor é de ordem semântica. É a cadeia que liga os registos de natureza diferente (arquivo, biblioteca e museu), mas tematicamente relacionados. Tal como Tim-Berners Lee et al. disse, a Web Semântica é uma “extensão da Web actual, na qual a informação tem um significado mais bem definido, permitindo que os computadores e as pessoas se liguem e trabalhem em cooperação”. Para facilitar a navegação neste ambiente – a navegação entre registos, respectivas autoridades, pessoas e assuntos – estamos a criar uma lista de termos (o nosso thesaurus), comum aos vários subsistemas. Quando se justifica, criamos ainda hiperligações entre o nosso catálogo e outras páginas Web, onde exista informação que complemente a nossa, que oriente o nosso utilizador para outras fontes de informação relevantes. Queremos disponibilizar um catálogo que se comporte como um portal de informação.

Para ilustrar a forma como a nossa aplicação se comporta na Web, escolhemos um exemplo, a obra “Identificação de dois retratos de correios-mores do séc. XVII”. Quando se fez a descrição, procurou-se criar uma camada semântica que facilitasse, não só a recuperação desta obra no nosso catálogo, como a navegação nas ligações criadas entre esta e outras obras do mesmo autor, entre os assuntos identificados, e entre as imagens a ela associadas e guardadas em bases de dados iconográficas internas ou externas, o Flickr, ou ainda uma ficha de inventário no MatrizNet, neste caso, de outra instituição.

## Resultado de pesquisa no nosso catálogo...

FUNDAÇÃO PORTUGUESA DAS COMUNICAÇÕES

Utilizador:   
 Password:   
[Login](#)

[Entrada](#) [Novidades](#) [Destaque](#)

[PARTILHAR](#)

[Multibase](#)  
[Simplex \(Biblioteca\)](#)  
[Orientada \(Biblioteca\)](#)

[Histórico](#)  
[Histórico 1](#)  
[Histórico 2](#)  
[Histórico 3](#)

[Exportar](#)  
[Email](#)

[Imprimir](#)  
[Voltar à lista](#)

Centro de Documentação e Informação

Formato: Normal

**TÍTULO/RESP.:** Identificação de dois retratos de correios-mores do século XVII / Adriano de Gusmão

**AUTOR(ES):** Gusmão, Adriano de, 1908-1993

**PUBLICAÇÃO:** Lisboa: [s.n.], 1955

**DESC. FÍSICA:** 16, [2] p., [2] p. il. : il. ; 24 cm

**ISBN:** Legado

**NOTAS:** Contém informação relativa à dinastia de Correios-Mores (5º ao 11º) na família Gomes da Mata, respectivamente Luis Gomes da Mata e Manuel José da Mata de Sousa Coutinho. - Contém ilustração do Brasão dos Matas, Correios-Mor do Reino. Contém: 1 retrato de Luis Gomes da Mata, 7º Correio-Mor do Reino 1641 a 1674; 1 retrato de Duarte de Sousa da Mata Coutinho, 8º Correio-Mor 1674 a 1696

**TEMA:** Correios

**ASSUNTOS:** Mata, Luis Gomes da, 7º Correio-Mor (1641-1674); Coutinho, Duarte de Sousa da Mata, 8º Correio-Mor (1674 - 1696); Retratos: Arte portuguesa -- História

**CDU:** 75.05: 929.7Mata; 929.7Coutinho; 35.08(469)"16"

**DATA PUB.:** 1955

**URLS:** [Ficha de Inventário do Retrato do 7º Correio-Mor: Ver imagem na página da FPC no Flickr](#); [Ficha de Inventário do Retrato do 8º Correio-Mor: Ver imagem na página da FPC no Flickr](#)

**TIPOREG:** Material Textual Impresso

**LÍNGUA:** Português

[Guarda](#)

## Ligação ao Flickr...

Signed in as **Teresa Teixeira** | [Help](#) | [Sign Out](#)

[Home](#) [You](#) [Organize & Create](#) [Contacts](#) [Groups](#) [Explore](#) [Upload](#)

[Favorite](#) [Actions](#) [Share](#)

[Newer](#) [Older](#)

*Luis Gomes da Mata  
Correio-Mor do Reino*

By **Fundação Portuguesa das Comunicações**  
Fundação Portuguesa das Comunicações e a contê (not)

This photo was taken on July 14, 2011

146 views

This photo belongs to  
**Fundação Portuguesa das Comunicações...** (199)

This photo also appears in

- Identificação de dois retratos de correios-m... (146)
- Correios-Mores do Reino (146)

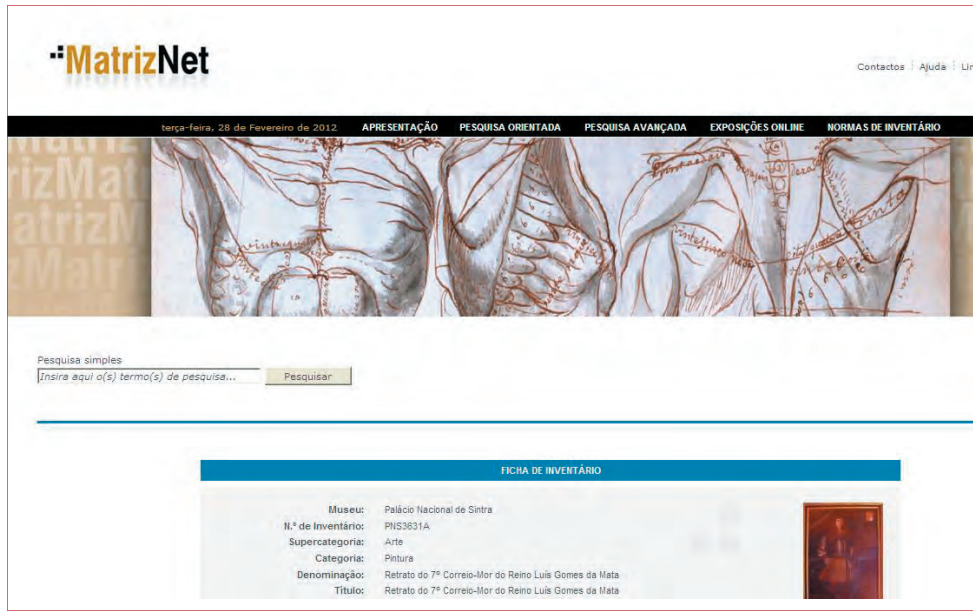
People in this photo (add a person)

Adding people will share who is in this photo

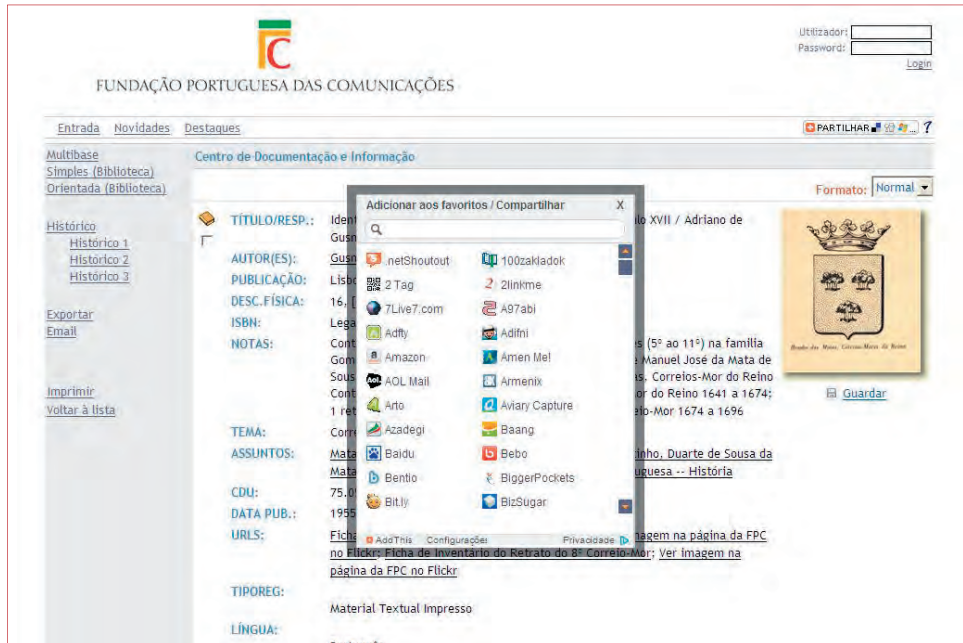
Tags (add a tag)

Fundação Portuguesa das Comunicações • FPC • 7º Correio-Mor • Luis Gomes da Mata • Adriano de Gusmão • Identificação de dois retratos •

Ligação ao MatrizNet...

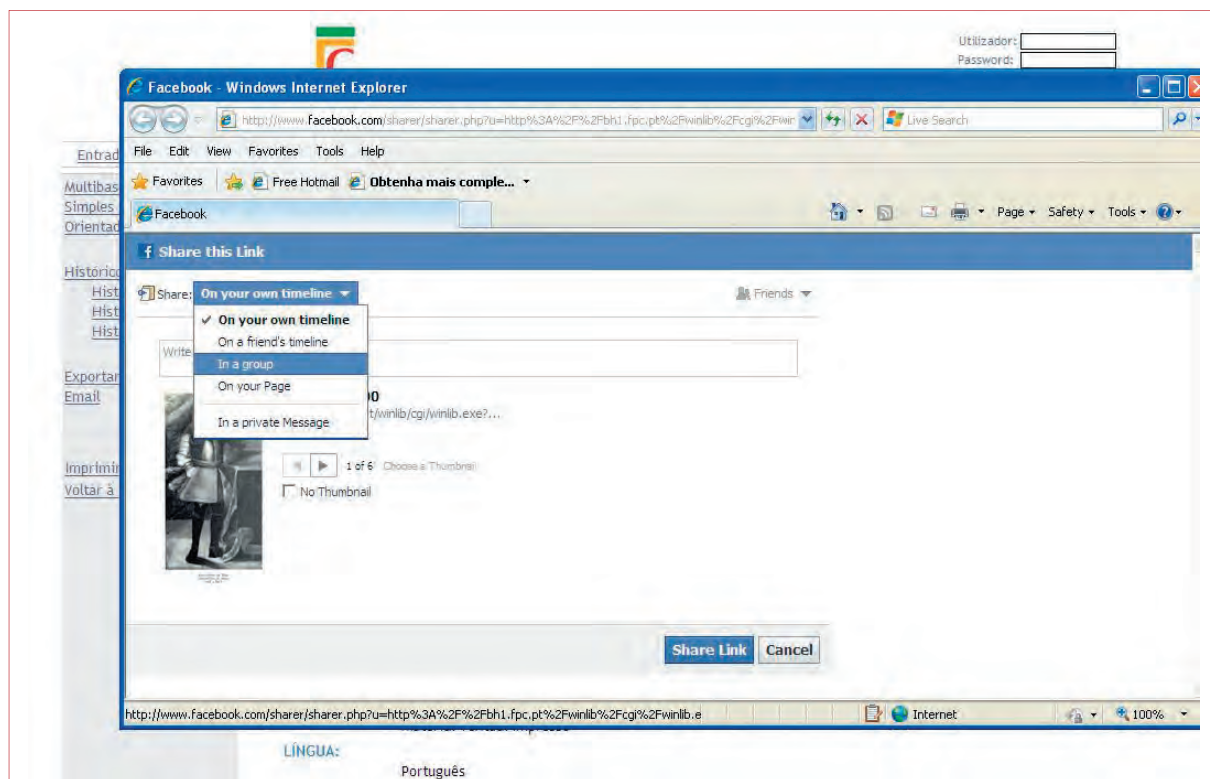


Partilha nas redes sociais...





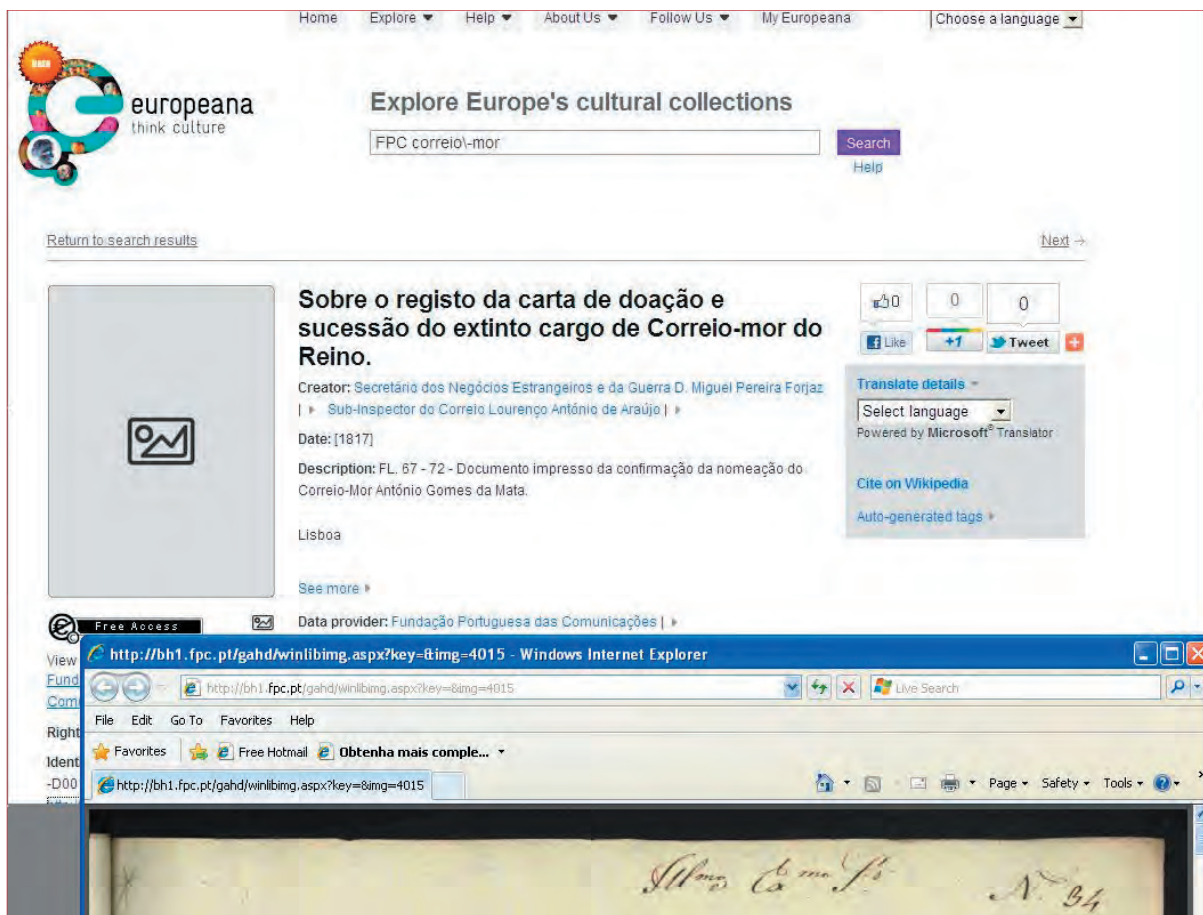
## Escolhendo o Facebook...



## Acessos e recursos

Estamos ainda numa fase de construção do nosso catálogo. Os recursos da biblioteca, do arquivo e da iconografia estão a ser descritos. A nossa prioridade para a digitalização foi o arquivo. Era neste acervo que se encontravam as obras mais raras, mais antigas, mais degradadas, mais procuradas, e aquelas que correspondiam a núcleos mais relevantes das nossas colecções. Feitas estas digitalizações, as imagens foram ligadas às respectivas descrições e já se encontram disponíveis na Europeana. As colecções do arquivo iconográfico começaram agora a ser descritas e ligadas às respectivas imagens. A digitalização das colecções da biblioteca, sendo constituídas por obras mais recentes, foram deixadas para uma fase posterior. Todavia, já começámos a adicionar os documentos nado-digitais, vídeo e áudio que estamos a adquirir, ou ainda aqueles que são digitalizados a pedido dos utilizadores e que aproveitamos para juntar à nossa base de dados.

Exemplo de um registo na Europeana...



Sabemos que os utilizadores têm cada vez mais expectativas, de encontrar os documentos integrais; procuramos, por isso, oferecer o pleno acesso ao documento, promovendo a ligação a outros catálogos, onde os recursos já se encontram digitalizados, como é o caso da Hemeroteca Digital, com a qual temos algumas colecções comuns. Na ausência de recursos digitalizados noutras bibliotecas, procuraremos de modo próprio e respeitando os critérios previamente definidos, proceder à sua digitalização.

## Notas finais

Não estaremos longe da realidade se dissermos que hoje, no nosso país, muitos dos profissionais da informação, aqueles que estão a dirigir os museus, arquivos, bibliotecas e centros de documentação, não estão ainda grandemente preocupados com questões que se prendem com a integração dos sistemas de informação. Ao contrário, no estrangeiro crescem os museus e instituições congêneres

em diversos países que buscam soluções específicas para as suas necessidades. Uma das situações mais interessantes, porque bastante recente (2010) e porque se trata de uma instituição de créditos reconhecidos nos meios de produção cultural, é o do Smithsonian Institution, cuja plataforma de pesquisa torna acessível a informação integrada sobre as suas colecções de 19 museus, 18 arquivos, 20 bibliotecas, 1 jardim zoológico e 9 centros de investigação.

Mas, já existe um número considerável dos que por cá procuram encontrar outros caminhos de actualização e de novas oportunidades na acessibilidade e disponibilização da informação. No nosso caso, também procurámos sistemas que respondessem à nossa especificidade, não só de cariz puramente técnico, mas também que melhor se adequassem às nossas particularidades, considerando factores de gestão de recursos, humanos, técnicos e financeiros. Na solução que adoptámos, privilegiámos um sistema de gestão integrada do Arquivo Histórico e da Biblioteca que permitia uma pesquisa multibase e garantia a interoperabilidade entre aqueles subsistemas de informação interna. Garantia, igualmente, a interoperabilidade com outros sistemas externos. Apresentava ainda outras vantagens, como sejam, o diálogo com um único fornecedor, o facto de ser economicamente sustentável, demonstrar uma excelente adequação à qualificação dos recursos humanos existentes e garantir também a escalabilidade das soluções informáticas que viéssemos a adoptar e, sobretudo, porque a disponibilização da informação num único sítio, ou seja, numa interface de pesquisa para o utilizador local ou remoto era cada vez mais uma exigência.

Por fim, gostaríamos de terminar com a referência a três soluções algo diferentes, mas que apresentam soluções de integração de várias colecções. A primeira, aquela que ao longo desta apresentação temos vindo a expor, a do CDI da Fundação Portuguesa das Comunicações, com a integração dos subsistemas de informação (Arquivo e Biblioteca) e uma interface de pesquisa multibase. A segunda, a do Museu da Electricidade com uma solução idêntica, mas alargada aos três subsistemas (Arquivo, Biblioteca e Património Museológico). Por fim, a do Museu da Ciência do Porto, com um interessantíssimo projecto de integração de diferentes subsistemas (Arquivo, Biblioteca, Museu e Arquivo Digital), com uma única interface de pesquisa, neste caso, designada por metapesquisa.

## Bibliografia

- Berners-Lee, T. (2000). Weaving the Web. New York: HarperBusiness.
- Casey, M. E., Savastinuk, L. C. (2007). Library 2.0. New Jersey: Information Today, Inc.
- Dellit, A., Fitch, K. (2007). Rethinking the catalogue. Disponível em: <http://www.nla.gov.au/openpublish/index.php/nlasp/article/viewFile/1047/1316>
- Kruk, S. R., McDaniel, B. (2009). Semantic Digital Libraries. Berlin: Springer.
- Marques, I. C. (2010). *O museu como sistema de informação*. Porto: U.P.
- Miller, P. (2005). Web 2.0: building the new library. Ariadne, nr. 45. [Em linha]. [Consult. 10 Jan. 20011]. Disponível na WWW: <<http://www.ariadne.ac.uk/issue45/miller/>>

Miller, W., Pellen, R. M. (2007). Libraries and Google. Binghamton: The Haworth Information Press.

Palmer, S. B. (2001). The semantic Web: an introduction. [Em linha]. [Consult. 10 Jan. 2011].

Disponível na WWW: <<http://infomesh.net/2001/swintro/>>

Rowley, J. and Richard H. (2008). Organizing knowledge: an introduction to managing access to information. Hampshire: Ashgate.

Teixeira, T. (2010). “O acesso à informação e os novos desafios digitais na Fundação Portuguesa das Comunicações”. In *Códice*, n.º 7, pp. 68-80.



# BAD — Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas



# BAD — Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas

Maria José Moura

Gostaria, antes de mais, de agradecer o convite dirigido à BAD, que aqui estou a representar, enquanto vice-presidente e, desde já, exprimir a minha satisfação de poder encontrar tantos colegas e amigos. Cumpro-me hoje apresentar-vos brevemente a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, fundada em 1973, após bastantes esforços, que mais se prolongaram, dada a situação então vigente.

Lembro-me bem que, recusando um indesejável isolamento, desde o início nos preocupámos em proceder à sua filiação nos mais importantes organismos internacionais do setor, encetando ainda um proveitoso intercâmbio com organizações congéneres de vários países. Assim, a BAD é hoje um membro ativo da IFLA, do ICA, da EBLIDA e da IASL.

Procurando enquadrar-nos, portanto, nas diretivas aprovadas nos foros reconhecidos em todo o mundo e seguindo, dentro das nossas possibilidades, as orientações daí emanadas, muito resumidamente quero afirmar-vos aqui que o objetivo último da BAD é defender o direito à informação, na perspetiva do desenvolvimento integral da cidadania, não desistindo de intervir nas áreas de decisão relativas ao planeamento, organização e desenvolvimento dos sistemas de informação documental. Promove para isso o aperfeiçoamento científico, técnico e cultural dos profissionais, fomentando a investigação e a inovação na sua área, mas sempre defendendo sobretudo os interesses dos associados em todos os aspetos relativos às suas carreiras e atividades profissionais.

A BAD procura aprofundar e melhorar a aproximação com os seus membros e entre eles também, num esforço permanente de inclusão — sem esquecer os mais jovens — e fomentando a visibilidade desse coletivo. Assegura ainda a sua representatividade junto de todas as instâncias nacionais e além-fronteiras.

Quero ainda e apenas, referindo-me ao presente mandato que iniciámos há apenas um ano, a algumas iniciativas sobretudo as relativas ao grande esforço de melhorar a comunicação com os nossos associados não só os atuais como também os potenciais, utilizando melhor as tecnologias disponíveis e as redes sociais.

Atendendo às alterações legislativas que gravemente se estão a refletir na qualidade dos serviços na nossa esfera de atuação e lesando os profissionais que deixaram de ter uma carreira específica — todos

agora inseridos na de técnicos superiores – a BAD tem procurado defender uns e outros, por todos os meios ao seu dispor, através de posições públicas, do estudo e elaboração de documentos para enviar a um sem-número de organismos da administração central e local, alertando-os e/ou denunciando a abertura de procedimentos concursais que, até com distorção da lei, nem sequer tentam minorar os manifestos prejuízos para os serviços em causa.

No sentido dessa mesma defesa, divulgámos amplamente a Declaração Universal sobre Arquivos e outra sobre o acesso livre ao conhecimento, que só menciono a título de exemplo.

Com o objetivo de auscultar descentralizadamente as opiniões e anseios dos seus membros, foram organizadas com o apoio das Delegações Regionais existentes, três Jornadas profissionais em diferentes zonas, concretamente na Nazaré, em Moura e na Póvoa de Varzim. A nível setorial, o 10.º Encontro dos Arquivos Municipais foi realizado em Leiria, pela respetiva secção, com a ativa participação de técnicos de todo o país.

Está prevista entretanto a concretização, ainda no final deste ano e em Lisboa, do 11.º Congresso Nacional da BAD, que é sempre uma oportunidade de encontro e debate das problemáticas mais atuais que interessam a participantes dos diferentes tipos de organismos, que convivem nessa importante reunião periódica, aguardada por todos os profissionais com a maior expectativa.

A crise que vivemos nos distintos setores é bastante gravosa para o movimento associativo, que vive do voluntariado absolutamente desinteressado dos que acreditam numa causa...

A nossa associação, vivendo apenas da quotização dos membros e de pequenas compensações pelas atividades de formação que programa anualmente sob diversas formas, não tem uma vida fácil, obviamente. Temos agora em curso uma campanha de angariação de novos associados e podem encontrar no exterior da sala toda a informação sobre este assunto e ainda algumas publicações, como a revista *Cadernos BAD*. Recordo, porém, a informação *online* que passámos a disponibilizar com sucesso.

Tendo tomado conhecimento de uma ideia que ficou registada no vosso anterior Encontro aqui mesmo realizado, apraz-me gostosamente dar-lhe sequência, aproveitando para sugerir que venham a constituir-se em Grupo de Trabalho – congregando as unidades de informação de Museus – à semelhança e segundo o modelo de outros atualmente existentes na BAD, na área das bibliotecas públicas, escolares e universitárias, e ainda de arquivos e das TIC.

Certa de que essa proposta seria bem acolhida pelo nosso Conselho Diretivo Nacional, que aqui hoje represento, é também, de alguma maneira, um desafio pessoal que deixo à vossa consideração, com os sinceros votos de sucesso para este II Encontro, em que tenho a satisfação de participar.



# Notas Biográficas dos Autores





# Notas Biográficas dos Autores

**MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES SERÔDIO E CASTRO PINHÃO**  
 conceição\_serodio@cm-loures.pt

Bibliotecária responsável pelo Centro de Documentação do Museu de Cerâmica de Sacavém.  
 Conta já com 21 anos ao serviço das Bibliotecas, Arquivos e Museus na Câmara M. de Loures.  
 Artigos publicados e apresentações públicas sobre os fundos documentais do Centro de Documentação  
 Manuel Joaquim Afonso do Museu de Cerâmica de Sacavém.  
 Autora da ideia e coautora do projeto dos Encontros de Centros de Documentação de Museus.  
 Mentora e coordenadora do Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus da BAD.  
 Licenciada em Filosofia, pela Faculdade de Letras de Lisboa.  
 Pós-graduação em Ciências Documentais — Biblioteca, pela Universidade Autónoma de Lisboa.  
 Cadeiras de Arquivística, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas — Uni. Nova de Lisboa.  
 Pós-graduação em Gestão e Empreendedorismo Cultural e Criativo, pelo INDEG/ISCTE.  
 Várias formações no âmbito da Museologia e Museografia, Património Artístico e Industrial, História  
 da Arte, História das Artes (Coleccionismo, Artes Decorativas, Azulejo, Teatro e Música), Gestão  
 Cultural.

**MARGARIDA MARIA CUSTÓDIO DA CONCEIÇÃO AMARAL**  
 margarida\_amaral@cm-loures.pt

Bibliotecária responsável pelo Centro de Documentação Anselmo Braamcamp Freire do Museu Municipal  
 de Loures.  
 Iniciou a sua atividade profissional na Biblioteca João Paulo II, da Universidade Católica Portuguesa.  
 Docente Universitária na Pós-Graduação de Ciências Documentais na disciplina de Descrição Documental  
 I e II; acompanhamento de estágios na Universidade Autónoma de Lisboa.  
 Formadora em várias instituições na área da Catalogação. Colaborou no projeto de conversão  
 retrospectiva da Fundação Calouste Gulbenkian e no projeto de reestruturação da Biblioteca do centro  
 de literatura e Culturas Lusófonas e Europeias, integrado na Faculdade de Letras da Universidade de  
 Lisboa.  
 Vários artigos e apresentações públicas sobre os fundos documentais do Centro de Documentação  
 Anselmo Braamcamp Freire.  
 Autora do projeto dos encontros de Centros de Documentação de Museus.  
 Licenciatura em Filosofia pela Universidade Católica Portuguesa.

Pós-graduação em Ciências Documentais pela Universidade Autónoma de Lisboa.  
Diversas formações no âmbito da Museologia e Museografia, Património imaterial, História da Imprensa em Portugal.

**RUI FERREIRA DA SILVA**  
ruifsilva@imc-ip.pt

Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.  
Pós-graduação em Biblioteca e Documentação (FLUL).  
Pós-graduação em História Contemporânea de Portugal — Séc. XX (FCSH- UNL).  
Percurso profissional iniciado no Instituto Nacional de Estatística, tendo ainda desempenhado funções no Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, Direcção-Geral das Artes e Instituto Português de Conservação e Restauro.  
Chefe da Divisão de Documentação e Divulgação do Instituto dos Museus e da Conservação.  
Principais áreas de interesse: sistemas de informação e documentação; marketing e comunicação cultural.

**EUNICE MARIA GUEDES DA SILVA PINTO**  
epinto@gulbenkian.pt

Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, variante Inglês/Alemão, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1985. Pós-Graduação em Ciências Documentais — opção Biblioteca, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1990.  
Trabalha na Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian desde 1995, coordenando atualmente o Sector de Gestão do Processamento Bibliográfico.  
Iniciou a atividade de Bibliotecária na Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia em 1986, tendo integrado os quadros do Instituto Português do Livro e da Leitura, Divisão de Desenvolvimento da Rede de Leitura Pública, entre 1990 e 1995.  
Foi formadora do Curso de Técnico de Biblioteca e Documentação do INETE — Instituto de Educação Técnica, entre 1990 e 2007, tendo coordenado a área de formação de Biblioteca e Documentação desta escola profissional, entre 1994 e 2007. Colaborou com a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (APBAD) em diversas ações de formação de técnicos profissionais, entre 1990 e 2007.  
Integrou o Grupo de Trabalho para a Revisão Curricular dos Cursos Profissionais — Área BAD, promovido pela Direcção-Geral de Formação Vocacional, do Ministério da Educação, em 2005 e 2006. É membro do Comité de Classificação e Indexação da IFLA — International Federation of Library Associations

desde 2004. Tem trabalhos publicados nas suas duas grandes áreas de interesse: controlo bibliográfico e formação profissional.

**JORGE MANUEL RESENDE**  
**jresende@gulbenkian.pt**

Licenciado em História pela Faculdade de Letras de Lisboa (1980). Curso de Pós-graduação Bibliotecário/Arquivista pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1982).

Trabalha atualmente na Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, sendo, desde 2002, Coordenador do Sector de Gestão de Coleções e Serviços ao Público e responsável pela definição de políticas de acesso e difusão das coleções, de acordo com o quadro legal aplicável. Colabora com a BAD (Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas), no âmbito do acompanhamento da legislação sobre direito de autor aplicado a bibliotecas e foi membro, entre 2008 e 2010, do Expert Group in Information Law da Eblida (European Bureau of Library, Information and Documentation Associations).

Iniciou a sua atividade profissional no Centro de Informação Técnica para a Indústria do LNETI (Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial), tendo ainda trabalhado, enquanto bibliotecário, no Centro de Documentação dos CTT e dirigido o Departamento de Documentação e Pesquisa do Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian.

É autor de várias comunicações sobre a disponibilização de coleções em bibliotecas de acordo com o quadro legal, no âmbito de projetos de digitalização, nomeadamente:

- “Imagens de arquitetura: políticas de acesso”. Seminário Projeto Arquivos de Arquitetura. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 14 fev. 2008.
- “O Projeto Arquivo Digital de Arte Portuguesa: quadro legal de acesso e difusão”. 2.º Encontro Nacional das Bibliotecas do Ensino Superior Politécnico. Porto, Instituto Politécnico do Porto, 12 Nov. 2004.

**PAULO LEITÃO**  
**pjleitao@gulbenkian.pt**

#### HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

Licenciado em História pela Faculdade de Letras de Lisboa (1983). Curso de Especialização em Ciências Documentais pela Faculdade de Letras de Lisboa (1990). Mestre em Estudos de Informação e Bibliotecas Digitais pelo ISCTE (2000). Doutorando no Programa de Doutoramento em Ciências da Informação da Universidade de Évora (2009-2012).

**ATIVIDADE PROFISSIONAL**

Diretor da Biblioteca Municipal Marquesa de Cadaval. Chefe de Divisão de Bibliotecas da Câmara Municipal de Almada. Diretor de Serviços de Inovação e Desenvolvimento da Biblioteca Nacional de Portugal. Atualmente, responsável pelo Sector de Gestão de Sistemas de Informação da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian.

**ATIVIDADES DE NATUREZA CIENTÍFICO-PROFISSIONAL**

Participação em vários congressos e encontros em Portugal e no estrangeiro. Elaboração de várias comunicações, nomeadamente sobre as temáticas das Bibliotecas Públicas e das Tecnologias da Informação e da Comunicação. Publicou recentemente:

- “Livros, Leituras e Redes Sociais”, in *Bibliotecas para a Vida II: bibliotecas e leitura*. Lisboa: Colibri, 2010, p. 435-458;
- “Digitalização: procedimentos e soluções”, in *Páginas a&b*, n.º 4, 2009, pp. 65-93.
- “A Revolução RSS e as Bibliotecas”, in 10.º Congresso BAD, 2010.
- “Uma biblioteca nas redes sociais: o caso da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian no FLICKR”, in 10.º Congresso BAD, 2010.
- “Conteúdo gerado pelos utilizadores: desafios para as bibliotecas”, in *Cadernos BAD*, 2009/2010, pp. 113-150.

**GRAZIELLE RODRIGUES DO NASCIMENTO**

[graziellerodrigues379@hotmail.com](mailto:graziellerodrigues379@hotmail.com)

Doutoranda em Estudos Contemporâneos CEIS20) da Universidade de Coimbra. Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco—Brasil.

Atualmente ocupa o cargo de Historiadora na Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, setor de patrimônio histórico.

Coordena o Grupo de pesquisa Noronha Multifacetado. Pesquisadora associada do Centro de Pesquisa Histórica e Cultural de Fernando de Noronha.

**JUSTINO MAGALHÃES**

[justinomagalhaes@ie.ul.pt](mailto:justinomagalhaes@ie.ul.pt)

Historiador da Educação, Professor Catedrático do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Coordenador da Área de Investigação e Ensino de História e Psicologia da Educação.

Coordenador do Curso de Doutoramento em História da Educação.

Domínios de investigação e publicação: História da Educação e da Escolarização; História da



Alfabetização, História do Livro Escolar; História das Instituições Educativas; História do Local e do Município Pedagógico.

Autor dos seguintes volumes: *Ler e Escrever no Mundo Rural do Antigo Regime. Um Contributo para a História da Alfabetização e da Escolarização em Portugal*. Braga: UM, 1994; *Roteiro de Fontes para a História da Educação*. Lisboa: IIE, 2000; *Alquimias da escrita: Alfabetização, história, desenvolvimento no Mundo Ocidental do Antigo Regime*. Bragança Paulista (SP-Brasil): EDUSF, 2001; *Tecendo Nexos: História das Instituições Educativas*. Bragança Paulista (SP-Brasil): EDUSF, 2004; *Da Cadeira ao Banco: Escola e Modernização (séculos XVIII-XX)*. Lisboa: EDUCA, 2010; *O Mural do Tempo. Manuais Escolares (XVI-XX)*. Lisboa: Colibri (no prelo).

## JOSÉ GAMEIRO

jose.gameiro@cm-portimão.pt

Diretor do Museu de Portimão (vencedor do Prémio “Museu Conselho da Europa 2010” e Prémio “DASA/ /Dortmund – Mundo do Trabalho 2011”).

Possui Licenciatura em Artes-Plásticas pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa e Mestrado em “Gestão e Administração do Património Cultural” pela Universidade do Algarve.

Integra em 2011 o Júri do European Museum Forum (EMF), entidade responsável pela atribuição dos Prémios: Museu Europeu do Ano e Museu Conselho da Europa.

Participou em 2010/2011, como membro da Secção Especializada dos Museus e Conservação, do IMC/ Conselho Nacional da Cultura.

Foi membro fundador da Rede Portuguesa de Museus (2000) e da Rede de Museus do Algarve (2007);

Membro da Associação Europeia de Museus do Trabalho, Indústria e Sociedade “WORKLAB”.

Tem exercido as funções de formador e professor nas áreas da museologia e do património industrial e é responsável pela coordenação de diversas exposições e projectos de parcerias nacionais e europeias.

## FERNANDA MARIA CUNHA FERREIRA SERRANO

ecomuseu.cdi@cm-seixal.pt

Licenciada em História, pela Universidade Autónoma de Lisboa, em 1997. Obteve o diploma do Curso de Especialização de Ciências Documentais, variante Biblioteca, em 2000, pela Universidade Autónoma de Lisboa. Em 2009, obteve o Mestrado em Arquivos, Bibliotecas e Ciência da Informação, pela Universidade de Évora.

Enquanto Técnica Superior na área de História participou em vários projetos de investigação e difusão relacionados com o estudo e inventário do património no concelho do Seixal.

Atualmente desempenha funções como coordenadora do Centro de Documentação e Informação da Divisão de Património Histórico e Museus/Ecomuseu Municipal do Seixal (EMS), responsável pelo planeamento e coordenação de todas as atividades e pela gestão da equipa técnica.

Também participa na equipa de gestão e manutenção do Sistema de Informação e Documentação do EMS, incluindo a administração das bases de dados e dos espaços de divulgação da instituição, quer através da Internet, quer através da Intranet do Município do Seixal.

#### **HELENA MARIA BARRETO CORREIA**

**hcorreia@ubi.pt**

Licenciada em História, em 1986, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, e detentora do Curso de Especialização em Ciências Documentais – Área de Arquivo, em 1990, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Ingressou no Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior em 1997, com o objetivo de apoiar a criação e desenvolvimento do Centro de Documentação/Arquivo Histórico, no âmbito de um projeto transnacional europeu designado por Arqueotex (FEDER 10/Cultura). Desde 2000, colaborou na criação e desenvolvimento do Núcleo da Real Fábrica Veiga/Centro de Interpretação dos Lanifícios, com as valências de Sede, Núcleo Museológico sobre a Industrialização dos Lanifícios e Centro de Documentação/Arquivo Histórico.

Colaborou na elaboração e execução do projeto museológico e programa museográfico deste novo núcleo, e geriu o processo de reinstalação do Centro de Documentação/Arquivo Histórico nas suas novas instalações. Apoiar a direção nas funções de gestão e museológicas, como estudo e investigação e gestão de coleções e inventário, e é a coordenadora do Centro de Documentação/Arquivo Histórico.

#### **MARIA CARAPINHA DA COSTA ODETE BELO**

**modete.belo@cm-vfxira.pt**

Licenciada em Ciências da Informação e Documentação no ano 2011, pela Universidade Aberta.

Responsável do Centro de Documentação do Museu do Neo-Realismo.

Iniciou a sua carreira na área da Biblioteconomia em 2005, com o Curso de Técnico Profissional de Biblioteca e Documentação promovido pelo INETE.

Exerceu funções como Assistente Técnica no Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, constituição e supervisão do grupo de trabalho para avaliação e seleção de documentos; procedimentos para a eliminação de documentação de acordo com a legislação em vigor, (Portaria 412/2001 de 17 de Abril).

**FERNANDA MARIA TORQUATO DA SILVA****ftorquato@ipt.pt**

Licenciada em História, pela Universidade de Lisboa, em 1986.

Frequentou diversas especializações em biblioteconomia, nomeadamente no âmbito do Instituto Arqueológico Alemão, da Biblioteca Nacional e da APBAD.

Assumiu funções equiparadas às de bibliotecária responsável na Biblioteca da subdelegação de Lisboa do ex-Instituto Arqueológico Alemão (1982-1999) e na biblioteca de arqueologia do IGESPAR (inicialmente do ex-IPA) de 1999 à atualidade.

Foi responsável pela biblioteca do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas (2003-2010). Presta assessoria técnica voluntária como responsável da Biblioteca de Arqueologia e História do Alto Ribatejo, e dos seus polos em Mação (Museu de Arte Pré-Histórica) e Vila Nova da Barquinha (CIAAR).

**JOSÉ LUÍS A. VILELA****jose.vilela@fpc.pt**

Licenciatura em História pela Universidade de Lisboa (1984).

Director do CDI da Fundação Portuguesa das Comunicações (2010).

**MARIA JOSÉ MOURA**

**Vice-Presidente da BAD — Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.**

Licenciada em Ciências Históricas e Filosóficas. Curso de Bibliotecário Arquivista.

Diretora dos Serviços de Documentação da Universidade de Lisboa até 1987.

Diretora do Serviço de Bibliotecas do IPLB/Ministério da Cultura — onde elaborou e dirigiu o Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas — até 2006 e foi, simultaneamente, Coordenadora Geral do Inventário do Património Cultural Móvel.

Docente no Curso de Especialização em Ciências Documentais das Universidades de Lisboa e Coimbra e em Cursos de Técnicos Profissionais da BAD.

Vice-Presidente do Conselho Superior de Bibliotecas, responsável pelo National Focal Point — Telematic for Libraries e membro do Information Society Forum (Bruxelas).

Integra a Comissão de Honra do Plano Nacional de Leitura — PNL

Pertenceu aos Comitês Permanentes da IFLA Public Libraries e Library Buildings and Equipment.

Fundadora e Presidente da BAD, de que é Sócia Honorária.

Delegada Nacional do PGI/UNESCO.

Atualmente Vice-Presidente do CDN e da APBAD.

Condecorada com a Ordem do Mérito, recebeu também (1998, Amesterdão) o Prémio Internacional do Livro, por proposta da IFLA.

[www.bad.pt](http://www.bad.pt)

[www.bad.pt/noticia](http://www.bad.pt/noticia)

[www.facebook.com/badpt](https://www.facebook.com/badpt)

[www.flickr.com/photos/badpt](https://www.flickr.com/photos/badpt)

[http://twitter.com/#!/bad\\_pt](http://twitter.com/#!/bad_pt)



# II Encontro Nacional de Centros de Documetação de Museus

CONCLUSÕES



## II Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus

### CONCLUSÕES

Os Centros de Documentação da Área de Museus e Galerias, da Divisão de Cultura da Câmara Municipal de Loures organizaram um II Encontro Nacional centrado na temática “Os Centros de Documentação e a Produção de Conhecimento em Museus”, realizado a 2 de março de 2012 no Museu de Cerâmica de Sacavém.

1. Esta iniciativa procurou promover, em ambiente de diálogo e de troca de experiências, um trabalho pluridisciplinar entre os profissionais da museologia, assim como abrir espaço para novas parcerias entre unidades documentais de museus.
2. Abordou os Museus como polos aglutinadores dos espólios documentais, tendo em vista atividades de investigação que potencialmente neles se poderá desenvolver.
3. Destacou o Museu e respetivos centros de documentação como produtores e divulgadores do conhecimento, vocacionados para uma orientação histórico-pedagógica inscrita em programas formativos, apostando na valorização constante de uma aprendizagem progressiva das comunidades.
4. Refletiu sobre o papel decisivo dos acervos dos centros de documentação, arquivísticos ou bibliográficos, encarados como bens museológicos integrados nas coleções dos museus.
5. Apostou numa comunicação e partilha integral dos acervos documentais na rede Web, tendo como veículos os meios já existentes, designadamente a Europeia, o Flickr, entre outros.
6. Os 139 participantes neste II Encontro confirmam e motivam o amplo interesse em continuar a debater e a refletir esta problemática em futuros Encontros.
7. Este II Encontro concretizou o Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.



ÍNDICE

IMPRIMIR

